

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SUELI APARECIDA BERTOL BARBOSA

**PASTORAL DA CRIANÇA:
UMA PRÁTICA POLÍTICO-EDUCATIVA NÃO-FORMAL.**

**PONTA GROSSA
2008**

SUELI APARECIDA BERTOL BARBOSA

**PASTORAL DA CRIANÇA:
UMA PRÁTICA POLÍTICO-EDUCATIVA NÃO-FORMAL**

Dissertação apresentada para a
obtenção do título de Mestre na
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Área de Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Marques
do Vale.

**PONTA GROSSA
2008**

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

B238p Barbosa, Sueli Aparecida Bertol
 Pastoral da criança : uma prática político-educativa não-formal. /
 Sueli Aparecida Bertol Barbosa. Ponta Grossa, 2008
 138f.

 Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de
 Ponta Grossa.
 Orientador: Prof. Dr. Antônio Marques do Vale

 1. Pastoral da criança. 2. Pedagogia Freireana. 3. Políticas
 públicas. I. Vale, Antônio Marques do. II. T.

CDD : 379

TERMO DE APROVAÇÃO

SUELI APARECIDA BERTOL BARBOSA

PASTORAL DA CRIANÇA: UMA PRÁTICA POLÍTICO-EDUCATIVA NÃO-FORMAL

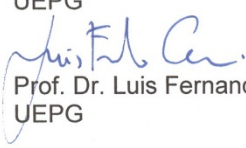
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Prof. Dr. Antônio Marques do Vale
UEPG


Prof. Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira
PUC/PR


Prof. Dr. Jefferson Mainardes
UEPG


Prof. Dr. Luis Fernando Cerri
UEPG

Ponta Grossa, 02 de Julho de 2008

A Dom Tiago (Fernando) Gross, osb
Dom de Deus em minha vida
Meu irmão na Terra e no Céu.

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo e à Sua Mãe; sem Eles nada teria realizado.

A meus pais, Rita Maria Oltramari Bertol e Edemar José Bertol (in Memoriam), pelas suas presenças em minha vida.

À minha amada filha, Cristina Bertol Barbosa, alegria da minha vida que sempre me incentiva.

Ao Roberto Mistrorigo Barbosa, por sua participação na minha história, pelo carinho e pela amizade de sempre.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, que nesta caminhada de quinze anos, me possibilita mais um passo. Especial menção à Direção Geral, diretores, e pedagogas do CAIC Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha, permito-me destacar Mary Ângela Brandalize, Audrey Pietrobelli de Souza, Josélia V. Jacob, Luciane T. Dezonet, Marli Lima, Rosiane M. da Silva, Ana Cláudia R. Chibinski, Soeli Hoppe, Maria L. Nascimento, Elizabet T. Silveira e Carmem Wallus.

Ao Prof. Dr. Antônio Marques do Vale, meu orientador, sempre disponível para contribuir com seus conhecimentos e sempre aberto ao diálogo.

Ao Prof. Dr. Jefferson Mainardes, pelas valiosas contribuições teóricas e metodológicas.

À Profa. Dra. Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula, pelo caminho que partilhamos.

À respeitável banca, pelas importantes contribuições para esta pesquisa.

À Pastoral da Criança da Diocese de Ponta Grossa, que homenageio nas pessoas de Cândida, Thyller, Franciely, Inês, Silmara, Natally e Silvana.

A todos os amigos, em especial à Silvana Prado pela elaboração do *Abstract*, que me apoiaram nesta caminhada pessoal e profissional que exigiu grandes esforços.

“Nós vamos trabalhar, nossa maior força vai ser na solidariedade e na multiplicação do saber para eles se apoderarem dos conhecimentos e poderem ser promovidos e terem mais condições de buscar a melhoria da situação!”
Dra. Zilda Arns Neumann (Entrevista 10, p. 28)

BARBOSA, Sueli Aparecida Bertol. **Pastoral da Criança: uma prática político-educativa não-formal**. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR. 2008.

RESUMO

As práticas educativas integram o universo das práticas sociais e estão presentes nos mais variados grupos humanos. A Pedagogia centra suas preocupações nas práticas educativas escolares. A escola, porém, não é o único campo da ação e investigação pedagógicas; trata-se de pesquisar os diversos *locus* da ação pedagógica possibilitando a ampliação da pesquisa educacional. Esta pesquisa investiga a prática social da Pastoral da Criança (PCç) enquanto prática política e educativa. A PCç é um organismo da ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e atua no atendimento às comunidades pobres, através do trabalho voluntário levando a essas comunidades orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania. O referencial teórico conta com dois pontos fulcrais: os conceitos de educação não-formal, dos autores Afonso (1989), Gohn (2001) e Libâneo (2007) e os pressupostos que constituem a Pedagogia Freireana. Para aprofundar os pressupostos da Pedagogia Freireana se centrou a análise nas categorias diálogo, solidariedade, conscientização, opressor, oprimido, opressão, educação bancária e educação problematizadora. A crítica elaborada por Montañó (2003) acerca do papel do Estado e das ONGs nas políticas públicas norteou a reflexão a respeito da PCç enquanto política pública. A investigação abrangeu uma pesquisa bibliográfico-documental que incluiu livros, dissertações e teses e uma pesquisa de campo realizada principalmente na Diocese Ponta Grossa. A metodologia da pesquisa se fundamentou nos estudos de Macedo (2000), especificamente na obra *Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação*. Os instrumentos para a coleta de dados foram entrevistas abertas e semi-estruturadas, fotos, filmagens e observação participante periférica com a prática do diário de campo. O objetivo da pesquisa foi sistematizar os elementos que compõem a proposta pedagógica da Pastoral da Criança. Finalmente, a pesquisa permitiu uma sistematização possível da pedagogia da Pastoral da Criança, concluiu que, na prática sócio-educativa da PCç, a Pedagogia Freireana está entre a recriação e a adaptação e autoriza considerar a PCç integrante das políticas públicas sociais.

Palavras-chave: Pastoral da Criança. Pedagogia Freireana. Políticas públicas.

BARBOSA, Sueli Aparecida Bertol. *Pastoral da Criança*: a non-formal political-educational practice. 2008. 136f. Dissertation (Master in Education) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR. 2008.

ABSTRACT

Teaching practices integrate the universe of social practices and are part of all human groups. Pedagogy is focused on school teaching practices. However, school is not the only field of pedagogical action and investigation and researching every *locus* of pedagogical action broadens educational studies. This work investigates the *Pastoral da Criança* (PCç) social practice as political and teaching practice as well. PCç is an organ of social action which belongs to the Brazil Bishops National Conference (CNBB) and assists poor communities, through voluntary work, instructing such communities about health, nutrition, education and citizenship. The theory is based on concepts of non-formal education by Afonso (1989), Gohn (2001) and Libâneo (2007) and the Freirean Pedagogy. Regarding Freire's pedagogy the focus was on the analysis of dialogue categories, solidarity, awareness, oppressor, oppressed, oppression, banking education and problematizing education. The critics presented by Montaña (2003) regarding the role of State and ONGs (non-governmental organizations) in public policies guided the reflection about the PCç as public policy. Investigation comprised documental-bibliographic research of books, dissertations and thesis as well as field research developed in Ponta Grossa Diocese. The methodology was based on Macedo (2000), mainly the *Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação* (Critical and Multirreferential ethno research in Human Sciences and Education). Open and semi-structured interviews, as well as photos, video recording and observation with field diary recording were used as data collection tools. The aim of this research was to systematize the elements which are part of the *Pastoral da Criança* pedagogical proposal. Finally, this work presents a possible systematization of *Pastoral da Criança* Pedagogy, concludes that in the socio-educational practice of PCç Freire's Pedagogy appears between recreation and adaptation and considers the PCç as part of social public policies.

Key-words: *Pastoral da Criança*. Freirean Pedagogy. Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 -	Atividades acompanhadas durante a pesquisa de campo	89
QUADRO 2 -	Caracterização das líderes e das coordenadoras da Pastoral da Criança	106
FIGURA 1 -	Pagamento de despesas de viagem. Ponta Grossa - PR	128
FIGURA 2 -	Escolha da coordenadora de ramo/paróquia, Ortigueira – PR	128
FIGURA 3 -	Exercício de relaxamento, Encontro Diocesano. Ponta Grossa – PR	129
FIGURA 4 -	Cantigas de roda. Encontro Diocesano. Ponta Grossa – PR	129
FIGURA 5 -	Leitura e reflexão em pequenos grupos. Ponta Grossa – PR	130
FIGURA 6 -	Estudo dirigido no círculo. Ponta Grossa – PR	130
FIGURA 7 -	Leitura em grupo. Capacitação: brinquedos e brincadeiras na comunidade – Telêmaco Borba – PR	131
FIGURA 8 -	Clube de gestantes. Palestra sobre DST. Ponta Grossa – PR	131
FIGURA 9 -	Estudo dirigido. Capacitação: brinquedos e brincadeiras. Telêmaco Borba – PR	132
FIGURA 10 -	Oficina de brinquedos. Telêmaco Borba – PR	132

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CNDES - Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNS – Conselho Nacional de Saúde

DSI – Doutrina Social da Igreja.

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

FABS - Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade.

FAC – Folha de Acompanhamento do Conselho de Saúde

MEB – Movimento de Educação de Base.

PCç – Pastoral da Criança.

PCJP – Pontifício Conselho Justiça e Paz.

PSF – Programa Saúde da Família.

ONU – Organização das Nações Unidas.

ONG – Organização Não-Governamental.

OPP - Observação Periférica Participante.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SUS – Sistema Único de Saúde

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

VJAAC – Ver-Julgar-Agir-Avaliar-Celebrar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - MARCOS TEÓRICOS PARA ANALISAR A PASTORAL DA CRIANÇA	21
1.1 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: UMA MODALIDADE DA PRÁTICA EDUCATIVA	21
1.2 PEDAGOGIA FREIREANA	26
1.3 POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	35
CAPÍTULO 2 - CONHECENDO A PASTORAL DA CRIANÇA: PRINCÍPIOS, HISTÓRIA E FINALIDADES	42
2.1 PARA COMPREENDER A PASTORAL DA CRIANÇA	42
2.1.1 Doutrina Social da Igreja Católica Apostólica Romana	42
2.1.2 A Igreja no Brasil e as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora	50
2.2 A PASTORAL DA CRIANÇA	54
2.2.1 Definição e abrangência	54
2.2.2 Breve contextualização histórica	56
2.2.3 Estrutura organizacional e financeira	57
2.2.4 Finalidade / ações realizadas	58
2.2.5 Formação e metodologia da Pastoral da Criança	61
2.2.5.1 O método “ver-julgar-agir-avaliar-celebrar”	64
2.2.5.2 Guias teóricos-metodológicos	65
2.3 O ESTADO DO CONHECIMENTO ACERCA DA PASTORAL DA CRIANÇA NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	69
CAPÍTULO 3 - ANALISANDO A PASTORAL DA CRIANÇA	80
3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	80
3.1.1 Estratégias para a coleta de dados	84
3.1.1.1 Pesquisa documental	85
3.1.1.2 Observação participante periférica com diário de campo	87
3.1.1.3 Entrevistas	90
3.1.1.4 Fotos e filmagens	92
3.2 A PASTORAL DA CRIANÇA NA DIOCESE DE PONTA GROSSA	93
3.2.1 Caracterização	93
3.2.2 História	95

3.2.3 Práticas política e educativa	97
3.3 A PASTORAL DA CRIANÇA NO CENÁRIO SOCIAL BRASILEIRO	99
3.3.1 Aspectos econômicos	100
3.3.2 Aspectos histórico-políticos	102
3.3.3 Aspectos psico-religiosos	105
3.4 A PRÁTICA SOCIAL DA PASTORAL DA CRIANÇA NUMA PERSPECTIVA EDUCATIVA.....	108
3.4.1 A Pastoral da Criança como educação não-formal	108
3.4.2 Uma sistematização da Pedagogia da PCç	110
3.4.3 A Pedagogia Freireana na prática educativa da Pastoral da Criança.....	114
CONCLUSÃO - PASTORAL DA CRIANÇA: UMA PRÁTICA POLÍTICO- EDUCATIVA NÃO-FORMAL	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A – Registro fotográfico das observações realizadas.....	127
ANEXO 1 – Gráfico de fontes de recursos da Pastoral da Criança	133
ANEXO 2 – Fluxograma da estrutura da CNBB, da Pastoral da Criança e da República Federativa do Brasil	134
ANEXO 3 – Organograma da Pastoral da Criança	135
ANEXO 4 – Folha de Acompanhamento da Criança e da Gestante.....	136
ANEXO 5 – Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade	137
ANEXO 6 – Folha de acompanhamento mensal do Conselho Municipal de Saúde	138

INTRODUÇÃO

A escolarização é uma das formas de educar, mas não a única. A educação é uma prática eminentemente humana e perpassa todas as fases do desenvolvimento do nascimento à velhice.

As práticas educativas integram o universo das práticas sociais e estão presentes nos mais variados grupos humanos, sejam eles sindicatos, empresas, movimentos sociais, ONGs, partidos políticos, espaços de formação profissional, associações culturais, organizações científicas, igrejas e escolas.

A Pedagogia, enquanto ciência da Educação, na maioria das vezes, tem centrado suas preocupações nas práticas educativas escolares. Esse espaço porém, não é o único campo da ação pedagógica. Esta se dá nos diferentes *locus* onde haja intencionalidade educativa e sistematização pedagógica.

As universidades e os projetos de pesquisa nem sempre têm contemplado ações de natureza educativa que acontecem fora do espaço escolar, limitam assim, o campo da pesquisa educativa e excluem práticas outras que podem enriquecer a prática educativa escolar.

A prática educativa é sempre uma intervenção social e, portanto, passível de investigação, independentemente do *locus* e das suas características. A reflexão e a pesquisa a respeito da Educação também se concentram na prática pedagógica escolar. Considera-se necessário procurar por Pedagogias que se configurem como diversas formas de intervir na sociedade, e que incluam a diversidade cultural, étnica, de gênero e de condições sócio-econômicas que compõem a população brasileira.

A ação educativa é de natureza social: não há educação fora de um contexto social. Sendo assim, por mais simples ou por mínima que deva ser a ação educativa, qualquer

sociedade, independente do grau de complexidade que a compõe, demanda educação para existir. Em toda prática social há uma prática educativa. Daí se justifica a constante expressão *prática sócio-educativa* nesta dissertação.

No Brasil, a história dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais (ONGs), das pastorais católicas, da formação político-metodológica compartilhada no interior dos sindicatos e dos partidos políticos (um bom exemplo é o do Partido dos Trabalhadores - PT), retrata a importância do espaço extra-escolar como *locus* educativo. A relevância desse *locus* educativo é demonstrada por essa rica diversidade de práticas sociais, especialmente na medida em que são defendidos os direitos dos grupos oprimidos: mulheres, índios, negros, trabalhadores, crianças, idosos, entre outros.

Os Círculos de Cultura, onde se consolidou o Método Paulo Freire, são uma referência na história dos movimentos sociais e para a prática sócio-educativa não-formal. São referência, também, as práticas formativas dos movimentos eclesiais, desde as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) até as diversas pastorais (especialmente as pastorais sociais) da Igreja Católica Apostólica Romana do Brasil. É nesta perspectiva de educação que atua a Pastoral da Criança (PCÇ)¹, objeto desta pesquisa.

A Pastoral da Criança vem se destacando no cenário nacional e em outros países da América Latina e da África por realizar ações básicas de educação em Saúde e Nutrição, Cidadania e Educação. É um organismo da ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica², que foi criada em 1983 como um projeto piloto na Arquidiocese³ de Londrina no Paraná.

¹ Sigla adotada para a identificação da Pastoral da Criança ao longo deste estudo/pesquisa.

² Doravante simplesmente denominada Igreja.

³ Termo utilizado pela Igreja Católica para definir uma circunscrição eclesiástica coordenada por um arcebispo metropolitano. Arquidiocese é um conjunto de dioceses que se situam geograficamente próximo. Diocese, por sua vez, é delimitação geográfica e canônica pastoreada por um bispo; a diocese compõe-se de várias paróquias.

Com suas ações, a PCç hoje alcança todo o território brasileiro. Seu objetivo central é salvar a vida das crianças pobres e, para isso, ensina às mães os cuidados básicos de saúde e de nutrição, tendo como foco de ação o atendimento às crianças de zero a seis anos de idade, às gestantes e às lactentes. As ações acontecem por meio do trabalho voluntário de milhões de líderes espalhados por todo o Brasil, os quais participam regularmente de um processo de formação e de capacitação.

Os recursos financeiros da PCç são oriundos de várias fontes. Uma delas é a União⁴, que por intermédio de três Ministérios (da Saúde, da Educação e o do Desenvolvimento), se constitui na maior fonte financeira⁵. No caso do Estado do Paraná, o Governo Estadual também destina verbas para as PCç. Há, também empresas privadas que oferecem recursos financeiros através de parcerias: Gol Linhas Aéreas, *Gerdau*, *Nestlé*, *HSBC Bank Brasil S.A*, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). As doações de pessoas físicas também são fontes de recursos financeiros para a PCç.

Este estudo/pesquisa apresenta uma revisão do estado do conhecimento acerca da PCç no Brasil, realizada por meio de textos históricos, textos de divulgação e textos científicos como dissertações e teses. A literatura encontrada a respeito da PCç é ampla e abrange várias áreas do conhecimento. Ao todo, foram encontradas vinte e cinco obras.

As dissertações e teses foram encontradas no banco de teses e dissertações da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dentre as obras pesquisadas, se percebeu que são poucas as que têm o viés da pesquisa voltado à Educação.

⁴ Considera-se que o uso do termo “União” é mais adequado do que “Governo Federal”, uma vez que a PCç vem se configurando como uma política de Estado e não como política de governo. A PCç recebe verbas da União desde os cinco últimos Governos Federais, portanto há vinte anos. A fig. 1 em apêndice nesta dissertação ilustra uma das aplicações das verbas públicas.

⁵ Fonte: Sistema de Informação da Pastoral da Criança. Demonstrações contábeis e financeiras aprovadas pela Assembléia Geral 2006 (Anexo A).

Esta estudo/pesquisa pretende contribuir para o debate em torno da PCç e entende-la como prática sócio-educativa específica, ou seja, com uma Pedagogia específica.

Justifica-se o interesse por este estudo/pesquisa por três razões. Dentre elas, duas são de ordem pessoal: a pesquisadora é pedagoga e atua na coordenação e na execução de práticas educativas não-formais que se interpenetram com a educação escolar e considera que restringir a Pedagogia à educação escolar consiste num grande equívoco da parte de alguns educadores, uma vez que a prática educativa escolar não é a única modalidade de prática educativa, mas sim uma das modalidades; a pesquisadora participou da Pastoral da Juventude – organismo da Igreja Católica – como coordenadora e assessora nas atividades de formação metodológica e política para organização comunitária. Outra razão, esta de ordem científica e tomada como a mais relevante: a experiência metodológica e política da PCç em criar e manter uma rede de ações de natureza educativa em todo o território brasileiro.

Admitido o pressuposto de que as práticas pedagógicas são inseridas nas práticas sociais, o problema que deu origem a este estudo/pesquisa foi o de saber qual é a prática educativa da Pastoral da Criança e qual a Pedagogia que sustenta essa prática.

Para buscar respostas a tal indagação, a pesquisa exigiu que fossem percorridos caminhos que ainda não estavam delineados, pois na investigação de qualquer prática social o caminho se constrói ao caminhar. Para tanto se investigou a prática social da PCç para nela identificar a prática educativa. As questões norteadoras para investigar o problema levantado foram: em que momentos acontecem as atividades educativas da PCç? Quais são as suas características e em qual modalidade educativa elas se inserem? Quais são seus objetivos? Quais são os conhecimentos ensinados? Qual a metodologia empregada pela PCç? Quais os recursos didáticos empregados? Quem são os educadores e os educandos?

Outra preocupação deste estudo/pesquisa foi investigar se a prática sócio-educativa da PCç tem identificações ou aproximações com a Pedagogia Freireana; se as

categorias Freireanas (diálogo, solidariedade, conscientização, opressor/oprimido e opressão, educação problematizadora e educação bancária) podem ser identificadas; se o conceito Freireano de educação como ato político é vivenciado na prática sócio-educativa da PCç.

Uma última questão surgida fez investigar se a prática educativa da PCç, observada na pesquisa de campo, é consoante ou dissonante com a proposta político pedagógica encontrada na pesquisa bibliográfico-documental. Assim, o objetivo é sistematizar os elementos que compõe a proposta pedagógica da prática educativa da Pastoral da Criança.

O trabalho de pesquisa foi realizado em dois momentos: primeiramente uma pesquisa bibliográfico-documental que incluiu livros, artigos, teses, dissertações e análise de documentos, e posteriormente uma pesquisa de campo realizada, principalmente, na PCç de Diocese de Ponta Grossa. A pesquisa de campo também incluiu o acompanhamento de um curso de capacitação na Diocese de União da Vitória, em União da Vitória – PR, bem com uma entrevista com a fundadora e coordenadora da PCç, Dra. Zilda Arns.

A metodologia da pesquisa fundamentou-se nos estudos de Roberto Sidnei Macedo, especificamente na obra publicada no ano 2000, **A etnopesquisa crítica e multireferencial nas Ciências Humanas e na Educação**. Os instrumentos para a coleta de dados na pesquisa de campo foram entrevistas abertas e semi-estruturadas, fotos⁶, filmagens e observação participante periférica (OPP) com a prática do diário de campo.

Enquanto a pesquisa bibliográfico-documental procurou retratar a PCç em suas características singulares e sistematizar sua proposta pedagógica, a pesquisa empírica buscou identificar a prática educativa e analisar em que medida esta prática é consoante com a proposta pedagógica encontrada na pesquisa bibliográfica documental.

⁶ A dissertação apresenta 10 fotos em apêndice.

A fundamentação teórica desta pesquisa contou com dois pontos fulcrais: os conceitos de educação não-formal, elaborados pelos autores Afonso (1989), Gohn (2001) e Libâneo (2007), bem como os pressupostos que constituem a Pedagogia Freireana.

Tendo em vista a necessidade de uma análise da esfera político-econômica brasileira e sua interface com as políticas públicas sociais, a crítica elaborada por Montañó (2003) acerca dos moldes neoliberais de intervenção social norteará algumas reflexões sobre o papel do Estado e das ONGs. Esta reflexão busca compreender qual a relação da PCç com as políticas públicas sociais.

A pesquisadora acredita que os núcleos conceituais acima citados facilitaram tanto a análise dos dados quanto à explanação do argumento deste estudo/pesquisa: *a PCç, em sua prática social se apresenta, também, como uma prática político-educativa não-formal transformadora.*

Os estudos a respeito da Educação realizada fora do espaço escolar deixam claro que existem diferentes modalidades de prática educativa, ampliando o campo de ação da Pedagogia. A partir desta concepção, se pode considerar a prática social da PCç como um *locus* da Educação Não-formal. A Pedagogia Freireana, enquanto concepção educativa específica, oferece elementos para analisar a PCç como práxis político-educativa. E por fim, o diálogo com Montañó (2003) permite vislumbrar pelos caminhos a práxis da PCç, cada vez se consolide como práxis transformadora.

A dissertação está organizada em três capítulos. O Capítulo 1 apresenta a fundamentação teórica para as análises. O Capítulo 2 aponta os valores que sustentam a prática sócio-educativa da PCç, por meio de algumas considerações acerca da Doutrina Social da Igreja (DSI) e das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil e, apresenta a PCç. Este Capítulo inclui uma revisão de literatura a respeito do estado do conhecimento sobre a PCç no Brasil. O Capítulo 3 descreve os fundamentos metodológicos

da pesquisa bibliográfico-documental e os procedimentos da pesquisa de campo; descreve a PCç na Diocese de Ponta Grossa e analisa os dados obtidos nas duas modalidades de investigação. A análise contempla os aspectos econômicos, histórico-políticos, psico-religiosos e educativos.

A autora deste estudo/pesquisa assume que os princípios que orientam a análise são os da ética e da antropologia católicas, uma vez que ela comunga desses princípios.

CAPÍTULO 1 - MARCOS TEÓRICOS PARA ANALISAR A PASTORAL DA CRIANÇA

Este capítulo tem por objetivos apresentar a educação não-formal como uma das modalidades de prática educativa; refletir sobre o que se considera o centro da Pedagogia Freireana, possibilitando a análise da prática sócio-educativa da PCç, à luz daquela Pedagogia; e refletir sobre a globalização econômica, a origem e natureza das políticas públicas sociais.

1. 1 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: UMA MODALIDADE DE PRÁTICA EDUCATIVA

Pode-se dizer que as Pedagogias são muitas. Tantas quantas as teorias que fundamentam filosófica, econômica, política e metodologicamente as práticas educativas. Portanto, para estabelecer o diálogo que esta pesquisa propõe, se faz imprescindível considerar o termo educação de forma ampliada. Educação é o que se realiza em todo e qualquer espaço onde haja intencionalidade educativa; ainda que esta se apresente implicitamente.

No terceiro capítulo da obra *Pedagogia e Pedagogos para quê?* Libâneo (2007, p. 82) apresenta uma definição de educação que contribui para um entendimento mais ampliado do termo:

A educação, enquanto atividade intencionalizada, é uma prática social cunhada como influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação ativa com o meio natural e social, tendo em vista, precisamente, potencializar essa atividade humana para torná-la mais rica, mais produtiva, mais eficaz diante das tarefas da práxis social postas num dado sistema de relações sociais. O modo de propiciar esse desenvolvimento se manifesta nos processos de

transmissão e apropriação ativa de conhecimentos, valores, habilidades, técnicas, em ambientes organizados para este fim.

A prática educativa está sempre inserida numa prática social mais ampla. Esta última, por sua vez, está sempre imersa num universo de condicionamentos de variadas origens, econômicos, políticos, religiosos e culturais e até geográficos, que participam na configuração de uma sociedade.

Uma sociedade, em seus objetivos e interesses, seleciona os métodos, os conteúdos e até os educandos. Pensar e fazer educação requer sempre, e primeiramente, refletir sobre algumas interrogações fundamentais para que se possa dizer de que educação se trata. Interrogações como *por quê, para quê, onde e como se educa* são fundamentais nesse processo. Também é fundamental saber *a quem* se educa. Isso, não só porque os métodos sejam diferentes, por exemplo, para ensinar nas diversas faixas etárias, também porque existe o aspecto político, até mesmo antes do aspecto metodológico, inclusive este é definido pelo primeiro.

Toda prática educativa traz em seu interior intencionalidades e conseqüências políticas. Pode-se dizer que toda sociedade envolve um projeto educativo que é importante na sua sustentação. Em outras palavras, toda a prática social de uma determinada sociedade carrega consigo, explícita ou implicitamente, uma intenção educativa, formativa que será transformadora ou conservadora dessa sociedade.

A educação não-Formal é uma referência teórica para as práticas educativas que se realizam fora do espaço escolar. O texto que segue aborda diferentes concepções de educação não-Formal, procurando abranger as características e *locus* desta.

Afonso (1989) *apud* Von Simson (2001, p. 9), ao distinguir a educação formal, informal e não-formal ressalta que esta última também possui uma estrutura e uma organização:

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estruturação e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e de locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.

Essa afirmação remete ao carácter intencional da prática educativa não-formal, uma vez que apresenta estrutura e organização definidas e pode levar a uma certificação. Diverge da educação formal, sendo flexível na adaptação dos conteúdos do processo de ensino-aprendizagem, no tempo e no espaço da prática educativa.

Gohn (2001, p. 98) acentua o conceito de educação e sua ligação com a cultura. A autora afirma que “a educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação.” Por sua vez, a cultura [...] “é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história [...]” (GOHN, 2001, p. 98). Percebe-se que a autora dá um destaque à educação como identificação, reconstrução e transformação da cultura de um povo, e que ela atribui à educação o papel de geradora da cultura política de uma nação.

Para Gohn, a Educação não-formal consiste em um processo que abrange as seguintes dimensões: a aprendizagem política dos direitos individuais; a capacitação dos indivíduos para o trabalho; a aprendizagem da organização comunitária; a aprendizagem dos conteúdos escolares realizada em espaços e metodologias distintas da escolarizada. Destaca ainda, a educação veiculada pela mídia.

Acredita-se que o pensamento de Gohn destaca a educação em seus aspectos mais amplos, inserindo, assim, as várias dimensões da aprendizagem efetivada na educação não-formal.

Libâneo (2007, p. 88) distingue educação não-formal de educação informal. O autor argumenta que, sendo a palavra formal distintiva das duas denominações, é necessário voltar-se para a significação do termo, ou seja, formal refere-se a tudo o que implica uma forma, uma estrutura. O autor considera como educação formal toda a prática educativa onde haja intencionalidade e sistematicidade, condições que caracterizam o trabalho didático-pedagógico.

Além da educação escolar, são exemplos de educação formal, a educação de adultos, a educação sindical e a educação profissional. Portanto, a idéia de que todas as práticas educativas extra-escolares são práticas educativas não-formais não se enquadra no pensamento de Libâneo (2007), pois a intencionalidade e a sistematização pedagógica do processo de educar estão presentes em diferentes *locus* e diversas práticas educativas e não somente no ambiente escolar.

Por sua vez, a educação não-formal, mesmo sendo constituída de intencionalidade e sistematicidade, tem seu grau de estruturação e sistematização menor do que a educação formal. Há relações pedagógicas, mas estas não são formalizadas. Em outras palavras, existem relações pedagógicas com intencionalidade educativa, mas a pedagogia se encontra mais implícita e não é imediatamente perceptível. Libâneo (2007, p. 89) cita como exemplos de práticas educativas não-formais os movimentos sociais, os trabalhos comunitários, as atividades de animação cultural, entre outras. Considera que as atividades extra-escolares também são práticas educativas não-formais ligadas à educação escolar.

Os conceitos apresentados são ora complementares, ora divergentes, mas, inequivocadamente, são unânimes em postular a amplitude da prática educativa e a inserção desta na prática social mais ampla. Considera-se que o termo educação formal não se aplica apenas à escola e que nas atividades de educação não-formal há, de fato, intencionalidade e

sistematicidade; não explícitas, porém. Esta é a realidade encontrada na prática sócio-educativa da PCç.

As modalidades de práticas educativas se interpenetram constantemente. A educação não-formal não pode prescindir da educação formal e esta última não pode separar-se da formal, pois as pessoas são participantes das várias esferas sociais onde participam de diversas práticas sócio-educativas. Para o autor, é precisamente a educação não-formal a intermediária entre a educação formal e a informal, uma vez que a prática educativa não-formal possui características das outras duas.

Libâneo (2007, p.93) vai mais além quando escreve que [...] “nem por isso um sistema educacional se reduz à educação formal, já que existem instituições educativas de caráter não-formal, não convencional (a escola é convencional), nas quais há intencionalidade e certo grau de institucionalização e organização”. Mais uma vez se entende que este é o caso da PCç que, sendo de caráter não-formal, possui uma estrutura organizacional em escala nacional e, simultaneamente, é uma instituição de caráter civil e eclesial.

É do conhecimento dos educadores que a Pedagogia Freireana nasce fora do espaço escolar. Paulo Freire (2003, p. 68), no texto *Educação e participação comunitária*, faz considerações sobre a essência da prática educativa e especialmente sobre a prática educativa progressista. No que diz respeito à prática educativa em si, Freire elenca quatro pontos que caracterizam a prática educativa como tal e independem do *locus* onde é desenvolvida: a presença de sujeitos; os objetos de conhecimento; os objetivos mediatos e imediatos; os métodos, processos, técnicas de ensino e materiais didáticos.

A educação não-formal está diretamente ligada à educação popular que se dá nos movimentos sociais dos mais variados matizes: eclesiais, políticos, sindicais, entre outros. Considera-se que a Pedagogia Freireana é modelo para a educação não-formal popular e que em Paulo Freire se tem o protótipo de uma educação para a transformação da sociedade.

1.2 PEDAGOGIA FREIREANA⁷

Para uma análise mais ampla, diante da horizontalidade da Pedagogia Freireana e, ao mesmo tempo, mais aprofundada perante o teor da sua verticalidade, é importante, em primeiro lugar, pontuar as escolas de pensamento que influenciaram Paulo Freire e sua obra, e comentar a respeito de algumas possibilidades do seu legado à Educação libertadora.

De acordo com Torres (1997), o pensamento de Paulo Freire é composto por um importantíssimo amálgama teórico, o qual une diferentes áreas do conhecimento: a filosofia, a teologia, a sociologia, a pedagogia e, nessas áreas, diferentes teorias. Mais ainda, a sua obra não é restrita a uma única temática, a um só estilo de reflexão. Ao contrário, seu pensamento se configura em uma notável síntese. Nos escritos de Freire, a filosofia não é analisada, ou melhor, não é tratada especificamente, mas está presente no conjunto de sua obra.

No conjunto das obras de Freire, é possível identificar quatro correntes filosóficas: o *existencialismo*, principalmente o existencialismo cristão, segundo o qual o homem, que se apresenta como um devir, somente será se permitir que o outro também seja; a *fenomenologia*, segunda a qual a consciência do homem é por ele construída com intencionalidade; o marxismo, que, analisando as relações de produção da vida material, de modo particular as relações de produção na indústria, vê o homem condicionado economicamente pela infra-estrutura e condicionado ideologicamente pela superestrutura; e a *dialética* hegeliana, que contempla o homem como autoconsciência (TORRES, 1997).

⁷ Para esta reflexão a principal obra utilizada foi **Pedagogia do Oprimido** em sua 16ª edição.

Paulo Freire, fazendo uma leitura apropriativa dessas diferentes escolas de pensamento, criou não somente uma Pedagogia, mas uma cosmovisão: do *existencialismo*, tem duas idéias básicas: o ser humano é um ser inconcluso; da *fenomenologia*, toma os diferentes níveis da consciência (mas não a consciência individual separada das condições materiais da vida histórico-concreta), que está em relação constante com o seu entorno histórico social; sendo assim, Freire reaplica os pressupostos da consciência individual nas relações histórico-concretas da vida humana; do *marxismo*, Freire absorve a não neutralidade da educação e a educação como ato político e, por fim, apreende do hegelianismo a *dialética* dos opressores-oprimidos.

A Pedagogia Freireana está disseminada em diversas práticas educativas não-formais pelo País. Mesmo quando não é vivenciada em sua integralidade, há aspectos que despontam com nitidez. Não é preciso ressaltar que a vivência da Pedagogia Freireana em sua integralidade é um longo processo histórico que demanda paciência pedagógica. Sua característica primeira é ser uma teoria de ação político-pedagógica que serve à libertação dos oprimidos. Libertação das situações de opressão a que os opressores submetem os oprimidos para manter sua forma de vida (des)humana. Tais situações se apresentam nas mais variadas formas: injustiça social, disparatada apropriação de renda; descaso pelos direitos humanos fome, desnutrição e miséria; entre tantas outras.

As situações de opressão impossibilitam a realização da vocação ontológica do ser humano que nasceu para *Ser Mais*. Homens e mulheres não nascem humanos, tornam-se humanos nas relações mútuas na prática social da vida cotidiana. É possível afirmar que todos possuem o germe da humanidade, mas ainda não são humanos, são seres inconclusos. A vocação para *Ser Mais* é de todo homem e de toda mulher, portanto, dos oprimidos (os pobres, os excluídos da sociedade) e também dos opressores (os ricos: a classe de pessoas que dominam a sociedade sob todos os aspectos, a classe dominante). A opressão gera

constantemente a desumanização do homem e da mulher. Para Freire (1983, p. 30) “a desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é a distorção da vocação do *Ser Mais*”.

Todo ser humano é, por sua natureza, um ser criado para aprender e para a liberdade, portanto, capaz de conhecer a realidade que o cerca, conhecer a si próprio, discernir e fazer escolhas. Na situação de opressão, só os oprimidos podem libertar a si próprios e aos opressores. Os opressores jamais se moveriam para uma verdadeira libertação dos oprimidos, visto que, se o fizessem, contradiriam sua classe de dominantes e retirariam as condições que lhes possibilitam a falsa humanidade.

É para a libertação das situações de opressão que a Pedagogia Freireana se volta. É uma Pedagogia essencialmente politizada, na qual duas substantividades são inseparáveis: pedagogia e política. Pedagogia que é feita na prática educativa *com e do* oprimido. Prática educativa na qual o oprimido tem a situação concreta de opressão como objeto a ser desvelado. Desvelamento que se dá por intermédio da reflexão-ação-reflexão, portanto, como esclarece Freire (1983, p. 32), por intermédio da práxis.

[...] do que nos parece constituir o que vimos chamando de Pedagogia do Oprimido: aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará.

Essa Pedagogia forjada na práxis social e cotidiana, pede envolvimento total do homem e da mulher oprimidos na “luta” por transformar a opressão em libertação. Mais que uma Pedagogia do oprimido, quer ser a Pedagogia dos homens em processo constante de libertação. Nas palavras de Paulo Freire (1983, p. 44):

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis com a sua transformação: o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

Considera-se como centro da Pedagogia Freireana a concepção de *educação como ato político*. Ato político porque, necessariamente, toda prática educativa é intencional, não é neutra; ou seja, está a favor de alguém e contra uma determinada situação que envolve outro (ou outros) alguém.

Na prática educativa de abordagem freireana é imprescindível a capacidade de opção, de escolha, de decisão por parte dos sujeitos envolvidos. Não há meio termo. A educação, ou transforma a realidade em que seus sujeitos (os sujeitos da prática) estão inseridos, ou mantém a situação vigente. É a intencionalidade do sujeito que educa que faz que a prática educativa jamais seja neutra. Conforme a intenção, a educação será ou conservadora ou transformadora da situação vigente. A citação de Freire (1992, p. 12), a seguir, pode ilustrar a radicalidade da educação enquanto ato político, enquanto opção:

Se os seres humanos fossem puramente determinados, e não “seres programados para aprender” não haveria porque, na prática educativa, apelarmos para a capacidade crítica do educando. Não haveria por que falar em educação para a decisão, para a libertação. Mas, por outro lado, não haveria também por que pensar nos educadores e educandos como sujeitos. [...] A nossa experiência, que envolve condicionamentos, mas não determinismo, implica decisões, rupturas, opções, riscos.

Para ser uma prática educativa transformadora, educadores e educandos precisam dialogar, cada um dizendo a sua palavra e, no diálogo, (re)criar uma “palavra nova”, síntese das duas primeiras. No diálogo, onde educadores e educandos são sujeitos do

processo político-educativo, há a intervenção no mundo vivido que possibilitará a transformação deste mesmo mundo.

O *diálogo* é uma das categorias imediatamente próximas ao centro pedagógico freireano, a educação como ato político pedagógico. A intencionalidade política só poderá ser concretizada se houver diálogo entre os sujeitos da prática educativa, os educadores e os educandos. Para Freire (1983), o diálogo tem duas dimensões, ação e reflexão, interligadas e interdependentes. Sobre a palavra e sua relação com o diálogo, Freire (1983, p. 91) expressa que “Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo”. O “uso” da palavra é de todos os envolvidos no processo de dialogar, no processo dialógico:

Mas se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizer-la *para* os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra dos demais. O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. (FREIRE, id. Ibid., p. 92-93).

A referência de Freire (*Ibid*). mostra que o diálogo não pode ser nem subjetivista, nem objetivista, mas, nascido e vivenciado *da* e *na* práxis sócio-educativa, integrando dialeticamente os pólos subjetivos e objetivos.

Diferentemente de qualquer outro educador, para Paulo Freire o ato educativo não destaca simplesmente um método, mas é, antes de tudo, uma intenção que abrange aspectos sociais e individuais, isto é, passa pelo individual, depende do indivíduo, mas não se restringe a ele.

São as características da teoria da ação dialógica que possibilitam o diálogo entre educador e educando.

É graças à intencionalidade da prática educativa que esta pode ser uma prática política. Prática política de todos os sujeitos envolvidos nesta prática educativa, prática política enquanto uma prática educativa que “ensina” a *ver* a realidade (no conceito freireano: leitura de mundo) de opressão em todas as suas contradições; “ensina” a *julgar* as causas da opressão, sobretudo, julgá-las pela leitura das contradições; “ensina” a *agir* de modo a transformar esta realidade, procurando, se não eliminar, ao menos minimizar as causas desta opressão.

A Pedagogia Freireana leva à conscientização e nasce dela; conscientização que é processo constante de reflexão-ação-reflexão-ação, vivenciada na práxis sócio-educativa. Não é mera reflexão mental desvinculada da realidade.

A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. [...] a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na sua história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. (FREIRE, 1980, p. 26).

A conscientização não se dá tão somente na subjetividade e nem somente na objetividade, mas na relação dialética constante entre as duas. A conscientização leva necessariamente à práxis. Freire (1980) esclarece que tal conscientização não é doada pelo educador aos educandos, mas é ato dialógico pelo qual os dois, constantemente, *conscientizam e se conscientizam*. Se percebe, então, que os oprimidos se conscientizam *da e na* realidade opressora em um *processo constante de comunhão*.

Na Pedagogia Freireana, o diálogo, a cultura do povo oprimido, a organização dos oprimidos, a união, a colaboração (no sentido de trabalhar junto: co-laboração), a solidariedade são, ao mesmo tempo, essência e instrumentos da práxis político-educativa, uma vez que esta Pedagogia se dá *na e pela* práxis.

A *teoria da ação dialógica* de Paulo Freire estabelece as condições de ação cultural *dos oprimidos, e da liderança, junto aos oprimidos* para alcançar a libertação. Ação cultural que possibilita (e ao mesmo tempo exige) a síntese cultural das diferentes (diferentes, mas não antagônicas) leituras de mundo de cada pessoa envolvida na práxis. Em contraposição à *teoria da ação dialógica*, está a teoria da ação antidialógica, que tem como características a conquista, a ação de dividir com o objetivo de dominar, a manipulação e a invasão cultural.

Para que a pedagogia do oprimido atinja seu objetivo, o de educar para a transformação da situação de opressão, Paulo Freire concebe a *educação problematizadora* em oposição à *educação bancária*. A primeira serve à educação para a transformação e a segunda serve à educação para a conservação.

O caráter fundamental da educação bancária é a narração, a sonoridade da palavra. Palavra que é do educador, que se apropria da fala e que tem a tarefa de “depositar” na cabeça de seus educandos o conhecimento. Na concepção bancária de educação, “[...] o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (FREIRE, 1983, p. 67). Ao educando cabe o ato de ouvir e o de aprender de acordo com a palavra do educador, pois este é o único que sabe, enquanto aquele nada sabe. A educação bancária não possibilita a libertação, visto que, para que esta ocorra, é preciso um crescente processo de conscientização que retira os oprimidos da alienação, fazendo com que se descubram portadores da palavra e atores da transformação.

Contrariamente à educação bancária, a educação *problematizadora*, ao invés de ser depósito do saber do educador, é consciência que se sabe, consciência intencionada que se volta sobre si mesma e toma consciência de si mesma.

Na educação problematizadora o ato de educar não é um ato de transferir conhecimentos, mas um ato cognoscente. Assim, o conhecimento (objeto cognoscível) media

a relação entre educador e educando, superando a contradição entre esses. Daí que a educação problematizadora exige o diálogo, sem o qual não há superação do antagonismo entre educador e educando.

A problematização é vivenciada através da investigação da temática significativa que, por sua vez, leva aos temas geradores. A temática significativa implica na percepção que os sujeitos cognoscentes têm a respeito da realidade em que estão inseridos, e o que essa realidade significa para eles em sua totalidade e contradição. Dessa realidade significada em temas, surgem os temas geradores que, por sua vez, são escolhidos para estudo pelos sujeitos cognoscentes, ou seja, os temas geradores não se encontram isolados da realidade, mas nela inseridos. A partir desse pressuposto, o educador estará comprometido com a causa dos educandos/oprimidos e viverá *com* eles (e não *por* eles) o processo de se educarem em comunhão.

A Pedagogia Freireana tem profunda crença na capacidade (re)criadora dos oprimidos/educandos e respeita as suas autonomias. O respeito à autonomia do oprimido/educando é um imperativo freireano. Freire, ao se referir à autonomia, afirma:

Como educador, devo estar constantemente advertido a esse respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (FREIRE, 1998, p.66)

Esta afirmação denota uma postura ética que tem implicações radicais na práxis educativa cotidiana. O educador deve levar os educandos a uma leitura de mundo cada vez mais crítica e a uma consciência apurada de sua condição de sujeito histórico. Contudo, deve igualmente respeitar o educando em sua autonomia de pensamento, de ação e de atitudes, inclusive quando esses divergem dos seus.

A Pedagogia do Oprimido educa para a solidariedade por meio da união e da co-laboração entre os sujeitos nela envolvidos, para que estes, junto, alcancem a libertação. Na Pedagogia Freireana a colaboração significa que os sujeitos se encontram e se unem em

co-laboração. Colaborar significa que, por intermédio da práxis dialógica, o sujeito, livremente, decide colaborar para o processo de libertação. A colaboração é para a teoria da ação dialógica o que a conquista é para a teoria da ação antidialógica.

Na obra *Lições de Freire*, Gadotti (1997, p. 3) afirma que o ilustre educador, pouco antes de sua morte, preparava vários projetos a serem desenvolvidos pelo Instituto Paulo Freire, e “[...] que era, para ele, um espaço de busca de novas teorias e práticas educacionais”. Isso confirma que, para Paulo Freire, o ser humano é um ser inconcluso; sendo assim, pois é alguém em processo constante de (re)criação do espaço/tempo vivido na história. Tal afirmação reforça a idéia de que a Pedagogia Freireana é uma Pedagogia aberta e sempre atual, e pode ser reinventada em todos os espaços educativos que pretendam os mesmos objetivos de Paulo Freire, tais como: educar como ato político e pedagógico, para intervir no mundo, para fazê-lo “menos feio”, “mais justo” e “mais solidário”.

Para Paulo Freire, a educação tem a função de ajudar os homens e as mulheres a refletirem sobre sua vocação ontológica de sujeitos, a transformarem as condições materiais de suas existências e, assim humanizarem-se. Nas palavras de Freire: “E aí está a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores.” (Freire, 1983, p.31). Se considera que a Pedagogia Freireana o protótipo da educação popular. E, como todo protótipo, sempre renasce, vive, ganha novas configurações. A Pedagogia Freireana se transformou na educação da esperança, numa identidade compromissada com valores político-democráticos que, respeitando o ser humano, o leva a transformar a si mesmo e aos outros através da prática político-educativa.

Entende-se que a Pedagogia Freireana iluminou, e pode iluminar melhor ainda, a práxis sócio-educativa da PCç, conduzindo as coordenadoras e as líderes a uma intervenção sócio-educativa transformadora a partir de uma crescente consciência da intencionalidade de seu agir político-educativo.

1.3 POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

O advento da globalização do capital não criou um novo sistema econômico, mas, sim, um novo modelo econômico inserido no sistema capitalista: o modelo neoliberal.

A doutrina neoliberal dissemina a idéia que a globalização é boa para todos. Não obstante os pontos positivos que advieram com a globalização, esta projetou extremamente as distâncias entre os pobres e os ricos do mundo.

Procurando citar pontos positivos da globalização, destacam-se: a agilidade das comunicações em tempo real, que abrangem todo o Planeta; o sentimento difundido ideologicamente – mas que nem por isso deixa de ser verdadeiro quando considerado segundo valores humanistas e cristãos – de que somos todos iguais e fazemos parte de uma aldeia global; e as inter-relações culturais. Ainda que tais aspectos positivos não contemplem a maioria da população pobre, esparsa em diversos grupos sociais, é possível tirar proveito, mais do que migalhas, em seu benefício. Acredita-se que um exemplo disso é a troca de experiências das práticas sociais populares entre os diferentes países. Na perspectiva cristã autêntica, os serviços são doados e não devem tampouco permitir a impressão de uma falsa caridade aos pobres. A implantação da Pastoral da Criança em países na América Latina e na África é um dos exemplos dessa troca.

Naturalmente, os aspectos negativos têm se sobressaído aos positivos. O crescimento vertiginoso da população pobre e a carência (ou a deficiência e lentidão) dos serviços públicos de saúde e de educação “saltam aos olhos” como pontos negativos no processo de globalização, principalmente nos países que jamais experimentaram a segurança social e a garantia de direitos do Estado de Bem-estar social. É o caso do Brasil; emprestando uma expressão de Azevedo (2001, p. 2), ao invés dessas garantias, os brasileiros sempre experimentaram “o estado de mal-estar social”. De acordo com Comblin (1996, p. 356), o

Estado de Bem-estar social foi tão duramente criticado pelos neoliberais do mundo todo que, “durante vinte anos, fizeram uma ofensiva sem tréguas [...]”, principalmente pela TV e jornais. Uma ofensiva tal, que o mundo popular não tinha como lutar contra meios de comunicação tão poderosos.

Na ideologia bem elaborada, os pobres são os culpados por todos os problemas econômicos, pois os seus serviços custam caro à sociedade produtiva: ensino gratuito, saúde gratuita, aposentadoria gratuita, ajuda às famílias carentes e ajuda em casos de desemprego.

Os resultados desse ataque ideológico são vistos nos bolsões de miséria espalhados pelas várias cidades do Planeta inteiro; um exemplo, são os bolsões onde vivem os imigrantes africanos na Europa. E não há como esconder o crescente número de pobres nos países da América Latina e África, países que há tempo figuram entre os mais pobres do mundo.

De acordo com Comblin (1996), o que sobrou do *Welfare State* está na Europa e nos Estados Unidos, porque a elite dirigente receia provocar ostensivamente os trabalhadores organizados. No Brasil, a ideologia neoliberal venceu a organização e a luta dos trabalhadores, bem como a dos movimentos sociais; jamais se conseguiu a implantação do Estado de Bem-estar social no País.

Atualmente, o investimento que deveria ser para a implantação do Estado de Bem-Estar Social é aplicado na manutenção do crescimento econômico, serve aos interesses do capital. Uma transformação da realidade de exclusão social e econômica só pode provir de uma alteração na prioridade dos gastos e investimentos públicos. Parafraseando Comblin (1996), uma reforma social, qualquer que seja ela, pressupõe uma redistribuição da economia nacional. Em outras palavras, os mais privilegiados precisam ceder parte de seus ganhos. É

uma questão política que não cabe [...] “à Igreja resolver. Mas o que, isto sim, incumbe à Igreja é insistir na necessidade de mudança”. (COMBLIN, 1996, p. 357).

Os neoliberais defendem que o Estado está em crise (e não o capitalismo, como é o fato) e que a culpa das mazelas sociais é do Estado, pois é corrupto, ineficiente e caro. De acordo com Peroni (2006, p. 11), esta argumentação faz parte das estratégias do capital para defender seus interesses no atual desenvolvimento do capitalismo. A corrupção do Estado não é culpa dos pobres e oprimidos, mas do poder constituído. Em qualquer análise crítica a respeito das relações entre Estado, mercado e ideologia, se sabe que são sempre as mesmas pessoas e/ou grupos que detêm o poder nestas três esferas: governamental, econômico e ideológico.

No conjunto de estratégias neoliberais, o Estado tem uma função muito diferente daquela do Estado de Bem-Estar Social. O Estado aqui deve ser *mínimo e forte*: mínimo para a elaboração e execução de políticas sociais, destinando (ao menos parte dessas) à sociedade civil organizada e forte no controle da economia em função dos interesses do capital. Portanto, é um Estado que faz reajuste fiscal diminuindo as verbas para as políticas públicas sociais e aumentando as verbas para o crescimento da economia.

Ao escrever sobre a crise e as reformas do Estado, Camini (2001, p. 67) cita as justificativas de Bresser Pereira acerca da reforma do Estado. Segundo o então ministro, para que este se torne o Estado Social-Liberal é necessário:

[...] a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, de terceirização e de publicização (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta).

Ao setor público não-estatal – citado por Bresser Pereira - correspondem diferentes entidades de diversas características: fundações, associações e principalmente as

Organizações Não-Governamentais (ONGs). Este agrupamento de diferentes entidades vem sendo denominado de *terceiro setor*, ao qual o Estado Neoliberal vem repassando a execução das políticas públicas sociais. Ainda que, atualmente, a sociedade civil esteja desenvolvendo atividades que são funções e responsabilidades do Estado, o conceito de *terceiro setor* é ideologizado e não corresponde ao real; ou seja, é uma função e não uma existência (MONTAÑO, 2003). Na obra *O terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*, o autor afirma que:

Na verdade, no lugar deste termo o fenômeno real deve ser interpretado como *ações*⁸ que expressam *funções* a partir de *valores*. Ou seja, as *ações* desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as *funções* de respostas às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos *valores* de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direitos dos serviços). (Ibid., p. 184).

O autor afirma ainda que:

O fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um “setor” em detrimento da crise de outro, mas *a alteração de um padrão de resposta social à “questão social”* (típica do *Welfare State*), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele). (Ibid. p. 185).

De fato, as entidades do chamado *terceiro setor*, ao assumirem a execução de ações de responsabilidade estatal, são funcionais ao neoliberalismo. Essas entidades lançam mão dos valores como a solidariedade, a auto-ajuda e a ajuda mútua para a realização das ações de políticas sociais.

Para Montaña (2003), a burguesia é hegemônica no Estado, no mercado e na produção e vem ideologizando o conceito de sociedade civil, disseminando uma concepção de sociedade *civil, popular, sem contradições de interesses econômicos, políticos e culturais*.

⁸ Grifos do autor.

Assim, dilui as lutas populares para a conquista e manutenção dos direitos sociais e encobre a verdadeira intenção do capital, que é “[...] a desarticulação do padrão de resposta estatal às seqüelas da questão social, desenvolvido a partir da luta de classes no *Welfare State*”. (Ibid. p. 280). Segundo o autor, toda essa estratégia ideológica tem a médio prazo um grande objetivo que é o progressivo desvencilhamento do Estado na execução e no financiamento das políticas públicas sociais. Esse desvencilhar-se esta em curso e levará à perda dos direitos sociais já garantidos. A sutileza da hegemonia burguesa consegue desarticular as conquistas das classes populares inculcando a idéia de que tudo acabará bem se cada um fizer a sua parte.

Montaño (2003, p. 260) propõe ao que ele chama de *terceiro setor de intenção progressista* a articulação nas lutas sociais que se dão cotidianamente nas bases populares dos setores progressistas da sociedade civil.

A PCç, uma vez que não é uma instituição governamental, pode se configurar como uma ONG integrante da sociedade civil. De fato, a PCç não deixa de integrar a sociedade civil, *mas não é somente uma integrante*. Uma vez que a Igreja Católica no Brasil, por intermédio da CNBB, colabora de uma forma bastante particular com a sociedade civil brasileira, atuando como formadora de opinião e sendo, também, espaço de ação política e social através de suas pastorais e outros organismos afins.

Compreende-se que cabe ao Estado a execução direta das políticas sociais, e também é possível concordar com a crítica e a leitura muito bem elaborada por Montaño (2003). Afirma-se, contudo, que as ações realizadas pela PCç não são um empecilho para que se possa avançar rumo a uma situação semelhante ao Estado de Bem-Estar social. As ações da PCç colaboram efetivamente, para a sobrevivência de crianças e para a dignidade das famílias pobres. É uma colaboração bastante importante, pois, antes de seres políticos, são todos biológicos. Em outras palavras, se não antes, ao menos simultaneamente é preciso sobreviver para poder ser cidadão.

Considera-se relevante neste estudo/pesquisa uma reflexão específica sobre políticas públicas sociais que têm articulação com a Política Educacional. Ao pesquisar por políticas públicas sociais ligadas à educação, encontraram-se os programas tanto do Governo Federal quanto do Governo Estadual do Paraná: Bolsa Família, Bolsa Alimentação, Vale Gás (ou Auxílio Gás), o Cartão Alimentação, Leite da Criança⁹. Esses programas se configuram como políticas de condicionalidade, pois beneficiam as famílias que cumprem com as condições estabelecidas; por exemplo, no caso do Bolsa Família, é estabelecido como condição a frequência da criança à escola.

Sem desconsiderar a importância das políticas de condicionalidade, questiona-se a respeito de qual é a contribuição dessas políticas para a superação da condição da pobreza. Parafraseando Demo (2000), ser pobre é esperar que os ricos resolvam a situação de pobreza. É ignorar que a pobreza decorre da extrema concentração de renda e que a última mantém a primeira. O autor refere que ignorar que a pobreza estrutural decorre da extremada concentração de renda pode levar os pobres a esperarem dos ricos uma solução. E que essa é uma das piores formas de pobreza.

O autor conduz à reflexão a respeito da importância do papel da educação na tomada de consciência por parte daqueles que são pobres e vivem em condições precárias; numa perspectiva de transformação da realidade, permite enfatizar a necessidade de políticas públicas que procurem atingir as diferentes facetas da pobreza e que objetivem uma transformação da vida dos pobres. Essa reflexão colabora na busca de políticas cujos programas carreguem pressupostos pedagógicos que possibilitem trilhar caminhos para a transformação da realidade de exclusão social. É preciso educar os pobres e excluídos *para* e *numa* “leitura de mundo” autônoma e crítica.

⁹ O Programa do Governo do Paraná, que completou cinco anos em 14/05/2008. Criado pelo governador Roberto Requião em 2003, com o objetivo de diminuir a desnutrição infantil, o Programa do Leite envolve as Secretarias de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social; Agricultura e Abastecimento; Educação; Saúde e Planejamento.

O fato de a PCç receber verbas públicas para a realização das suas ações sócio-educativas possibilita que seja considerada como integrante das políticas públicas sociais. As verbas são provenientes do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento¹⁰ e, no caso do Estado do Paraná, provêm também do Governo Estadual. No município de Ponta Grossa, a PCç recebe verbas também da Secretaria Municipal de Assistência Social. Para além do financiamento público-estatal, a abrangência nacional e a existência desse financiamento há vinte anos, também possibilita que a PCç seja tomada como integrante das políticas públicas.

¹⁰ Fonte: Dados oficiais de divulgação Pastoral da Criança: abrangência e resultados 2007 (Anexo A).

CAPÍTULO 2 - CONHECENDO A PASTORAL DA CRIANÇA: PRINCÍPIOS, HISTÓRIA E FINALIDADES

Ao delinear a identidade da Pastoral da Criança, este capítulo tem por objetivo principal possibilitar ao leitor a compreensão acerca do que vêm a ser essa PCç, apresentando quais são seus princípios éticos, sua história, sua estrutura organizacional, suas fontes de recursos, suas ações sócio-educativas e suas finalidades.

O texto está dividido em três momentos distintos. O primeiro momento apresenta a Doutrina Social da Igreja (DSI) como corpo de princípios e de diretrizes de ação para o cristão católico, mais especificamente da DSI, interpretada e aplicada pela Igreja no Continente Latino-Americano, de modo especial a Igreja Católica no Brasil por meio da ação sócio-pastoral da CNBB. No segundo momento, são delineados itens que constituem a Pastoral da Criança: história, abrangência, ações e finalidades. O terceiro momento apresenta uma revisão de literatura, a fim de estabelecer aproximações com este estudo/pesquisa.

2.1 PARA COMPREENDER A PASTORAL DA CRIANÇA

A Doutrina Social da Igreja e as Diretrizes Gerais da CNBB constituem a base sobre a qual se assenta a prática sócio-educativa da PCç e orientam para uma leitura da PCç a partir dos valores dos seus integrantes, que são os líderes e os coordenadores nos diferentes níveis da organização.

2.1.1 Doutrina Social da Igreja Católica Apostólica Romana

A defesa e a promoção da vida humana, praticadas pela Igreja ao longo de dois milênios, nem sempre têm sido conhecidas e, por isso mesmo, reconhecidas. É uma discussão que aqui não caberia fazer prolongadamente, pois não é objeto desta pesquisa. A Igreja é bastante pluralista; não é uma instituição monolítica em sua prática pastoral; sendo assim, nem todos os seus integrantes, sejam bispos, padres, religiosos ou leigos, comungam plenamente a respeito de todos os assuntos. Por outro lado, também fazem parte da História, ações e atitudes que não correspondem aos valores evangélicos da mesma Igreja. O que demonstra que a Igreja, como *instituição histórica*, não está isenta da dialética dos contrários: luz-sombra, alegria-tristeza, bem-mal, espírito-matéria e outras dualidades tão próprias da condição humana, das quais aqui não se pretende tratar com maiores delongas.

O Concílio Vaticano II renovou o pensamento católico sobre vários temas. No campo antropológico, se deu uma maior revalorização das realidades materiais, considerando o ser humano como um ser espiritual e material, e afirmando que o desprezo ou a negação de uma das dimensões impede gravemente a afirmação da humanidade.

A transformação das realidades materiais de opressão a que estão submetidos os pobres faz parte do processo de evangelização. Segundo a Igreja, a salvação trazida por Jesus Cristo a todo ser humano incluiu a transformação de todos os condicionamentos históricos da economia, da política, do trabalho, da comunicação, da cultura e das relações internacionais. O Compêndio oficial da DSI, em linguagem teológica afirma logo no texto introdutório que “Jesus veio trazer a salvação integral, que abrange o homem todo e todos os homens, abrindo-lhes o horizonte admirável da filiação divina.” (VATICANO, 2005, n. 1.).

A DSI é um corpo de princípios, de critérios e de diretrizes de ação para os cristãos católicos, nas suas relações *no* e *com* o mundo, com o intuito de promover uma vida digna para cada um dos seres humanos, em sua integralidade. A citação do Evangelho de João diz: “Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância” (Jo. 10,10). De acordo com a

Edição do Vaticano (2005) do Compêndio da DSI (n. 7), “O cristão sabe poder encontrar na Doutrina Social da Igreja os princípios de reflexão, os critérios de julgamento e as diretrizes de ação donde partir para promover esse humanismo integral e solidário (VATICANO, 2005, p.19)”.

Segundo Wanderley¹¹, para o Pontifício Conselho de Justiça e Paz, a DSI de natureza teológico-pastoral é fundamentada na Bíblia e na Tradição, é aberta ao diálogo com o saber acadêmico, e inclui contributos da filosofia e das ciências humanas e sociais. Aberta à fé e à razão, a DSI tem competência, concretude e amplitude para ser o que é.

O bem comum, a subsidiariedade e a solidariedade são princípios permanentes da DSI. Estão fundamentados num princípio primeiro, o da dignidade da pessoa humana: filhos e filhas de Deus. (VATICANO, 2005, n. 160).

O princípio do bem comum está assentado na dignidade, na igualdade e na unidade de todas as pessoas. (VATICANO, 2005, n. 164). A tarefa de perseguir o bem comum compete a todas as pessoas, mas principalmente ao Estado, pois este tem no bem comum a sua razão de ser. (VATICANO, 2005, n. 168). O bem comum é o que o nome diz: “[...] somente em referência à obtenção dos fins últimos da pessoa e ao bem comum universal de toda a criação”. Portanto, não é um fim isolado em si mesmo, ou destinado a apenas alguns, e não a outros.

Para a DSI, “toda a vida do homem é uma pergunta e uma busca de Deus. Esta relação com Deus pode ser tanto ignorada como esquecida ou removida, mas nunca pode ser eliminada”. (VATICANO, 2005, n. 109).

A busca por Deus é a finalidade da existência humana. Busca pela qual cada um transcende a si mesmo e estabelece relações com o outro. Os homens e mulheres têm

¹¹ [http—www.pucsp.br/nures-revista3-3-edicao-wanderley.pef.url](http://www.pucsp.br/nures-revista3-3-edicao-wanderley.pef.url) Acessado em 24/10/07.

condições de transformar as situações de injustiça quando se descobrem amados por Deus e, compreendendo a própria dignidade, transcendem a si próprios. (VATICANO, 2005, n. 4).

O princípio de subsidiariedade significa que a ajuda econômica, institucional e legislativa prestada a indivíduos e a entidades sociais não dispensa que busquem por seus próprios esforços as condições para participar na sociedade. Contra o princípio de subsidiariedade, diametralmente, está o assistencialismo. (VATICANO, 2005, n. 186, 187). Pelo princípio de subsidiariedade, se aprende que a Igreja não estimula o assistencialismo, mas responsabiliza o Estado e exige atitudes autênticas decorrentes do princípio. No âmbito econômico, ao Estado compete fundamentalmente definir um quadro jurídico que regule as relações econômicas, salvaguardando as condições da livre economia; de modo, porém, que a igualdade entre as partes não permita que uma reduza a outra à condição de escravidão. O princípio é contrário aos monopólios. (VATICANO 2005 n. 351, n. 352).

A DSI defende que é preciso uma globalização da solidariedade, isto é, sem marginalizações: “Dada a natureza das dinâmicas em curso, a livre circulação de capitais não é por si mesma suficiente para favorecer a aproximação dos países em via de desenvolvimento em relação aos mais avançados”. (VATICANO, 2005, n. 363).

Considera-se que a globalização vem alargando as distâncias entre os países pobres e os países ricos, no que tange à economia e aos direitos internacionais, especialmente à soberania das nações. Isso compromete a identidade e autonomia dos povos.

A concorrência ilimitada das forças econômicas, e a acumulação exacerbada do lucro nos países ricos, são refutadas pela Igreja. O direito à propriedade privada é legítimo, mas a propriedade tem uma função social. “As relações entre capital e trabalho devem dar-se sob o signo da colaboração”. (VATICANO, 2005, n. 91).

Para a DSI, a solidariedade abrange atitudes pessoais, ações e políticas que tangem os aspectos econômicos e sociais. Ultrapassa esses aspectos à medida que inclui os

aspectos culturais e os aspectos espirituais de cada povo. “O desenvolvimento favorável de todos responde a uma exigência de justiça em escala mundial que garanta uma paz planetária e torne possível a realização de um humanismo total, governado pelos valores espirituais”. (VATICANO, 2005, n. 98). Comblin (1996, p. 227), teólogo belga, radicado no nordeste brasileiro há mais de trinta anos, afirma que a solidariedade social é “a menina dos olhos” dos cristãos.

Há situações de grave desequilíbrio e injustiça social em que só a intervenção pública pode criar melhores condições de justiça, igualdade e paz e, nesse momento, o Estado deve exercer uma função de suplência. Contudo, esta função é temporária e, uma vez alcançadas a justiça e a paz, a suplência já não é mais requerida. Em todo caso, o bem comum não pode ser contrário à promoção do primado da pessoa. (VATICANO, 2005, n. 351).

Sobre as situações de pobreza, a DSI deixa claro que esta é causa de impedimento para a realização do humanismo pleno que a Igreja deseja e persegue. A luta contra a pobreza é incentivada e motivada através da *opção preferencial pelos pobres*. Reafirmando constantemente o princípio da solidariedade, a DSI estimula à ação para a promoção do bem comum. A luta contra a pobreza deve colocar o princípio de solidariedade ao lado do princípio de subsidiariedade: “[...] aos pobres se deve olhar “não como um problema, mas como possíveis sujeitos e protagonistas dum futuro novo e mais humano para todo o mundo”. (VATICANO, 2005, n. 449).

Por excelência, a via para a realização do bem comum e da solidariedade é a caridade. A DSI (n. 204) afirma que há uma profunda ligação entre valores sociais e caridade, e que esta “[...] deve ser reconsiderada no seu autêntico valor de critério supremo e universal de toda a ética social”. A caridade tem caráter social e político quando leva à construção do bem comum, no interior das estruturas, das organizações sociais e dos ordenamentos jurídicos. Desta forma o próximo a ser amado se apresenta “em sociedade”. Portanto, “[...]”

organizar e estruturar a sociedade de modo que o próximo não venha encontrar-se na miséria [...]” é ação caridosa (DSI, n. 207).

Percebe-se, com nitidez, pela DSI, que a caridade é bem mais ampla do que aquela “caridade” praticada corriqueiramente: dar esmolas, ter pena, ajudar para se livrar do pobre ou ainda para aliviar a própria consciência. A caridade cristã é contrária à ação de doar para aliviar a consciência de quem explora o próximo. Um exemplo contundente desta afirmação encontra-se no *Sermão Contra os Usurários*, de Gregório de Nissa¹².

Talvez dê esmolas. Mas, de onde as tiras, senão de tuas rapinas cruéis, dos sofrimentos, das lágrimas e dos suspiros? Se o pobre soubesse de onde vem o teu óbolo, ele o recusaria porque teria a impressão de morder a carne de seus irmãos e de sugar o sangue de seu próximo. Ele te diria estas palavras corajosas: não sacies a minha sede com as lágrimas de meus irmãos. Não dê ao pobre o pão endurecido com os soluços de meus companheiros de miséria. Devolve a teu semelhante aquilo que reclamaste e eu te serei muito grato. De que vale consolar um pobre, se tu fazes outros cem? (NISSA, G. *apud* FREIRE, 1983, p. 31).

A exortação de Gregório de Nissa remete ao centro da verdadeira ação caridosa. Para ser caridade é preciso que antes não tenha sido exploração ou injustiça.

Uma das facetas da caridade é a promoção humana, que está essencialmente ligada à evangelização:

Laços de ordem antropológica dado que o homem a ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto de problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da Redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia proclamar o mandamento novo, sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e autêntico progresso do homem? (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2005, n. 66).

¹² **Gregório de Nissa** (Cesaréia, Capadócia 335-345): Teólogo, místico e escritor cristão. Padre da Igreja e irmão de Basílio Magno, faz parte, com este e com Gregório Nazianzeno, dos assim denominados Padres Capadócios. Deixou vários escritos, de diferentes natureza; entre estes há discursos e homilias de natureza moral e dogmática, como o Sermão contra os Usurários. (ALTANER, 1951, p. 220).

No documento do Pontifício Conselho Justiça e Paz (na DSI), temos uma apresentação sólida das bases do ensinamento e do julgamento da Igreja a respeito das diferentes dimensões que constituem a vida dos homens e das mulheres. O exposto sobre a DSI compõe o substrato sobre o qual a PCç pauta suas ações político-educativas.

A guisa de conclusão se pode dizer que a DSI, fundamentada na antropologia cristã, na teologia e na prática pastoral, afirma que a pobreza impede a construção do humanismo pleno, perseguido pela Igreja e que a propriedade privada tem uma função social. Postula que o Estado deve regular juridicamente o mercado, de modo que nem existam o monopólio econômico, nem o assistencialismo que estimulem a dependência ou a indigência. Considera os pobres como sujeitos e não como objetos. Defende os princípios de subsidiariedade e solidariedade a serem respeitados e aplicados pelo Estado sempre que necessários.

Considera-se, entretanto, que os ensinamentos da DSI colocando-se nas vias de transformação da sociedade, sem exclusão da caridade, são moderados. Exatamente por isso, a DSI é capaz de dialogar com a diversidade da comunidade humana, estimulando a prática real da fraternidade, inclusive entre os contrários. Cada conferência episcopal, ou os bispos de uma região aplicam esses ensinamentos, na prática pastoral, de acordo com a realidade onde estão inseridos.

A Igreja, na América Latina e no Caribe, encontra em seus milhões de pobres, a fisionomia do *Cristo pobre*. Por isso, o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), tentando interpretar a DSI, historicamente vem, favorecendo uma prática pastoral de opção pelos mais pobres. Tal opção tem na Conferência de Medellín, e na Conferência de Puebla sua expressão maior. Em alguns aspectos, os textos resultantes dessas duas conferências, testemunham uma das mais comprometidas versões mundiais da DSI. O texto oficial das Conclusões da Conferência de Puebla (realizada no México em 1979) faz

denúncias, exorta à conversão pessoal e pede a transformação profunda das estruturas que causam a pobreza:

Ao analisar mais a fundo tal situação, descobrimos que esta pobreza não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria. A situação interna de nossos países encontra, em muitos casos, sua origem e apoio em mecanismos que, por estarem impregnados não de autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem em nível internacional os ricos, cada vez mais ricos, às custas de pobres cada vez mais pobres. Esta realidade exige, portanto, conversão pessoal e transformações profundas das estruturas que correspondam às legítimas aspirações do povo a uma verdadeira justiça social; tais mudanças ou não se deram ou têm sido demasiado lentas na AL. (CELAM, 1979, n. 30).

A desigualdade crescente entre ricos e pobres é contrária ao plano de Deus. E constitui um pecado social:

Vemos, à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão a brecha crescente entre ricos e pobres. O luxo de alguns poucos se converte em insulto contra a miséria das grandes massas. Isto é contrário ao plano do Criador e à honra que lhe é devida. Nesta angústia e dor, a Igreja discerne uma situação de pecado social, cuja gravidade é tanto maior quando se dá em países que se dizem católicos e que têm a capacidade de mudar: “que se derrubem as barreiras da exploração... contra as quais se estraçalham seus maiores esforços de promoção (João Paulo II, Alocução Oaxaca 5 AAS LXXI p. 209). (CELAM, 1979).

Admite-se, contudo, que o próprio Documento de Puebla possa apresentar contradições. Como todo documento conclusivo, Puebla não está isenta da presença de diferentes hermenêuticas, que, sob as diferenças expressadas nos debates acalorados, à hora da redação conclusiva procuram pelo consenso.

De acordo com o Documento de Aparecida¹³ o CELAM reafirma a opção preferencial pelos pobres:

Comprometemo-nos a trabalhar para que a nossa Igreja Latino-americana e Caribenha continue sendo, com maior afinco, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio. Hoje queremos ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres feita nas Conferências anteriores. Que seja

¹³ Documento oficial da última Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenho realizada em Aparecida-SP, em maio de 2007.

preferencial implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais. A Igreja latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, solidariedade e justiça entre nossos povos. (AP. 396).

A Igreja no Brasil, com uma positiva liderança da CNBB, não foge desse perfil; ao contrário, lidera mesmo o mundo ocidental, na busca de fidelidade a um processo histórico. A DSI torna a PCÇ uma ação político-educativa singular com exigências próprias.

2.1.2 A Igreja no Brasil e as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora

A PCÇ está inserida numa história de compromisso e prática sócio-pastoral junto aos pobres por parte da Igreja no Brasil, como abaixo é atestado.

A CNBB tem uma longa história de práxis pastoral junto aos pobres, marginalizados, migrantes, camponeses e outros grupos minoritários da população brasileira. Com fundamentação na DSI, a Igreja Católica no Brasil¹⁴, baseada nos Planos de Pastoral de Conjunto (1962 e 1966)¹⁵, se comprometeu com as decisões tomadas nos dois encontros episcopais da América Latina de Medellín (1968) e de Puebla (1979).

Foi em 1964, durante a realização do Concílio Vaticano II, e já inspirada no próprio sopro de renovação provindo do Concílio, [...] “que a Assembléia Geral da CNBB, realizada em Roma, assumiu o Planejamento Pastoral como seu instrumento metodológico de renovação”. (AZEVEDO, 2004, p. 112). O Planejamento Pastoral se tornou o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC). Através dessa metodologia (a pastoral de conjunto) a Igreja historicamente vem procurando uma inserção cada vez maior na sociedade civil e buscando aproximar a prática pastoral aos movimentos sociais.

¹⁴ Já afirmado, a Igreja não é uma instituição monolítica. Há tendências e até divergências intra-eclesiais, principalmente no plano político. Essas tendências e divergências perpassam todo o povo de Deus, desde os fiéis até os arcebispos e cardeais.

¹⁵ Atualmente denominado de Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

Segundo Azevedo (2004, p.118), a Igreja Católica, constituída em fator de poder, já não busca mais exercê-lo de forma direta. No entanto, age fundamentada em sua mensagem religiosa procurando influenciar a sociedade e, sobretudo, influir na política. Esse autor considera o papel da CNBB na política brasileira como fruto histórico da construção de uma identidade eclesial específica: o rosto da Igreja Católica no Brasil e na América Latina. Pode-se dizer o “rosto da Igreja dos pobres”.

Souza (2004, p. 78), ao fazer uma retrospectiva da atuação da Igreja no Brasil, aponta o ano de 1922 como o momento em que ressurge, de uma forma nova e marcante, a presença de católicos no mundo da cultura. Ele também destaca a participação de dirigentes cristãos no Movimento de Cultura Popular do Recife, nas primeiras experiências do Método de Paulo Freire, bem como destaca a participação da CNBB na criação do Movimento de Educação de Base (MEB) através de um convênio firmado com o Ministério da Educação, no ano de 1960. Foi um período significativo na história da educação popular. O MEB, organismo da CNBB, criado em 1960, realiza atividades de educação popular à luz do método ver, julgar e agir¹⁶ e dos princípios filosófico-pedagógicos de Paulo Freire.

Ao longo dos anos seguintes, alguns bispos tomaram a frente na realização desses projetos, aliando-os aos seus pronunciamentos e às suas práticas pastorais, e se tornaram conhecidos como “bispos progressistas” por ampla parcela do povo brasileiro. Além dos bispos, muitos presbíteros e leigos foram atuantes na vida política e universitária e se tornaram importantes na caminhada que a Igreja ia fazendo. Jamais serão omitidos nomes como estes: D. Hélder Câmara, D. Cândido Padim, D. Tomaz Balduino, D. Paulo Evaristo Arns, Alceu Amoroso Lima, Pe. José Marins, Pe. José Comblin.

¹⁶ As informações foram obtidas no site do MEB.

Conforme os moldes da DSI, as Diretrizes Gerais (CNBB, 2004, doc.n. 71), enfatizam princípios e critérios e para a ação pastoral da Igreja Católica no Brasil. De acordo com Azevedo para a CNBB a essência da democracia está,

[...] em uma certa homogeneidade social, caracterizada pela inexistência de grandes abismos entre as classes sociais e em um sistema econômico capaz de dar respostas positivas às reivindicações das várias classes, ainda que tais respostas sejam graduais. (AZEVEDO, 2004, p. 114).

Entende-se que esta afirmação leva em conta um aspecto fundante para que, de fato, uma sociedade seja considerada democrática: seu sistema econômico. Este deve ser avaliado se bom ou se mau, de acordo com sua capacidade de responder às necessidades de sua população. A má distribuição de renda praticada no Brasil foi vista há muito tempo como um disparate à condição humana.

As pastorais sociais são organizadas de modo a envolverem os diferentes níveis da jurisdição eclesial (arquidiocesano, diocesano, e paroquial) e são constituídas por leigos, por religiosos e pelo clero. Essas pastorais procuram promover e defender a vida humana em todos os aspectos. As ações das pastorais sociais abrangem os diferentes grupos sociais e incluem a diversidade étnica cultural e sócio-econômica da população brasileira. Grupos que são vítimas da exclusão social. Atualmente, no sociograma da CNBB são onze as pastorais sociais: pastoral do menor, da terra, operária, da saúde, *da criança*, dos pescadores, dos migrantes, do povo de rua, da mulher marginalizada, dos nômades, e pastoral carcerária.

Sendo processo de reflexão-ação-reflexão, a práxis pastoral está situada numa determinada realidade concreta que, por sua vez, está condicionada às limitações da política, da economia, da cultura, da educação e da religião. Em outras palavras, também a ação eclesial está inserida num contexto histórico-temporal.

Atualmente se entende que o episcopado brasileiro, na sua maior parte, é bem menos progressista do que vinte anos atrás. Contudo, é uma Igreja que cotidiana, e oficialmente, procura promover, defender e concretizar a dignidade da vida humana, com uma opção evangélica pelos pobres. Conforme indicam as Diretrizes Gerais da CNBB (Documento 71, n. 38), uma das faces do amor cristão é o [...] “serviço aos pobres, o cuidado para com os sofredores, o socorro a todos os que precisam, sem discriminação”. Esta opção pelos pobres se concretiza de várias formas, seja no apoio aos movimentos sociais, seja nas práticas das pastorais sociais, seja também nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A Pastoral da Criança é uma das expressões dessa opção preferencial pelos pobres.

Os atuais bispos brasileiros, em sua maioria, são bispos moderados. Se não são considerados bispos progressistas, também não são, em tudo, conservadores. Os bispos moderados podem ser identificados por uma prática pastoral que procura um certo equilíbrio, na ação interventora nos conflitos de interesses econômicos, políticos e culturais da totalidade da sociedade brasileira, mesmo na formação social ao seu redor.

Considera-se que a moderação é mais eficaz para a transformação do que posições extremadas que podem levar a perder todos os bons efeitos que a práxis já tenha alcançado. A transformação não se dá da noite para o dia. Transformação é processo; então, o importante é não perder o rumo da caminhada e o porquê de se caminhar.

2.2 A PASTORAL DA CRIANÇA

Esta seção apresenta a história, a organização, as ações e as finalidades da PCÇ. Destaca os aspectos educativos da pedagogia da PCÇ, principalmente a metodologia e os instrumentos didáticos empregados. Apresenta alguns dados da pesquisa de campo; contudo, o maior número das informações aqui apresentadas provém da pesquisa bibliográfico-documental.

2.2.1 Definição e abrangência

A PCÇ é um organismo da ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Através do trabalho voluntário, atua junto às comunidades carentes situadas nos bolsões de miséria espalhados por todas as dioceses do Brasil, levando ações educativas nas áreas de saúde, de nutrição, de cidadania e de educação. A fundadora, Zilda Arns Neumann, afirma:

A Pastoral da Criança é uma experiência diferente e inovadora, que usa tecnologia barata e simples para salvar vidas. Ecumênica cada vez mais, a Pastoral da Criança é uma organização não-governamental que se torna conhecida por sua luta e pelos resultados contra a desnutrição, a mortalidade infantil e a violência nas famílias. (NEUMANN, 2000, p. 83).

De acordo com Landim (1998, p. 216-217) ainda não há uma definição do termo ONG e tampouco existe dispositivo jurídico que explicita sua classificação. Contudo, o termo “[...] possui densidade enquanto conceito sociologicamente elaborado”. Para a autora, pode ser apresentado como categoria construída na prática social. O termo que ainda não tem classificação pelos filólogos, “[...] situa-se justamente num ponto do caminho que vai da

caridade pessoalizada à ação pública governamental, não se confundindo com nenhuma delas”.

Diante do exposto, a PCç pode ser considerada uma ONG de caráter educativo e social, uma vez que suas ações possuem aspectos educativos e estão inseridas no contexto das comunidades populares. Porém, pelo fato de ser ligada à Igreja, é essencialmente uma “pastoral” e faz parte do Plano de Pastoral de Conjunto da Igreja, integrando o número das demais pastorais sociais. Esta ação pastoral faz parte da missão de evangelização, uma função precípua da Igreja, como refere Junqueira (2003, p. 29):

A presença ativa da Igreja no mundo, quando em conformidade com o Evangelho, é designada evangelização. Dentro do processo de evangelização estão as mais variadas formas de ações humanas. Um cuidado em dar a estas ações o sentido cristão, de forma organizada e progressiva, nos mais variados ambientes e situações, chama-se pastoral.

Vale lembrar que o termo pastoral é derivado da palavra pastor numa referência à citação bíblica¹⁷ do Evangelho de João 10, 11, texto no qual Jesus se identifica como o bom pastor, aquele que dá a vida pelas suas ovelhas, e os que se dispõem a segui-lo, e com ele aprender, também vão dando a sua vida para que os pobres cheguem a ter vida. É nessa perspectiva que a PCç se entende enquanto instituição. Pelo exposto, se considera que a PCç apresenta várias facetas já em sua conceituação, um processo sem dúvida complexo.

Quanto à abrangência, a organização da PCç cobre todo o território brasileiro. A distribuição geográfica da PCç que tem sido apresentada conforme o Anexo n.2, tem por base a jurisdição eclesial (Bloco 1) e a estrutura governamental brasileira (Bloco 3), desse modo, a PCç possui uma estrutura sistêmica (Bloco 2). A relação entre as três estruturas possibilita uma ágil articulação nas ações realizadas e no estabelecimento de parcerias.

¹⁷. A tradução utilizada é da Bíblia de Jerusalém.

Facilita igualmente o controle das ações realizadas e a transparência na prestação de contas. Esta transparência pode ser verificada no *site* da PCç.

A nomenclatura utilizada pela PCç, primeiramente de caráter mais eclesial (província, setor e paróquia), atualmente se apresenta mais laica (coordenação estadual, núcleo, coordenação de setor e coordenação de ramo), revelando seu caráter público.

2.2.2 História

A Pastoral da Criança¹⁸ tem sua origem em 1982, a partir de uma reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra. O então diretor executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), James Grant, propôs a D. Paulo Evaristo Arns, na época cardeal arcebispo de São Paulo, que a Igreja Católica poderia ajudar a reduzir a mortalidade infantil no Brasil através de ações básicas e de baixo custo, ensinando as mães a prepararem o soro caseiro.

De volta ao Brasil o cardeal Arns propõe à sua irmã Zilda Arns Neumann, médica sanitária que trabalhava no serviço público de saúde do Estado do Paraná, que elaborasse um projeto piloto. Um novo tipo de trabalho foi iniciado na Arquidiocese de Londrina no Paraná, na cidade de Florestópolis, no ano de 1983, sob a coordenação da Dra. Zilda Arns (forma como é chamada tanto pelos integrantes da PCç ou, mais amplamente, pela população brasileira).

[...]em primeiro lugar eu era funcionária pública da Secretaria de Saúde Estadual do Paraná. Então para eu sair para outro estado, eu teria que pedir licença cada vez e teria que sair no Diário Oficial. Então descartei fazer o projeto piloto em outro estado. Em segundo lugar, D. Geraldo Majella Agnelo era arcebispo de Londrina, e D. Paulo Evaristo Arns, cardeal, meu irmão, me aconselhou que o bispo me

¹⁸ Disponível em <http://pastoraldacrianca.org.br> acessado em 11/03/06.

acompanhasse nesta implantação e implementação da PCÇ. E ele aconselhou que fosse D. Geraldo porque era ainda ditadura, época de ditadura e a Igreja estava assim, dividida direita e esquerda. Dom Geraldo se dava bem com as duas áreas. Ele era assim neutro, moderado, sempre trabalhava com um e com outro. E eu também já conhecia D. Geraldo, porque quando fiz o concurso de Saúde Pública, educação em saúde, foi em 77 na USP, eu morava na casa de D. Paulo e uma vez por semana D. Geraldo almoçava com D. Paulo porque ele era coordenador das pastorais sociais. Então eu já tinha certa amizade com ele. E ele disse: bom, gostaria de começar na minha Diocese, porque, como eu fui designado para acompanhar a PCÇ, tenho mais ascendência na minha própria diocese. E onde começar na diocese? Nós temos aqui, em Londrina um padre que é muito interessado da área social; e me disse qual o lugar. Daí eu disse o seguinte, olha, fiz um levantamento da mortalidade infantil do Paraná e, daqui da arquidiocese o município de Florestópolis é onde morrem mais crianças com menos de um ano. Então, tem outra vantagem porque o município só tem o tamanho da paróquia. Então, se eu conseguir abranger toda a paróquia eu estou abrangendo todo o município e posso comparar os meus dados com os dados oficiais. Então já me diminuiu o trabalho, porque uma pesquisa sobre mortalidade é cara e eu não tinha dinheiro. Então ele concordou e coincidiu muita coisa. A irmã, que era coordenadora da paróquia lá, era vigária da paróquia porque não havia padre que agüentasse lá, porque era um município difícil na área da Igreja, porque quem mandava e desmandava em tudo eram as usinas. Então pagavam as creches, pagavam as professoras, pagavam tudo e mandavam. Não se implantava nada sem as licenças das usinas. Então ele disse: se der certo lá, vai dar certo em qualquer parte do mundo, porque é realmente um município difícil. (Entrevista em 10/2007)¹⁹

A escolha do município de Florestópolis justifica-se em uma congruência de motivos de ordens pessoal, administrativa, político-eclesiástica e justifica-se também no fato de Florestópolis ser o município com o maior índice de mortalidade infantil pertencente à Arquidiocese escolhida para a execução do projeto piloto.

3.2.3 Estrutura Organizacional e Financeira

O organograma da PCÇ²⁰ revela a hierarquia, as linhas de responsabilidades e de atuação dos integrantes da Pastoral. Vê-se que sua estrutura organizacional revela verticalidade nas relações de poder, com os cinco níveis de coordenação e o conselho diretor. Simultaneamente, demonstra também horizontalidade devido aos cinco níveis de assembléias.

¹⁹ Em entrevista concedida à pesquisadora em 01/08/07, na sede nacional da PCÇ, em Curitiba.

²⁰ Anexo n. 3.

As assembléias são realizadas pelo Conselho de Representantes dos beneficiários (das famílias/mães atendidas) e dos agentes voluntários (líderes/coordenadores), conforme indica a legenda. Os cinco níveis das assembléias permitem aferir que as relações e a distribuição de poder possibilitam a equidade de participação e de decisão.

A escolha das coordenadoras dos diversos níveis se dá pela votação em lista tríplice. Isto é, todas as coordenadoras do nível são elegíveis pelos seus pares. Elas votam secretamente em três nomes. Das três mais votadas, uma assume o cargo, geralmente a que obteve o primeiro lugar. É o padre da paróquia quem escolhe uma dentre as três indicadas. Segundo informações levantadas durante este estudo/pesquisa, o padre procura respeitar a ordem de escolha; pode, porém, escolher qualquer uma delas, inclusive a menos votada.

De acordo com o quadro *Fonte de Recursos*²¹, muitas são as origens dos recursos financeiros da PCç. São oriundos de empresas privadas, de indivíduos e de associações, constituindo-se em diversas doações. Entretanto, o principal recurso financeiro vem da União por meio dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento.

2.2.4 Finalidade e ações realizadas

O objetivo central da organização é diminuir a mortalidade infantil e o principal instrumento de ação é a educação junto às famílias. A PCç realiza ações de natureza educativa, tais como: prevenção de doenças, vigilância e educação nutricional, educação para a cidadania com o incentivo à organização e articulação comunitária, manutenção de programas de comunicação em rádios e em jornais. As ações educativas se dirigem precipuamente às gestantes, às lactentes e às mães com crianças de até seis anos de idade.

²¹ Conforme Anexo n. 2. E, na figura 1 em apêndice uma integrante da Equipe de Coordenadora da Diocese de Ponta Grossa realiza o pagamento das despesas de viagem dos coordenadores paroquiais (ou de ramo).

A base de todo o trabalho da PCç são as famílias e sua comunidade. Para isto capacita as líderes²² voluntárias (a maioria delas residentes na própria comunidade), a fim de orientarem as famílias para que dêem melhores cuidados aos filhos.

Na prática social cotidiana, são três as principais ações educativas. A *primeira* ação caracteriza-se pelas **visitas domiciliares mensais** - uma vez ao mês cada líder visita as famílias por ela atendidas:

Na visita domiciliar o líder tem a oportunidade de conversar sem pressa com a gestante, os pais e familiares da criança. Com isso, ele pode conhecer melhor a situação de vida das crianças e as necessidades das famílias, para poder ajudá-las. Desse modo, ele também ajuda a reforçar laços de confiança e amizade entre eles. (Guia do Líder, p. 17).

Na visita mensal a líder escuta, troca experiências, ensina. Neste momento ela registra no **Caderno do Líder da Pastoral da Criança**²³ todos os indicadores de saúde e nutrição de cada gestante, de cada lactente e de cada criança acompanhada. A falta de atendimento do Serviço de Saúde e as ocorrências de mortes também são registradas²⁴.

A *segunda* ação da PCç refere-se ao **dia do peso**. É o dia em que as mães, seus filhos e suas líderes se reúnem para pesar todas as crianças; é também chamado o **Dia da Celebração da Vida**. Com periodicidade mensal, neste momento são preparados e servidos alimentos às mães e suas crianças, às gestantes e às lactentes. Uma equipe formada por simpatizantes da PCç, chamada Equipe de Apoio, prepara tal refeição. Nesse dia, acontecem a pesagem de cada criança e momentos para a oração e interiorização. Em muitas comunidades há palestras abordando temas que tratam de assuntos como saúde, educação e cidadania.

²² A maioria dos integrantes da PCç são mulheres; por isso, mesmo existindo alguns homens que são líderes e/ou coordenadores a pesquisadora optou pelo termo no feminino: as líderes/a líder.

²³ Sobre o Caderno do Líder ver a página 66.

²⁴ Anexo n. 4

Normalmente, as palestras são realizadas por profissionais ou estudantes contatados pela líder da comunidade.²⁵

A *terceira* ação da PCç diz respeito às **reuniões de Reflexão e Avaliação**.

Uma vez por mês, os líderes se reúnem para avaliar o trabalho realizado no mês anterior e para definir os novos encaminhamentos necessários. Nesse momento são preenchidas as Folhas de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade (FABS). As FABS²⁶ registram os indicativos de saúde e de nutrição de gestantes, lactentes e crianças acompanhadas. Cada paróquia ou ramo envia FABS, mensalmente, à Coordenação Nacional. As FABS contêm os resultados estatísticos das ações e programas desenvolvidos em cada paróquia/ramo.

O programa das três ações básicas é constituído por um conjunto de ações voltadas para a sobrevivência, o desenvolvimento integral da criança, a melhoria de vida das famílias carentes nas dimensões física, material e espiritual e, enfim, por atividades para gerar maior igualdade de oportunidades, justiça e paz na comunidade. Especificamente, as ações de apoio integral às gestantes e às mães incluem: incentivo ao aleitamento materno, educação para alimentação enriquecida e vigilância nutricional, controle de doenças diarreicas, controle de doenças respiratórias, explicações sobre remédios caseiros, estímulo à vacinação de rotina das crianças e das gestantes, brinquedos e brincadeiras, prevenção de acidentes domésticos, educação para a paz, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, saúde bucal e catequese desde o ventre materno até os seis anos de idade²⁷.

Para ampliar o suporte oferecido às famílias e à comunidade, a PCç desenvolve os seguintes projetos, alguns considerados complementares às suas ações básicas e outros opcionais: alfabetização de jovens e adultos, programa de geração de renda,

²⁵ Cf. fig. 8 em apêndice.

²⁶ Anexo n. 5.

²⁷ A catequese, do ventre materno aos seis anos de idade, é uma orientação às mães sobre o valor da vida, no sentido de concebê-la como dom de Deus e, portanto, merecedora de todo o esforço para preservá-la.

participação no controle social, pequenas rodas de conversa, projeto Criança Viva, programa de segurança alimentar, planejamento familiar natural, terceira idade e comunicação social. A mola propulsora do trabalho é a própria fé cristã na sua articulação com a vida.

2.2.5 Formação e Metodologia da Pastoral da Criança

Para realizar suas ações e programas a PCç mantém seus integrantes em constante processo de formação por intermédio de encontros, cursos, oficinas e palestras a fim de melhor capacitar as pessoas envolvidas. A concepção pedagógica da PCç é clara na diferenciação entre formação e capacitação. A segunda está a serviço da primeira.

A capacitação é entendida como ação pedagógica que tem por objetivo tornar as pessoas capazes de realizar as atividades da PCç. Para tanto, a Pastoral elabora e distribui materiais educativos definidos para cada capacitação específica. São os seguintes os principais programas de capacitação: Guia do Líder, Brinquedos e Brincadeiras, Articuladores, Missão e Gestão, Alfabetização de Jovens e Adultos e Comunicadores. No encaminhamento metodológico das atividades da PCç, o diálogo entre os participantes ocupa espaço central e o ensino contempla momentos de prática-teoria-prática-teoria. Vê-se que a prática sócio-educativa é o motivo da aprendizagem e é a teoria que se volta para ela. As turmas são compostas, em média, por vinte participantes. As oficinas são para aperfeiçoamento dos conteúdos trabalhados nas capacitações iniciais²⁸.

O processo de formação das integrantes da PCç é amplo, procurando envolver as diversas dimensões da vida humana: espiritual, emocional, biológica, cognitiva, sócio-cultural e política. Com fundamentação no Evangelho, propicia a vivência da mística cristã que envolve fé, vida pessoal e comunitária.

²⁸ Ver fig. 10 em apêndice.

Os estudos promovidos pela PCç promovem ações como decodificar os conhecimentos científicos das áreas de saúde, nutrição, educação e cidadania, necessários à educação da gestante, da lactente e dos seus filhos. Os estudos relacionam os conhecimentos científicos decodificados com o saber popular, construindo coletivamente um novo saber, “científico-popular”, significativo para as líderes e as famílias acompanhadas. Os estudos contribuem para a transformação da realidade sócio-econômica e política através do processo de conscientização a respeito dos direitos sociais básicos (Cap.2, art. 6 ° da Constituição Brasileira e art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente).

As atividades de formação e de capacitação são ministradas por três equipes: Equipe Nacional de Capacitação, Equipe de Multiplicadores, e Equipe de Capacitadores. As equipes são constituídas de pessoas integrantes da PCç. Algumas dessas pessoas possuem conhecimentos técnicos, outros são somente capacitados e ensinam aos demais o que apreenderam. As ações das três equipes são assim distribuídas:

- a) *Equipe Nacional de Capacitação*. Multidisciplinar, é constituída por profissionais técnicos da Coordenação Nacional e também é acrescida de pessoas escolhidas nas capacitações realizadas nas demais esferas do organograma da PCç. A equipe tem por função formar e acompanhar a equipe de multiplicadores.
- b) *Equipe de Multiplicadores*. É constituída por técnicos da Coordenação Estadual e dos Setores (dioceses) e tem por função capacitar os capacitadores.
- c) *Equipe de Capacitadores*. É constituída por pessoas que atuam no setor/diocese e que foram formadas pelos multiplicadores; os capacitadores são responsáveis em capacitar os líderes que atuam na base, ou seja, na comunidade.

Sempre que possível, as capacitações são realizadas por uma dupla de capacitadores/multiplicadores. Entende-se que a opção por esta metodologia é eficaz para a consecução dos objetivos da prática educativa, pois, em dupla, os multiplicadores e/ou capacitadores podem trocar idéias, preencher as possíveis falhas momentâneas do companheiro, e atender melhor as necessidades individuais dos participantes.

A metodologia da PCç foi inspirada no Evangelho de João, na passagem da multiplicação dos cinco pães e dos dois peixes. Esta passagem acentua a perspectiva da capacitação dos líderes comunitários para a tarefa de multiplicar o saber e a solidariedade. As palavras da Dra. Zilda Arns colaboram para melhor compreensão da metodologia criada para o trabalho da PCç:

Surgiu-me a idéia de seguir a metodologia que Jesus aplicou no episódio do milagre da multiplicação de cinco pães e dois peixes, que saciaram a fome de cinco mil homens, como narra o Evangelho de São João. Os discípulos disseram ao Mestre Jesus Cristo: “è melhor que o povo se vá, porque está chegando a noite e estão com fome.” Ele disse: “Dai-lhes vós de comer”. “Como?” Só tinham dois peixes e cinco pães. O Mestre mandou que o povo se organizasse em comunidades de cinquenta ou cem pessoas sobre a relva verde e pediu que os discípulos trouxessem o que tinham. Jesus abençoou os cinco pães e os dois peixes e mandou distribuí-los entre o povo; depois mandou verificar se todos estavam satisfeitos, e ainda sobraram doze cestos de restos de comida. (Jo 6, 1-15) Adapteí essa metodologia do milagre ao projeto, ao organizar as comunidades e identificar líderes que, capacitados com o espírito de fraternidade cristã, multiplicavam o saber e a generosidade nas famílias vizinhas. (NEUMANN, 2003, p. 65)

Entende-se que é preciso organizar a comunidade em grupos menores. Seus integrantes são educados para se sentirem responsáveis uns pelos outros e são convidados a partilharem o que são e possuem: seu tempo e sua vida. A explicação da Dra. Zilda Arns retrata a educação para a solidariedade, a autonomia e a conscientização. São valores que a PCç procura desenvolver em suas atividades.

2.2.5.1 O método “ver-julgar-agir-avaliar-celebrar”

A prática sócio-educativa da PCÇ se alicerça no método “ver-julgar-agir-avaliar-celebrar”. Organizados em rede de solidariedade, de comunicação e de trabalho, seus integrantes se doam em práticas e ações de natureza educativa, de modo simples, mas intencional. A formação e capacitação para todos os integrantes é uma constante. O método citado é de autoria de Joseph Cardijn, sacerdote, belga, fundador da Juventude Operária Católica. O padre Cardijn elaborou um método que foi e ainda é base para a práxis pastoral católica no Brasil. É um método de análise e prática social cujos passos se desenvolvem da seguinte forma:

- a) Conhecimento da realidade, da situação concreta onde se insere a ação (VER).
- b) Analisar a realidade verificada à luz da fé, principalmente à luz dos textos bíblicos (JULGAR).
- c) Planejar e executar as ações de modo a obter a transformação da realidade (AGIR). Logicamente, este agir segue os critérios estabelecidos no segundo momento do método, o momento do julgar.

Tendo em vista suas características de inserção na realidade e de análise, o método possui um alto potencial para a práxis político-educativa na perspectiva da transformação proposta pelo educador Paulo Freire, caracterizando-se como um método da práxis. Na práxis pastoral católica, o método foi sendo gradativamente recriado e ampliado de acordo com as reflexões que a própria práxis suscitava no interior de cada pastoral, especialmente das pastorais sociais.

A práxis sócio-educativa da PCÇ acrescentou dois momentos que não são arrolados no método original: o avaliar e o celebrar. O avaliar é o momento em que se retoma

o primeiro passo (VER), agora procurando pelos acertos e/ou erros para re-encaminhar as ações da prática sócio-educativa; é o momento da avaliação diagnóstica. O celebrar comemora os acertos realizados. É o momento em que as líderes renovam seu entusiasmo e compromisso. São momentos de celebração a missa e as confraternizações, mas um lugar especial cabe ao Dia de Celebração da Vida (ou dia do peso). Todas as celebrações incluem refeições.

O método foi ensinado e vivenciado em todas as capacitações acompanhadas. Especificamente, ele foi ensinado nas capacitações de **Missão e Gestão e Guia do Líder** para as coordenadoras de setor (ou diocese).

2.2.5.2 Guias teórico-metodológicos.

A PCç possui livros que orientam as líderes para a ação junto às comunidades fornecendo subsídios teóricos e práticos para a práxis sócio-educativa da PCç, tanto para as capacitações (desenvolvidas pelos capacitadores), quanto para a execução das atividades realizadas pelos líderes. São livros elaborados pela Coordenação Nacional da PCç, especificamente por uma equipe técnica (pedagogo, nutricionista, médico, odontólogo e psicólogo) e com a colaboração de consultorias externas à PCç. Os livros são semelhantes aos livros paradidáticos do sistema escolar; mas o termo paradidático não é o melhor para definir esses livros; considera-se que, metodologicamente, o termo que melhor representa esses documentos é o conceito de *guias teórico-metodológicos*²⁹.

Os guias teórico-metodológicos que seguem foram analisados para este estudo/pesquisa. O primeiro foi o **Guia do Líder da Pastoral da Criança** (CNBB.

²⁹ A própria PCç nomeia um deles de **Guia do Líder**.

PASTORAL DA CRIANÇA. 9.ed. Revista e ampliada. Curitiba, 2007a. 304p. ilustrado. 20,5 cm x 27,5 cm). Após a apresentação, as nove primeiras páginas versam sobre a missão do líder da PCç. O guia contém orientações minuciosas sobre como, porquê, para quê o líder atua na PCç, e qual é o seu papel. O texto se divide em dezessete capítulos e aborda os temas que seguem: gestação e seu desenvolvimento, cuidados e saúde da gestante, o nascimento e o desenvolvimento do bebê. Os capítulos destinados ao desenvolvimento do bebê abordam desde a primeira semana de vida até os seis anos de idade.

É através desse guia teórico-metodológico que são realizadas as capacitações para ingressar na PCç. A capacitação é realizada em quinze etapas. A metodologia da capacitação alia a teoria e a prática. A cada etapa da capacitação, primeiramente acontece o estudo teórico e, depois, a aplicação prática dos conhecimentos estudados.

O segundo guia foi o **Caderno do Líder da Pastoral da Criança: acompanhamento das gestantes e das crianças** (CNBB. PASTORAL DA CRIANÇA. 3.ed. Revista e ampliada. Curitiba, 2007b. 64p. ilustrado. 22,2 x 30,5cm). É um caderno-formulário a ser preenchido pela líder da PCç, com o registro do acompanhamento mensal das gestantes e crianças, realizado por meio das visitas domiciliares.

O caderno está dividido em quatro partes. A *primeira parte* é destinada ao registro individual (inclusive o histórico do indivíduo na PCç e os dados pessoais), dos indicadores de vida da criança e/ou da gestante. São várias as questões que se deve responder mensalmente: a criança aumentou de peso? Mama no peito? Está desnutrida, com sobrepeso ou obesidade? Teve diarreia ou outra doença? Qual? A criança foi levada ao Serviço de Saúde? Se levada, foi atendida? A vacinação está em dia? No caso de acompanhamento da gestante: qual é o mês da gestação? A gestante foi ao Serviço de Saúde para a consulta pré-natal? Em caso afirmativo: Foi atendida? Teve sua altura medida?

Na *segunda parte* do caderno-formulário, há o registro dos casos de crianças e/ou gestantes que não foram atendidas pelo Serviço de Saúde. São registrados os dados pessoais, sintomas da doença, nome da líder que encaminhou, informes sobre a Unidade de Saúde e o motivo alegado para o não atendimento.

A *terceira parte* é destinada ao registro de mortes ocorridas no mês. Além do registro dos dados pessoais, são registradas as causas e a história da morte, se a criança ou gestante tiveram ou não assistência médica e o acompanhamento da PCç; se houve acompanhamento da PCç, é registrada a data de início do acompanhamento. Em caso de morte de gestante solicita dados de acompanhamento da Pastoral desde a gestação até o momento da morte.

Na quarta parte do caderno-formulário, é registrado o resumo dos acompanhamentos feitos em cada mês. É a Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde na Comunidade (FABs). Nesta fase, não há um registro individual, mas uma apresentação dos dados gerais da comunidade atendida pela líder em questão. Através de tais registros, é controlado e atualizado, constantemente, o Sistema de Informação da PCç.

Tanto o Guia do Líder quanto o Caderno do Líder são importantes para orientar as líderes a respeito da visita *domiciliar* e para a organização e realização do Dia da Celebração da Vida. Portanto, são os dois guias teórico-metodológicos básicos que orientam a execução das ações básicas.

Há outros guias que orientam as demais ações, caracterizadas como *ações complementares*. Entre eles, foram analisados os que são apresentados na sequência deste texto.

O primeiro, intitulado **Brinquedos e Brincadeiras na Comunidade** (CNBB. PASTORAL DA CRIANÇA. Curitiba, 2005. 192p. ilustrado, 20,5 x 27,5 cm), serve de apoio

às capacitações e ao trabalho da brinquedista junto às crianças. O texto tem linguagem simples e explica a finalidade e as justificativas do ato de brincar por parte da criança. Aborda o brincar em diferentes formas: o faz-de-conta, jogos de encaixe e montagem, contação de histórias, cantigas de rodas e brincadeiras cantadas. Também estão contemplados no texto o desenhar, o pintar, o cantar e o dançar enquanto expressões. Aborda, ainda, o brincar como um direito, citando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu capítulo II, art. 16. Dá orientações práticas para a organização de oficinas de brinquedos com material reciclável. Em uma seção específica, o texto expõe o papel e as atitudes da brinquedista e fornece orientações para a montagem dos cantinhos numa brinquedoteca. Em anexo há uma lista de brinquedos, uma lista de livros e moldes de bonecos e de bonecas.

Outro guia de orientação de ações da PCç, intitulado **Participação e controle social: texto-base do articulador da Pastoral da Criança junto ao Conselho de Saúde** (CNBB. PASTORAL DA CRIANÇA. Curitiba, 2003. 72p. ilustrado. 21 x 30cm), tem por objetivo oferecer estratégias para que os líderes da PCç se envolvam com as políticas públicas e com o controle e acompanhamento destas. Aborda a função do articulador de saúde e fornece orientações para que este possa atuar junto aos Conselhos de saúde e junto à comunidade e, apresenta indicadores a serem acompanhados pelo articulador, sendo eles: a mortalidade infantil, a frequência e a participação nas reuniões do Conselho, e a elaboração de ações preventivas na família e na comunidade, quer seja pela PCç ou pelo Serviço de Saúde. Através do método ver-julgar-agir-avaliar-celebrar, apresenta uma proposta de estudo (e ação) sobre a mortalidade infantil. Acerca dos Conselhos de Saúde, o guia aborda definição, finalidades, atividades e composição. Apresenta o perfil necessário para ser articulador, bem como a Folha de Acompanhamento do Conselho de Saúde (FAC),³⁰ a ser preenchida mensalmente e enviada ao Sistema de Informação da PCç. Em anexo, traz na íntegra o texto

³⁰ Apresentada no anexo n. 6.

da Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe a respeito da promoção, proteção e recuperação da saúde e organização e funcionamento dos serviços de saúde. Também apresenta a Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre transferências intergovernamentais de recursos financeiros.

O último guia estudado foi **Orientação sobre a Missão dos Coordenadores de Ramo e de Área na Pastoral da Criança: documento preliminar** (CNBB. PASTORAL DA CRIANÇA. Curitiba, 2004, impresso em papel A4). É um texto apostilado destinado aos coordenadores e versa sobre a natureza jurídica da PCç das suas relações com a CNBB e com a República Federativa do Brasil. Descreve a prioridade das ações a serem realizadas e traz o perfil do líder. Ensina a realizar a prestação de contas e ensina a elaborar relatórios. Estabelece o estudo mensal contínuo das situações das crianças e gestantes acompanhadas na comunidade, para a avaliação e (re)planejamento contínuo das ações. Apresenta o organograma da PCç e aborda os objetivos da formação e da capacitação. Aborda também as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da CNBB no que tange às ações e os objetivos da PCç.

2.3 O ESTADO DO CONHECIMENTO ACERCA DA PASTORAL DA CRIANÇA NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Esta revisão de literatura busca dar um panorama, certamente parcial, do estado do conhecimento acerca da PCç, especialmente acerca da perspectiva educativa da PCç. São citados, comentados e classificados diferentes textos que versam sobre a PCç,

textos informativos, históricos e científicos. Estes últimos foram obtidos no Banco de Dados CAPES.

Percebe-se que o interesse em pesquisar as ações da PCç tem sido maior nas Ciências Biológicas e da Saúde, isso porque suas atividades se iniciaram com ações básicas de orientação para a saúde junto às comunidades carentes.

Há pesquisas que abrangem, ainda, outras diferentes áreas do conhecimento. Em consulta ao banco de dados da CAPES, foram encontradas vinte e uma pesquisas acerca da PCç, dentre elas vinte dissertações de Mestrado e uma tese de Doutorado. Esta revisão apresenta, ainda, três livros que tratam da PCç. Um deles é o resultado de uma das dissertações encontradas. Há, também, um artigo que integra um livro de edição coletiva. Ao todo, são vinte e cinco títulos consultados e analisados, os quais foram produzidos entre os anos de 1994 e 2006.

A análise das pesquisas encontradas foi feita através dos resumos obtidos no banco de dados da CAPES. Com respeito à bibliografia restante a análise considera cada texto completo.

Para a apresentação da bibliografia, optou-se pela seguinte classificação: *a primeira* classificação situa as pesquisas nas diversas áreas do conhecimento; *a segunda*, com uma abordagem geográfica, indica a localização das pesquisas realizadas; *a terceira* revela quantas pesquisas foram financiadas; *a quarta* indica, nas pesquisas realizadas, os referenciais teóricos e metodológicos; e *a quinta* analisa o conteúdo a partir dos objetivos e dos resultados da pesquisa.

Dentre as pesquisas encontradas no banco de dados da CAPES, a quantidade de trabalhos elaborados nas diferentes áreas do conhecimento e os respectivos autores de cada área assim se apresentam:

- a) *Ciências Biológicas e da Saúde* (oito) - Souza (2003), Neumann (1997), Carneiro (1997), Veloso (1998), Paula (2004), Alva (1999), Ávila (1999) e Stucky (1999);
- b) *Sociologia* (três) - Silva (1994), Santana (2000) e Horochovski (2000);
- c) *Serviço Social* (duas) - Paiva (1996), Soares (2002);
- d) *Administração* (duas) - Fernandes (2004) e Carvalho (2004);
- e) *Comunicação* (uma) - Faxina (2001);
- f) *Tecnologia* (uma) - Araújo (2004);
- g) *Ciências Agrárias* (uma) - Oliveira (2003);
- h) *Ciências da Religião* (uma) - Brolhani (2004);
- i) *Ciências da Linguagem* (uma) - Lira (2004);
- j) *Ciências Políticas* (uma) - Barros (2000).

A pesquisa educacional foi o último campo do conhecimento a manifestar uma curiosidade científica pela Pastoral da Criança, ainda, porém, dentro das Ciências da Linguagem. Não foi localizada nenhuma pesquisa específica da área da Pedagogia a respeito da PCç.

A investigação a seguir indica que as pesquisas foram feitas em vários municípios, em quase todas as regiões do País, com exceção da Região Norte:

- a) Região Sul (cinco pesquisas) - Araújo (2004), Fernandes (2004), Horochovski (2000), Stucky (1999) e Neumann (1997);
- b) Região Sudeste (sete pesquisas) - Barros (2000), Brolhani (2004), Soares (2002), Santana (2000), Alva (1999), Silva (1994) e Paula (2004);
- c) Região Nordeste (seis pesquisas) - Lira (2004), Oliveira (2003), Carvalho (2004), Ávila (1999), Carneiro (1997) e Souza (2003);

- d) Região Centro Oeste (uma pesquisa) - Veloso (1998);
- e) Faxina (2001) descreve que a pesquisa foi realizada em quatro municípios de diferentes regiões, porém não menciona quais são esses municípios;
- f) Souza (2003) e Paiva (1996) apontam arquidioceses como áreas de abrangência da pesquisa.

Considerando o exposto anteriormente e as universidades onde as pesquisas estão catalogadas, percebe-se que a presença da pesquisa sobre a Pastoral privilegiou as Regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Das vinte e uma pesquisas encontradas, onze dela foram financiadas:

- a) CAPES (principal agência financiadora) - seis pesquisas: Carvalho (2004), Paula (2004), Soares (2002), Brolhani (2004), Barros (2000) e Fernandes (2004);
- b) Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) - duas pesquisas: Ávila (1999) e Souza (2003);
- c) O CNPq – uma pesquisa: Paiva (1996);
- d) Fundação W. K. – uma pesquisa: Alva (1999);
- e) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) – uma pesquisa: Kellogg. Stucky (1999);

Dentre os três livros encontrados, um foi patrocinado pelo Banco Itaú: Batalha (2003).

A significativa quantidade de pesquisas financiadas pode indicar o grau de inserção da PCç no tecido social brasileiro.

Analisando os resumos das vinte e uma pesquisas encontradas ficou evidente que todos os pesquisadores realizaram uma pesquisa de campo. Não foi percebido nenhum estudo de natureza exclusivamente teórica.

Quanto à metodologia, os resumos indicaram que há predomínio da pesquisa de abordagem qualitativa. Dezesseis pesquisas são qualitativas. Quatro delas são estudos de caso: Oliveira (2003); Horochovski (2000); Stucky (1999); Fernandes (2004). Uma delas é pesquisa etnográfica: Ávila (1999). As demais não especificavam o tipo de pesquisa. Há cinco pesquisas de natureza experimental: Neumann (1997); Carneiro (1997); Veloso (1998); Paula (2004); Alva (1999). Não foi encontrada nenhuma obra que descrevesse o estado da pesquisa sobre a PCç.

A análise dos resumos explicita multirreferencialidade. Quatorze entre as vinte e uma pesquisas encontradas mencionam a teoria utilizada: Horochovski (2000) inspira-se na teoria weberiana; Araújo (2004) utiliza-se dos conceitos de tecnologia de Milton Vargas e Ruy Gama; Santana (2000) aborda a teoria das representações sociais segundo Serge Moscovici; Silva (1994) e Paiva (1996) investigam a partir da perspectiva da presença da Igreja Católica; Faxina (2001) apresenta a solidariedade, a cidadania e a educação como categorias temáticas, mas não indica a referência teórica; Ávila (1999) utiliza-se da cultura numa abordagem etnográfica; Fernandes (2004) utiliza-se da literatura sobre o terceiro setor, gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional; Soares (2002) aborda a fenomenologia do diálogo de Martin Buber; Stucky (1999) explana que o referencial teórico é educação em saúde com enfoque radical associado ao desenvolvimento pessoal; Carvalho (2004) se apóia nas teorias motivacionais, em especial a teoria da Expectância de Vroom; Brolhani (2004) se apóia numa teoria feminista desenvolvida pela Sociologia, Psicanálise e Teologia; Lira (2004) e Souza (2003) abordam a Pedagogia Freireana. Os demais resumos não acenam à teoria que fundamentou a pesquisa

Três obras encontradas fazem ressaltar uma abordagem histórica. Uma delas é um depoimento da médica Zilda Arns Neumann, fundadora da PCç. Com uma linguagem afetiva, narra sua vida e expõe um pouco da história da Pastoral (NEUMANN, 2003).

Outra pesquisa, intitulada *Pastoral da Criança: 20 anos de vida* (Batalha, 2003) utiliza uma linguagem jornalística, em edição bilíngüe (português – inglês), preparada em conjunto por Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Edições Loyola e Editora Desiderata. Apresenta impressão em papel *couchê* e textos de diversas autoridades civis e eclesiais. Descreve a origem da PCç, a experiência piloto na cidade de Florestópolis, no Estado do Paraná, sua metodologia e o trabalho voluntário, ainda mostra detalhadamente as ações desenvolvidas e a internacionalização³¹ da PCç. Percebe-se que é uma publicação com a finalidade de divulgar a PCç. É a mais completa das obras encontradas em termos de referências históricas.

Neumann (2000), em artigo que faz parte de um livro que foi publicado pela Fundação Konrad Adenauer³², apresenta, novamente, um relato histórico sobre a PCç, porém, com comentários ampliados. Nesse artigo, a autora aborda os aspectos educativos das ações da Pastoral, a estrutura organizacional e as relações entre os Governos (Federal e Estadual) e a sociedade. Nomeia alguns financiadores e comenta sobre a internacionalização da Pastoral.

Duas obras são devedoras de Freire. A obra de Lira (2006) é o resultado de uma pesquisa de mestrado na área das Ciências da Linguagem sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA), realizada pela PCç em uma das comunidades carentes na cidade de Recife. O texto apresenta a Pastoral e a Alfabetização por ela desenvolvida, analisa todo o material didático utilizado para as atividades da EJA, caracteriza os sujeitos e a sala de aula da pesquisa. Toma como referencial teórico a Pedagogia Freireana e, dentre as pesquisas

³¹ A PCç e sua metodologia, atualmente, estão presentes em vários países da América Latina e da África.

³² A Konrad Adenauer é uma fundação de natureza política da República Federal da Alemanha. No Brasil, realiza um programa de cooperação internacional através de um Centro de Estudos sediado em São Paulo.

encontradas, é a que mais enfatiza a ação educativa da PCç. É a única pesquisa, das encontradas, a investigar as atividades de Alfabetização de Jovens e Adultos da PCç. Lira (2006, p. 145) conclui a pesquisa afirmando que a PCç mais alfabetiza do que possibilita o letramento, e que [...] “a metodologia de trabalho situa-se na vontade de seguir o método de Paulo Freire, mas que, por falta de capacitação acabou esbarrando na metodologia da escola tradicional” [...].”

A obra de Souza (2003) investiga as ações de educação em saúde. Analisa como ocorre o planejamento, estuda como são desenvolvidas as ações, na busca de construir coletivamente um planejamento participativo.

Analizados os dados, percebe-se que as abordagens fenomenológica e histórica sobressaem na pesquisa sobre a PCç. As investigações das ações de natureza educativa abordaram a Pedagogia Freireana.³³

Na análise dos objetivos de cada pesquisa, foi possível separar as pesquisas em três grupos. No *primeiro grupo*, as pesquisas sobre a alimentação difundida pela Pastoral: Paula (2004) investiga a alimentação alternativa ensinada pela Pastoral; Veloso (1998) verifica a qualidade nutricional da multimistura distribuída pela Pastoral para combater a desnutrição infantil; Alva (1999) avalia o estado nutricional de crianças atendidas pela Pastoral; Ávila (1999) busca compreender e descrever as crenças relacionadas ao uso da alimentação alternativa ensinada pela PCç.

O *segundo grupo* é composto de pesquisas que analisam aspectos relativos ao desenvolvimento da consciência da cidadania dos sujeitos envolvidos na PCç e abordam questões como: “Qual é potencial de transformação social da PCç?” (BROLHANI, 2004); o diálogo em família é um espaço para a construção da cidadania? (SOARES, 2002); a contribuição da Pastoral para o desenvolvimento da cidadania dos mais pobres (BARROS,

³³ As pesquisas citadas contemplam a Pedagogia de Paulo Freire, mas não na perspectiva dessa dissertação, que é sistematizar a *Pedagogia da PCç*.

2000); os elementos que influenciam a intervenção da PCç para o desenvolvimento humano (OLIVEIRA, 2003); a Pastoral como um movimento social procurando evidenciar como se dá o processo de construção e de legitimação do sujeito enquanto ator social (FAXINA, 2001); análise do processo de desenvolvimento da escrita e da leitura na perspectiva de uma educação crítica (LIRA, 2004); a perspectiva da Igreja para investigar a PCç como organização de mobilização social em defesa da vida (SILVA, 1994); estudos a respeito das práticas de educação em saúde e busca por construir coletivamente um planejamento para essas práticas (SOUZA, 2003); avaliar se as mães e crianças acompanhadas pela Pastoral apresentam melhores indicadores de saúde e conhecimento sobre cuidados básicos para a sobrevivência infantil (NEUMANN, 1997).

O *terceiro grupo* é composto de pesquisas com objetivos bem diversos: Stucky (1999) procura pela singularidade das práticas de educação em saúde desenvolvidas pela Pastoral e investiga a potencialidade do profissional enfermeiro em tornar-se colaborador nessas práticas; Carvalho (2004) descreve os componentes que motivam as líderes da PCç no seu trabalho voluntário; Carneiro (1997) procura demonstrar o significado epidemiológico da presença de retardo mental em mães de crianças desnutridas: quarenta e duas mães atendidas pela PCç foram voluntárias nesse estudo; Santana (2000) busca reconstruir, através da memória coletiva dos líderes da Pastoral, um modo de intervenção social; Horochovski (2000) procura compreender as estratégias da PCç para obter legitimidade no terceiro setor; Araújo (2004) analisa a tecnologia desenvolvida pela Pastoral; Brolhani (2004) e Araújo (2004) abordam as relações de gênero; Paiva (1996) não deixa claro o objetivo da pesquisa

Para a análise dos resultados, as pesquisas foram separadas em três grupos. No *primeiro*, os resultados se mostraram favoráveis às ações da PCç e as confirmam: Stucky (1999) conclui que não há integração entre as ações da Pastoral da Criança e o serviço

público de saúde, mas que, há abertura dos líderes da Pastoral em para aceitar parcerias pode suscitar o apoio do profissional enfermeiro; Paula (2004) conclui que a multimistura obteve resultados iguais ou superiores a outras misturas testadas; Ávila (1999) identifica três temas culturais: “Ensinando a Gente Aprende”³⁴, “A multimistura é remédio”, “A gente sabe o que deve comer, mas a gente come o que pode”; Soares (2002) argumenta que o diálogo familiar é um caminho para a construção da cidadania; Oliveira (2003) conclui que há uma transformação no cotidiano dos líderes e das famílias acompanhadas e que a parceria é o grande diferencial para o desenvolvimento participativo; Paiva (1996) afirma que é bem perceptível como os princípios de ação do Serviço Social se coadunam com os da ação PCç; Horochoviski (2000) diz que o poder conquistado pela Pastoral se deve aos expressivos resultados no combate à mortalidade materno-infantil; Faxina (2001) indica algumas possibilidades da práxis dos movimentos sociais, mas ressalva que não são adaptáveis à PCç em sua totalidade, por ser esta uma organização muito singular; Fernandes (2004), na perspectiva do Terceiro Setor, caracteriza a Pastoral como uma organização de aprendizagem que oferece um ambiente propício para que as pessoas cresçam na gestão do conhecimento.

No *segundo grupo* estão as pesquisas cujos resultados levam a uma postura crítica acerca da Pastoral da Criança e suas ações: Brolhani (2004) conclui que a Pastoral está vinculada ao pensamento neoliberal e que, em suas capacitações, utiliza a educação bancária e reproduz a dominação e dependência das mulheres pobres; Souza (2003) alerta que as ações de educação em saúde devem ser planejadas; Veloso (1998) conclui, de uma pesquisa experimental com ratos, que a recuperação do estado nutricional ocorreu nos três grupos de controle, mas foi menos eficaz naqueles que receberam a multimistura pura.

No *terceiro grupo*, há pesquisas cujos resultados não se aliam nos dois grupos anteriores. Os autores são: Neumann (1997), Barros (2000), Santana (2000), Silva

³⁴ Nome da cartilha utilizada pela Pastoral para a Alfabetização de Jovens e Adultos.

(1994), Lira (2004), Araújo, (2004), Carneiro (1997), Alva (1999) e Carvalho (2004). Na análise dos objetivos, foi possível perceber que um bom número desses pesquisadores iniciou suas investigações na perspectiva da cidadania dos sujeitos envolvidos. A diversidade de resultados indicou que o trabalho efetivado pela PCç se configura de modo diverso nas diferentes comunidades em que ela atua.

Este breve panorama indica a extensão da pesquisa sobre a PCç nas diferentes áreas do conhecimento, atualmente, no Brasil. Esta revisão bibliográfica permitiu perceber que a Pastoral tem despertado o interesse da academia. Acredita-se que esse fato se deve ao grau de inserção que a PCç vem alcançando na sociedade brasileira. Essa inserção tem suas razões em três pontos fundamentais: a metodologia utilizada pela Igreja em seu trabalho pastoral, que, por sua vez, é possível devido à imensa rede que é o catolicismo no Brasil, com suas dioceses, paróquias e outros organismos e serviços; o recebimento de verbas públicas e privadas para a realização das ações e a conquista de seu espaço na mídia em vista das duas primeiras razões apresentadas; espaço esse que possibilitou boa visibilidade das ações desenvolvidas pela PCç.

A academia vê a Pastoral sob diferentes ângulos. Algumas pesquisas concluem que a PCç estimula o exercício da cidadania. Outras afirmam que, por estar vinculada ao sistema neoliberal de pensamento, suas atividades são conservadoras da sociedade. Uma das pesquisas concluiu que a multimistura é eficiente em sua composição nutricional. Outra pesquisa concluiu que as mães atendidas pela Pastoral são mais informadas e educam melhor suas crianças em comparação com mães não atendidas.

Para a pesquisa educacional há um campo amplo e ainda inexplorado, que se mostra nas diversas ações educativas desenvolvidas pela PCç. Certamente, pesquisas que têm por objeto específico a Educação de Jovens e Adultos (EJA) podem colaborar para a melhoria e a maior criticidade no agir pedagógico do Programa de Alfabetização de Adultos

da PCç. As atividades da brinquedoteca ambulante são outro viés da natureza lúdica e educativa na PCç que podem ser objetos de pesquisa.

Uma contribuição importante que a pesquisa educacional pode realizar, tendo como objeto de pesquisa a PCç, é a busca por diferentes Pedagogias, na perspectiva dos movimentos sociais populares e que atendam a diversidade econômica, étnica e cultural da sociedade brasileira.

A PCç ocupa um espaço na sociedade brasileira como ONG, é impossível negá-lo, e, como tal, ela tem realizado um trabalho de informação, de educação e de promoção da vida das crianças e das famílias brasileiras bastante significativo.

CAPÍTULO 3 - ANALISANDO A PASTORAL DA CRIANÇA

Este capítulo se destina a apresentar a fundamentação teórica da etnopesquisa crítica e a descrever os procedimentos metodológicos desta pesquisa. Apresenta os dados da pesquisa de campo e da pesquisa bibliográfico-documental. É o capítulo central no que diz respeito à análise. Esta busca contemplar a totalidade da realidade pesquisada, abordando os aspectos econômicos, histórico-políticos, psico-religiosos e educativos. Na análise se procura, também, identificar as consonâncias e as dissonâncias entre a proposta pedagógica encontrada na pesquisa bibliográfico-documental e a prática educativa encontrada na pesquisa de campo.

Nos aspectos econômico e histórico-político a análise se centra nas práticas políticas e busca situar o papel da PCç no âmbito das políticas públicas. Quanto ao aspecto psico-religioso, a análise objetiva explicitar a motivação e compor um perfil das líderes e coordenadoras sujeitos da pesquisa de campo. No aspecto educativo, se busca identificar as características da prática educativa, sistematizar uma Pedagogia da PCç e identificar a Pedagogia Freireana na prática sócio-educativa da PCç.

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA.

A metodologia para a pesquisa de campo está fundamentada nos estudos de Roberto Sidnei Macedo, especificamente, em sua obra *A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação (2000)*.

É uma pesquisa predominantemente qualitativa pautada nos princípios da etnopesquisa crítica. Para compreender o que vem a ser esta metodologia, importa lembrar que a etnopesquisa tem sua origem na etnografia. Macedo (2000, p. 30) afirma que:

Um dos pontos fundamentais que devemos destacar para compreendermos a etnopesquisa crítica é que ela nasce da inspiração etnográfica, sua base incontornável, mas diferencia-se, quando se aprofunda na *démarche* hermenêutica de natureza sócio-fenomenológica e crítica produzindo conhecimento indexalizado.

A etnografia nos remete aos diferentes grupos humanos e suas formas de ser e se fazer gente (ou ainda sua impossibilidade de sê-lo), seus valores e suas culturas. e é nisso que a etnopesquisa se fundamenta, essa é a sua base. Na interpretação crítica da realidade revelada, a etno-pesquisa produz a sistematização desta mesma realidade possibilitando conhecê-la em suas causas primeiras e possíveis conseqüências e perspectivas.

O objetivo da pesquisa de campo é caracterizar a prática política e educativa da PCç na Diocese de Ponta Grossa, bem como identificar a Pedagogia que possibilita esta prática. Para tanto, analisa toda a prática social dessa pastoral, mas, especialmente, as capacitações por ela realizadas para formar o quadro de pessoas atuantes nas atividades.

Os primeiros contactos com o objeto de estudo e pesquisa se deram através do *site* da PCç e de livros de cunho jornalístico e histórico. Foi um momento de preparação para o trabalho de campo, no qual, por meio da pesquisa bibliográfico-documental, se buscou obter amplas e variadas informações acerca do objeto a ser pesquisado empiricamente.

Procurando tecer uma visão que abrangesse a PCç, na primeira etapa, anterior ao trabalho de campo, se buscou conhecer teoricamente a PCç, ou seja, sua origem nacional, suas ações e programas, seus objetivos, seus recursos financeiros, sua metodologia de trabalho, formação dos seus integrantes e seus resultados numéricos.

A pesquisa de campo foi iniciada em outubro de 2006 e concluída em agosto de 2007, com aproximadamente 190 horas de trabalho de “escuta sensível”. A carga horária realizada no campo teve maior concentração nas atividades de capacitação/formação dos integrantes da PCç. De acordo com Macedo (2000, p. 200) “[...] a escuta sensível” passa a ser

não só um dispositivo significativo para se fazer etnopesquisa crítica e multirreferencial dos meios educacionais, mas uma forma de ser radicalmente “humanizante.”.

Verificou-se que a “escuta sensível” foi necessária em todos os momentos de contacto com os sujeitos pesquisados e, também, nas situações em que fisicamente estavam ausentes, mas suas presenças eram percebidas nos documentos e nas fotos.

Outras situações que proporcionaram a “escuta sensível” para a pesquisa (uma vez que escutar sensivelmente se fazia premente) surgiram no decorrer dos encontros (quando todos estavam reclusos numa casa comum) em que, após as atividades, era possível a observação dos materiais expostos, a observação dos sujeitos fora do espaço/tempo de trabalhos dirigidos. Tais momentos, a partir das diferentes estratégias de coleta de informações, foram a fonte de “entrelinhas”, e possibilitaram captar sensivelmente o discurso dos sujeitos pesquisados.

Outro aspecto da “escuta sensível” diz respeito ao modo como o pesquisador vê e ouve (e posteriormente analisa) os sujeitos pesquisados, procurando chegar o mais próximo possível da perspectiva desses sujeitos. A respeito do trabalho de campo, Macedo (2000, p. 148) afirma: “Aqui, a informação é o registro da vida ao vivo [...]”.

Mesmo antes do primeiro contacto com os sujeitos pesquisados, se procurou estabelecer contacto com o bispo diocesano, ao qual foi encaminhado um ofício solicitando a aprovação, por escrito, para a realização da pesquisa; o projeto foi bem acolhido, e sem objeções. Macedo (2000, p. 149), nos aconselha a este procedimento, ao dizer que “[...] é necessário se construir vínculos com pessoas capazes de mediar encontros, viabilizar o acesso [...]”.

Outro aspecto importante que está subjacente a esse tipo de contato é o aspecto ético, considerando-se importante o respeito à hierarquia das instituições e a transparência constante, para que melhorem as condições de uma pesquisa com resultados

fidedignos e que contribuam significativamente para a transformação da realidade pesquisada.

O contacto inicial com os sujeitos pesquisados se deu quando foi solicitada à coordenadora diocesana a permissão para a realização da pesquisa; ela foi muito solícita em “abrir as portas” dos trabalhos realizados pela PCÇ, mesmo sem saber exatamente como se daria o processo de acompanhamento das atividades. Foi um momento crucial para a pesquisa, pois obter uma constante e duradoura, boa e permanente inserção no campo de pesquisa, sem constrangimento nem para os sujeitos pesquisados nem para o pesquisador, é fator fundamental para a obtenção de informações, o mais verdadeiras possível. Quanto a esse fator, Macedo (2000, p. 148) refere que:

Este é um momento ao qual poucos se detêm como deveriam, enquanto reflexão metodológica. A fecundidade dos resultados de uma etnopesquisa vai depender e muito do tipo de acesso conquistado. É fundamental a disponibilidade das pessoas para informar, deixar-se observar, participar ativamente da pesquisa, e até mesmo para co-construir o estudo como um todo.

Acredita-se que o acesso obtido foi amplo, e que foram boas as condições para a coleta de informações, tanto na dimensão de horizontalidade, isto é, da visão ampla das atividades realizadas pela PCÇ nas diversas escalas da sua organização funcional, capela/bairro, paróquia/ramo, diocese/setor, quanto na dimensão da verticalidade, ou seja, da disponibilização de informações que possibilitassem analisar a prática sócio-educativa da PCÇ.

Antes de expor as estratégias para a coleta de informações, é necessário dizer que, se foi relativamente facilitado estabelecer um acesso significativo ao campo de pesquisa, tornou-se imprescindível um grande esforço em permanecer durante nove meses no campo.

Na etnopesquisa, é necessário aprender a transitar de forma humilde pelas dificuldades que podem se colocar no caminho do pesquisador, como, por exemplo, pelas falhas de comunicação, pelas chamadas a não ultrapassar os limites da instituição (a pesquisadora era já, bastante familiarizada com as práticas pastorais), pelo cuidado em acolher os encaminhamentos propostos.

Considerou-se fundamental “a disponibilidade para uma contra-partida efetiva, paralelamente, e/ou a partir da própria pesquisa [...]” (MACEDO, 2000, p. 149), para a permanência no campo de pesquisa. Assumiu-se, diante de todo o grupo de sujeitos pesquisados (a pedido destes), que as análises seriam compartilhadas, que seriam reveladas as interpretações e as conclusões, tão logo estivessem concluídos os trabalhos.

Já durante os meses de trabalho no campo, a pesquisadora forneceu cópias de alguns arquivos de fotos e de filmagens a pedido dos sujeitos pesquisados. Considera-se que esse procedimento colaborou na permanência da pesquisadora dentro do campo de pesquisa.

3.1.1 Estratégias para a coleta de informações

A coleta de dados se valeu dos seguintes instrumentos para registrar reuniões, encontros e cursos de capacitação da PCÇ: análise de documentos, entrevistas semi-estruturadas, filmagens, fotografias, observação participante periférica (OPP) com a prática do diário de campo.

Para organizar a ação no campo de pesquisa, se delimitou o território da Diocese de Ponta Grossa a partir do mapa político do Estado do Paraná. Conforme iam acontecendo os cursos de capacitação, os encontros, e os dias de celebração da vida, a equipe

de Coordenação Diocesana da PCç era acompanhada pela pesquisadora. Assim, foi possível adotar um itinerário pendular: por um lado, acompanhar o planejamento das atividades no escritório da PCç e, por outro lado, estar presente na execução das atividades planejadas no amplo território diocesano. Com o decorrer de algum tempo, criada a oportuna e necessária empatia, das próprias coordenadoras paroquiais começaram a surgir os convites para que a pesquisadora visitasse as comunidades.

Devido aos limites de tempo útil, evidentemente, a pesquisa não cobriu a totalidade de ações, de grupos e de pessoas envolvidos na PCç no território diocesano. Confira-se, portanto, que se trata de uma pesquisa por amostragem. Os critérios de seleção das comunidades a serem pesquisadas foram:

- o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): município de Ortigueira;
- o tipo da atividade (cursos de capacitação, eleição da coordenadora de ramo/paróquia, dia da celebração da vida ou outra): Telêmaco Borba, Ortigueira, Ponta Grossa: Capela D. Bosco – Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora e Associação de Moradores do Cará-Cará;
- a brinquedoteca ambulante: “ônibus brincalhão”, Projeto Parto Humanizado, Centro de Cultura em Ponta Grossa;
- os encontros diocesanos de avaliação anual em dezembro de 2006 e planejamento anual em março de 2007;
- o período de realização da pesquisa de campo, ou seja, o espaço de tempo disponível para a coleta de informações: Capacitação Missão e Gestão na cidade de União da Vitória.

3.1.1.1 Pesquisa documental

Outras fontes de informações para a etnopesquisa são os documentos. Macedo (2000, 170) refere-se à análise de documentos como um “[...] recurso precioso para este tipo de investigação, seja revelando novos aspectos de uma questão ou mesmo aprofundando-a”.

Nesta pesquisa, a busca por fontes documentais se deu em dois momentos distintos, antes e durante o trabalho de campo. No primeiro momento, o *site* da PCç foi a única fonte documental. No segundo momento, já no campo de pesquisa, foram utilizados documentos da PCç. Os documentos³⁵ obtidos na pesquisa de campo foram: “Brinquedos e brincadeiras na Comunidade”, “Guia do Líder”, “Reunião de Avaliação e Reflexão - orientação ao capacitador”, “Caderno do Líder” e “Participação e Controle Social – Texto-Base do articulador da Pastoral da Criança junto ao Conselho de Saúde”.

Esses guias servem para dar suporte técnico, teórico e metodológico nas diferentes capacitações realizadas, bem como nas ações básicas e complementares. São elaborados pela equipe técnica³⁶ da Coordenação Nacional da PCç; portanto, são documentos oficiais. Macedo (2000, p. 170), ao referir-se à importância desse tipo de fonte documental, argumenta que os documentos oficiais são úteis para a pesquisa educacional, pois, não obstante as zonas de sombra ideológica que um documento contém, dele é possível captar a política educacional. No caso desta pesquisa, se considera que foi possível perceber aspectos que fundamentam a práxis sócio-educativa da PCç e que compõem a proposta político-pedagógica da PCç, ou seja, aspectos metodológicos, políticos, religiosos e culturais que envolvem fatores como o método ver-julgar-agir-avaliar-celebrar, os indicadores registrados

³⁵ Nomeou-se a esses documentos de guias teórico-metodológicos, como descrito e justificado na página 65. desta dissertação.

³⁶ A equipe técnica é composta de pedagogo, nutricionista, médico, odontólogo e psicólogo.

pela Folha de Acompanhamento do Conselho de Saúde (FAC), os princípios éticos e religiosos e a cultura popular brasileira (brincadeiras, cantigas e linguagem).

3.1.1.2 Observação participante periférica com diário de campo

Durante os nove meses de trabalho no campo de pesquisa a estratégia central para a coleta de informações foi a observação participante periférica (OPP), aliada à prática do diário de campo.

Com o decorrer da pesquisa de campo, a partir da OPP, foram planejadas as linhas de ação no campo: quais atividades priorizar na observação, com quem e para que realizar entrevistas, o que filmar e o que fotografar, a quantidade de imagens a serem realizadas, bem como a reflexão acerca das reais possibilidades do uso das filmagens no período de trabalho de campo e na análise

Re-delimitar a pesquisa foi uma decisão tomada a partir da OPP, quando a se decidiu que uma das principais atividades a serem observadas seria as capacitações.

Considerando que a PCç é uma ONG ampla e complexa, que são muitas as suas frentes de ação, só foi possível perceber a amplitude e a profundidade da prática social da PCç a partir da inserção na pesquisa de campo, por intermédio da OPP. Essa (a OPP) não foi só a estratégia central deste estudo, mas foi a matriz (re)criadora e (re)reconstrutora da pesquisa. Segundo o teórico que fundamenta a abordagem metodológica da pesquisa empírica deste estudo,

Na observação participante periférica, são os pesquisadores que escolhem este papel ou esta identidade, consideram que um certo grau de implicação é necessário, entretanto, preferem não ser admitidos no âmbito das atividades dos membros. Procuram não assumir nenhum papel importante na situação estuda. O caráter “periférico” [...] [...] encontra sua origem, muitas vezes, numa escolha de

ordem epistemológica: alguns pesquisadores estimam que uma implicação mais intensa tende a bloquear o distanciamento necessário à possibilidade de análise. (MACEDO, 2000, p. 156).

Acredita-se que o caráter periférico da pesquisa possibilitou uma análise mais isenta, uma vez que a pesquisadora foi agente de pastoral, fato que poderia interferir muito nos dados da pesquisa, caso optasse pela observação participante completa (OPC), ou por outra forma de observação de maior inserção.

QUADRO 1 - Atividades acompanhadas pela pesquisadora durante a pesquisa de campo

Local	Data	Atividade	Instrumentos
Ponta Grossa Cúria Diocesana	Outubro de 2006	Primeiros contactos com a Pastoral da Criança na Diocese de Ponta Grossa	
Ponta Grossa Sede da PCç na Diocese	Outubro de 2006	Primeiro encontro com a coordenadora diocesana	Entrevista semi-estruturada
Ponta Grossa Casa de Encontros Noviciado N. Sra. Da Paz	Dezembro de 2006	Encontro Diocesano de Avaliação e Confraternização	Diário de campo, entrevistas semi-estruturadas, filmagens e fotos.
Ponta Grossa - Associação de Moradores do Bairro do Cará-Cará	Dezembro de 2006	Tarde de Celebração da Vida	Diário de Campo e fotos
Ponta Grossa Casa de Encontros Noviciado N. Sra. Da Paz	Março de 2007	Encontro Diocesano de Planejamento Anual	Diário de campo, entrevistas semi-estruturadas, foto e filmagens.
Ponta Grossa – Capela D. Bosco – Par. N. Sra. Auxiliadora		Tarde de Celebração da Vida	Diário de campo, depoimento e fotos.
Ortigueira – Paróquia Menino Deus	Março de 2007	Eleição para coordenadora paroquial	Diário de campo, entrevistas semi-estruturadas, fotos e filmagens.
Telêmaco Borba	Março/abril de 2007	Curso de Capacitação em Brinquedos e Brincadeiras	Diário de Campo, entrevistas semi-estruturada, fotos e filmagens.
Ponta Grossa Centro de Cultura – Brinquedoteca ambulante	Abril de 2007	Participação da PCç no Projeto Parto Humanizado, através da brinquedoteca ambulante.	Diário de Campo, fotos e filmagens.
Ponta Grossa – Sala de Reuniões subsolo do Edifício da Rádio Santana	Abril de 2007	Curso de Capacitação do Guia do Líder – Edição 2007.	Diário de campo e fotos.
União da Vitória	Maio/junho de 2007	Curso de Capacitação em Missão e Gestão.	Diário de campo e fotos
Curitiba	Maio de 2007	Visita à sede nacional da PCç	Diário de campo
Curitiba	Agosto de 2007	Entrevista à Dra. Zilda Arns	Entrevista estruturada

Fonte: Diário de campo.

Foi por meio do *diário de campo* que as observações, reflexões e *insights* foram registradas. Parafraseando Macedo (2000, p. 195), a prática do diário de campo possibilita uma melhor posição do pesquisador para captar aspectos ocultos no ato de

pesquisar, expressando com maior clareza o processo da pesquisa; acompanhando o *habitus* do pesquisador em seus procedimentos e conclusões de estudo; colaborando na indicação das implicações do pesquisador em sua relação com o objeto de pesquisa; facilitando a auto-reflexão e o distanciamento para uma análise mais equilibrada possível. Sendo assim, o diário de campo tem um papel de grande importância no conjunto de instrumentos da etnopesquisa.

Todas as atividades observadas, demonstradas cronologicamente no Quadro 1, foram registradas no diário de campo, que foi gradativamente construído com relatos pontuais das atividades. O diário de campo está repleto de pequenos parágrafos de conclusões, observações, anotações de dúvidas, anotações das próximas atividades a serem observadas, e de roteiros para as entrevistas. Para facilitar a visualização, cada item está destacado à margem da pauta do diário. Os registros compõem um total de cento e cinquenta e três páginas, com o relato de todos os passos da pesquisa de campo até o momento da sua conclusão.

3.1.1.3 Entrevistas

De acordo com Macedo (2000, p. 166), uma das entrevistas de natureza etnográfica é aquela “[...] destinada ao conhecimento de acontecimentos e de atividades que não são diretamente observáveis. Pede-se às pessoas para descrever interpretando realidades e como essas realidades são percebidas por outras pessoas”. Em concordância com esse pressuposto, a maioria das entrevistas realizadas nesta pesquisa buscou esse perfil, uma vez que a prática educativa da PCç não está explícita em sua prática social.

Dez entrevistas foram realizadas durante o trabalho de campo. Para fins didáticos as entrevistas foram classificadas em dois grupos: umas foram realizadas com agendamento e outras aconteceram durante a OPP. De fato, esse agrupamento corresponde à realidade dos acontecimentos ocorridos durante a pesquisa de campo. Os roteiros de cinco entrevistas foram elaborados previamente, fora dos momentos de inserção. Nesse primeiro grupo de entrevistas, se buscou elaborar o “pano de fundo” da prática sócio-educativa da PCç na Diocese por meio das informações fornecidas pelos entrevistados. As questões desse primeiro grupo facilitaram a obtenção de informações sobre pontos essenciais aos propósitos da pesquisa, tais como:

- a) uma visão (a mais ampliada possível) sobre as ações da PCç na Diocese de Ponta Grossa e a identificação dos momentos mais significativos para a realização das observações;
- b) a história da PCç na Diocese de PG (por intermédio de duas entrevistadas em duas entrevistas);
- c) a formação das multiplicadoras e das capacitadoras (por meio de duas entrevistadas numa única entrevista);
- d) a visão política e pedagógica da Coordenadora Nacional da PCç.

Segundo Macedo (2000, p. 164), é possível afirmar que na etnopesquisa é comum que as possibilidades de entrevistas aconteçam imprevisivelmente e em meio à observação ou em encontros ocasionais com os participantes.

As demais entrevistas, as do segundo grupo, foram realizadas durante os dias da OPP. Tais entrevistas realizadas no próprio campo de pesquisa e, seus roteiros foram elaborados na medida em que ocorriam as falas das líderes e coordenadores presentes e enquanto as atividades eram desenvolvidas.

Com um roteiro elaborado rapidamente enquanto se desenvolviam as atividades, se buscou por diferentes entrevistados que pudessem fornecer informações mais consistentes a respeito da pauta em desenvolvimento. As questões eram bastante flexíveis para deixar os entrevistados à vontade no momento da resposta. Os assuntos centrais das questões dessas cinco entrevistas foram: a mística como motivação para as ações realizadas; a ação missionária da PCç no Brasil; os aspectos políticos da ação da PCç, a motivação e entendimento das líderes na cidade de Ortigueira, um dos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Paraná; a eleição para a coordenadora de paróquia/ramo também na cidade de Ortigueira.

3.1.1.4 Fotos e filmagens

Sabe-se que o recurso imagético tem sido muito utilizado em pesquisas etnográficas como suporte aliado ao texto escrito para a análise de conteúdo. Neste estudo, entretanto, a imagem teve outro tratamento. Coube à imagem uma função mais ilustrativa do texto, configurando-se como um recurso a mais na demonstração do objeto pesquisado. As fotografias, que ilustram a análise e colaboram na defesa do argumento da pesquisa, estão registradas como apêndice neste estudo/pesquisa.

Inicialmente, o projeto de pesquisa previa também o registro em vídeo. Percebeu-se, contudo, que para atingir o objetivo da pesquisa, não seria necessário o uso da filmagem, e o tempo para a conclusão da pesquisa não permitiria a análise de mais dados. Optou-se, então, pelo encerramento das filmagens, ainda que aquelas que foram realizadas corroboraram para a demonstração do objeto pesquisado.

3.2 A PASTORAL DA CRIANÇA NA DIOCESE DE PONTA GROSSA

Esta seção apresenta os dados da pesquisa de campo e os comenta, de modo que é possível melhor visualizar a PCç na Diocese de Ponta Grossa em suas características, em sua história inicial, em suas práticas políticas e educativas.

3.2.1 Caracterização

A PCç abrange os dezessete municípios da Diocese de Ponta Grossa, e que fazem parte da região dos Campos Gerais: Carambeí, Castro, Piraí do Sul, Ventania, Tibagi, Telêmaco Borba, Ortigueira, Imbaú, Reserva, Ivaí, Ipiranga, Guamiranga, Imbituva, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Irati e Ponta Grossa. São trezentos e noventa e duas comunidades alastradas por este território diocesano.

De acordo com os dados de 14 de novembro de 2006³⁷, o número de líderes atuantes (média mensal) é de 1.227,2. O número de crianças cadastradas, e com faixa etária abaixo de um ano de idade, é de 2.464, e o número de crianças de zero a seis anos é de 14.839. As gestantes cadastradas somam 795. Esses dados variam mensalmente, de acordo com a execução do trabalho das líderes.

Segundo a Coordenadora Diocesana³⁸ das ações desenvolvidas pela PCç, somente o Programa de Geração de Renda não acontece na Diocese; sendo que as demais ações atendem 34,6 % do total de crianças em situação de risco residentes na área diocesana. Porém, a meta da coordenação nacional é de que as ações cubram no mínimo 50% das

³⁷ In <http://www.pastoraldacrianca.org.br/pastri-dev/popups/visualiza.php?opcao=7> acessado em 14/11/06.

³⁸ Em entrevista concedida à autora, realizada no escritório da PCç da Diocese de Ponta Grossa em 26/10/06.

crianças em situação de risco. Geograficamente, o território diocesano está dividido em nove áreas, a saber:

As áreas 1, 2, 3 e 4 são divisões do município de Ponta Grossa.

Área 5 – Castro, Castro Abapã, Ventania, Carambeí e Piraí do Sul.

Área 6 – Ivaí, Guamiranga, Ipiranga e Imbituva.

Área 7 – Irati, Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares.

Área 8 – Reserva, Ortigueira, Telêmaco Borba, Tibagi e Imbaú.

Na Diocese de Ponta Grossa estão quatro municípios dentre os mais pobres do Estado do Paraná. Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)³⁹, as cidades de Ventania, Ortigueira, Imbaú e Reserva integram o conjunto de municípios paranaenses com menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴⁰. O Estado do Paraná tem trezentos e noventa e nove municípios e, Ortigueira o município de menor IDH do Estado, ocupa a última posição no *ranking* estadual.

Para dar suporte ao desenvolvimento de suas ações, a PCç conta com um escritório central em Ponta Grossa, onde sete pessoas trabalham em um período de oito horas diárias e com remuneração. A PCç também possui recursos como computadores, impressoras, fax, três veículos e materiais didáticos. Os veículos foram doados pela Infância Missionária Alemã⁴¹ e pela Receita Federal. Os materiais didáticos são fornecidos pela coordenação nacional da PCç.

Foram identificadas quatro empresas privadas que mantém convênios com a PCç: Viação Campos Gerais, Supermercados Tozetto, Supermercados Muffatto e Rodonorte.

³⁹ Os dados são do ano 2000. Ortigueira: IDH geral: 0,620 - 399ª posição. Reserva: IDH geral: 0,646 - 395ª posição. Imbaú: IDH geral: 0,646 - 396ª posição. Ventania: IDH geral: 0,665 - 390ª posição. Fonte: in www.ipardes.gov.br/pdf/indicesidh_estados.pdf acessado em 19/05/08

⁴⁰ O IDH é medido pelos índices de educação, de longevidade e de renda.

⁴¹ Organização da Igreja Católica na Alemanha que financia ações católicas.

3.2.2 História

A PCç na Diocese de Ponta Grossa foi implantada entre final o ano de 1987 e o começo de 1988. As fundadoras foram três mulheres: duas pedagogas, uma leiga e outra religiosa e uma nutricionista, também leiga.

A pedagoga leiga ouviu a Dra. Zilda falar sobre a PCç em um encontro pedagógico que tratava de assuntos a ligados a crianças com necessidades especiais. Retornando a Ponta Grossa, propôs às outras duas mulheres a implantação da PCç na Diocese, como foi solicitado pela Dra. Zilda. Sendo assim, entraram em contato com o bispo diocesano da época, como ilustra o relato a seguir:

Foi em 1987, eu estava dando aula no colégio Santana, e a irmã Cecília⁴², que também fundou junto comigo, ela é pedagoga e cuidava das funções de pedagoga na escola. Um dia chega a Fátima, que vinha de um encontro em Curitiba, um encontro de deficientes, ela cuidava de deficiente. E animada contou para nós que a Dr Zilda foi fazer propaganda da pastoral da criança e gostaria que trouxesse para Ponta Grossa. A irmã Cecília e eu gostamos e fomos falar com o bispo daquele tempo, pois a pastoral é sempre ligada ao bispo, apesar dela ser ecumênica, mas é o bispo que dá o pode. Ele achou que não convinha, para que começar coisa nova? Nós saímos meio chateada, mas não é por mal que ele fez isto, era o jeito dele, ele tinha medo de coisas novas. Daí fomos falar com a Fátima, e agora Fátima? O bispo não aceitou muito. Neste meio tempo a Zilda chama a irmã Cecília e eu para um encontro do “Pai Amado” em Santa Catarina e no Rio Grande para todos que já trabalhavam na pastoral. Nós éramos novinhas, fazia um só mês que tínhamos começado e não sabíamos bem como era. Daí nós fomos para Santa Catarina ficamos uma semana lá, fomos chamadas de calouras, pois as duas éramos novinhas, eu e ela, não sabíamos muito bem do que se tratava. Mas agente ficou sabendo como cuidar da criança desde o leite materno até os seis anos para dar um adulto sadio. (Entrevista 09)

O texto da entrevista anteriormente relatada revela que a PCç nasceu por iniciativa e vontade de três mulheres que se mobilizaram. Revela, também, que em um primeiro momento, o apoio eclesial foi reticente. Contudo, as três fundadoras mantiveram seus propósitos e semanalmente se reuniam no Colégio Sant’Ana para estudar e conhecer a PCç.

⁴² Por respeito à ética em pesquisa, os nomes são fictícios.

A primeira experiência na Diocese foi na Vila Tânia Mara, logo seguida pela da Vila Palmeirinha. As fundadoras iniciaram algumas reuniões com mulheres que estavam dispostas a serem líderes; começaram a prepará-las para o trabalho na PCç.

As atividades realizadas pela PCç eram a visitas a famílias e a pesagem e o acompanhamento das crianças. Ainda não havia na PCç (no Brasil todo) as atividades de formação e de capacitação. Para estender a PCç por todas as paróquias e cidades da Diocese, foi enviada correspondência postal aos padres, com solicitação de apoio desses para a implantação da PCç. Os padres resistiram em aceitar os grupos de PCç em suas paróquias, o que fez que aumentassem dificuldades de implantação. Considera-se que a resistência dos padres estava em consonância com a do bispo: “medo do novo”, atitude reticente diante de um trabalho pastoral de natureza social acentuada e ampla.

Outra dificuldade, aliada à primeira, foi para convencer a comunidade, primeiramente os padres, de que o método proposto daria resultados positivos. Vê-se, portanto, que a resistência, à época da implantação, veio da hierarquia eclesial e não da comunidade.

Em primeiro lugar é para provar que a pastoral da criança tinha vindo para ficar. Que realmente o nosso método, as coisas que a Dr. Zilda criou eram coisas que faziam bem às crianças, e que iria diminuir a mortalidade infantil. A gente encontrou muita pedra no caminho. Uma grande pedra em nosso caminho foram os próprios padres, que não acreditam em nosso trabalho, que acham que a gente tem muito dinheiro gasto em outras coisas, que este dinheiro poderia ser mais bem aplicado né?. (Entrevista 07).

Não obstante às dificuldades encontradas, em aproximadamente cinco anos todas as cidades da Diocese contavam com grupos da PCç.

Em todo o Brasil, as capacitações iniciaram no ano de 2000 com o lançamento e o estudo do Guia do Líder. A entrevista relatada a seguir permite vislumbrar alguns motivos da inclusão das capacitações na metodologia de ação sócio-educativa da PCç

O motivo foi o seguinte, é que quando começaram a falar em capacitações, mudaria aquela fase que é o preenchimento da FABs⁴³ que você já conhece. Daí deu uma grande mudança. Antes só punha o peso, se foi visitar, se não foi, era bem mais simples. Daí que começaram aquela fase de acompanhar o desenvolvimento da criança, o desenvolvimento social foi tudo aí introduzido no ano de 2000 (Entrevista 07)

Atualmente, a PCç conta com o apoio eclesial, e por ocasião do início das capacitações foi uma das primeiras dioceses a capacitar todas as suas líderes e coordenadoras.

3.2.3 Práticas políticas e educativas

Ainda que se saiba que as práticas políticas e educativas se interpenetram como “os dois lados de uma mesma moeda”, discriminou-se uma da outra, pois, de acordo com a realidade verificada na pesquisa de campo, essas práticas estão mais implícitas do que explícitas.

Atualmente, há grupos da Pastoral em todas as comunidades católicas. A pesquisa descobriu grupos em associação de moradores e em acampamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Há também grupos ligados a pessoas de confissão luterana e evangélica, mas que estão sediados nas comunidades católicas.

A prática política da PCç tem duas facetas interligadas porém distintas. Uma faceta diz respeito à Pastoral como integrante das políticas públicas sociais e a outra como prática sócio-pastoral enquanto prática político-educativa, com vistas à transformação da realidade na perspectiva freireana.

⁴³ FABs-Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade. Formulário oficial da PCç que serve para registrar o acompanhamento mensal de cada criança, e gestante. Os dados contidos na FABs são encaminhados, mensalmente, à Sede Nacional da PCç para o Sistema de Informações da PCç. Modelo no anexo 5.

A primeira faceta é identificada nos fatos de a PCç receber verbas públicas e de executar ações de competência e responsabilidade estatais. Na Diocese de Ponta Grossa essa faceta é percebida nas situações relatadas abaixo.

1) No Programa de Controle da Tuberculose da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ponta Grossa: nas visitas domiciliares, as líderes orientam as mães sobre a doença e encaminham para o serviço público de saúde quando necessário.

2) As crianças cadastradas na PCç são atendidas pelo odontólogo da Clínica do Bebê⁴⁴.

3) O Núcleo Estadual de Educação entrega o leite do Programa do Leite do Estado do Paraná para as crianças cadastradas na PCç.

4) No Paraná, é o Governo do Estado que remunera as coordenadoras de setor/diocese.

5) Na cidade de Reserva, as líderes da PCç utilizam o transporte escolar mantido pela Prefeitura para realizarem as visitas e irem às reuniões.

6) A Secretaria da Ação Social do município de Ponta Grossa remunera o trabalho dos sete funcionários do escritório diocesano da PCç e colabora no fornecimento de material de expediente.

As despesas com a manutenção do escritório e com a remuneração da coordenadora diocesana redundam em benefício para a PCç da Diocese toda. No entanto, no que diz respeito às demais parcerias, estas dependem da negociação da PCç com cada município.

A segunda faceta é identificada em melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas pela PCç, na queda dos índices da mortalidade infantil, na participação do articulador da PCç nos Conselhos de Saúde, na articulação e na mobilização comunitária das

⁴⁴ A Clínica do Bebê é um serviço prestado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Grossa.

líderes diante de algum objetivo de interesse comunitário; mas, principalmente, no método ver-julgar-agir-avaliar-celebrar empregado pela PCç.

A prática educativa realizada pela PCç tem uma natureza diversa de outras práticas, quer sejam práticas escolares, sindicais ou mesmo dos movimentos sociais. Está pautada nas necessidades da comunidade de mães, gestantes, crianças e líderes da PCç, e pautada também nos princípios da DSI e das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

Em quase todas as ações da PCç, se encontra a prática educativa: nas reuniões, nos encontros de avaliação e de planejamento, nas celebrações, no Dia do Peso (ou Dia da Celebração da Vida), nas eleições, nas visitas domiciliares; mas, a sua visibilidade é maior nas capacitações, nas oficinas e nas palestras.⁴⁵

A pesquisa de campo revelou poucos limites e poucas dissonâncias entre a prática político-educativa da PCç na Diocese de Ponta Grossa e a proposta pedagógica contida nos guias teórico-metodológicos. Considera-se como uma dissonância a inexistência do Programa de Geração de Renda, ainda que na ordem de prioridade de ações este programa é opcional. Configura-se como limites a existência de poucos grupos do Programa de Alfabetização de Adultos, visto que uma das dificuldades apontadas pelas coordenações é o analfabetismo das líderes, se bem que o Programa esteja em fase de implantação.

3.3 A PASTORAL DA CRIANÇA NO CENÁRIO SOCIAL BRASILEIRO

Esta seção busca compreender o papel da PCç na sociedade brasileira. De forma direta, a pesquisa objetivou abordar a realidade encontrada e analisar os vários aspectos

⁴⁵ Ver figuras 8 e 10 em apêndice.

que condicionam a prática sócio-educativa da PCç, ou seja, os aspectos econômicos, histórico-políticos, e psico-religiosos.

3.3.1 Aspectos econômicos

O contexto econômico brasileiro – a semelhança da grande maioria dos países ocidentais – é o modelo neo-capitalista: o da economia globalizada. Partindo deste pressuposto, argumentou-se que, para manter a economia globalizada, o Estado vem repassando o financiamento e/ou suas ações para a sociedade civil.

Nesta perspectiva, a prática sócio-educativa da PCç revela quatro pontos de funcionalidade às necessidades do capital globalizado e interesses do neoliberalismo:

- a) o trabalho voluntário realizado pelos seus integrantes: a União não dispende gastos com a remuneração das líderes voluntárias;
- b) a estrutura eclesiástica católica, que nas suas diversas esferas organizacionais – capela (ou comunidade), paróquia, setor (ou área), diocese, regional e nacional –, contribui para que os custos governamentais sejam imensamente menores do que se tivesse de criar uma nova estrutura;
- c) as doações, tanto de pessoas físicas, quanto de pessoas jurídicas: a ajuda de empresas (privadas e públicas) que são parceiras da PCç na Diocese de Ponta Grossa: Concessionária Rodonorte, Supermercados Tozetto, Supermercados Muffato, Viação Campos Gerais, Secretaria Municipal da Assistência Social do Município de Ponta Grossa, verbas do governo estadual, que remunera as coordenadoras diocesanas no Estado do Paraná;

- d) o baixo custo per capita: cada criança custa para a PCç, em média, R\$ 1,38.

Os pontos precedentes comportam o substrato econômico das ações da PCç tornando a realização destas ações bastante baratas aos gastos públicos.

As ações verificadas nesta pesquisa empírica acerca da PCç não interferem nos interesses neoliberais. Ao contrário, a economia neoliberal pode se beneficiar do trabalho voluntário, das doações de pessoas físicas e jurídicas, das parcerias com empresas e do uso da estrutura eclesiástica de modo direto, uma vez que o Estado deixa de gastar com a remuneração das líderes e com a manutenção da estrutura. Contudo, acredita-se que o exposto anteriormente não invalida as ações realizadas pela PCç, sua importância para a sociedade brasileira, e sua prática sócio-educativa como espaço de estímulo à formação da consciência crítica e à mobilização comunitária numa perspectiva de transformação da realidade. O programa de Geração de Renda é um exemplo, desta transformação da realidade, na medida em que pode gerar ganhos para os envolvidos.

As palavras da Dra. Zilda Arns expõem o motivo das ações da PCç:

“... a PCç nunca quis substituir o Estado porque era deficiente. Mas quis sim educar as famílias para um desenvolvimento integral da criança, dentro de um contexto de fé e vida.” (Entrevista 10, p. 31)

Outro trecho da mesma entrevista esclarece:

“A Igreja se coloca nas pastorais sociais que são muitas. Sempre que identificado um problema grave no Brasil se cria uma pastoral. Então ela sempre se põe ao lado do povo oprimido. E criam uma pastoral para que eles compreendam a realidade e promovam mudanças.” (Entrevista 10, p. 31).

Considera-se que a PCç não comunga dos valores neoliberais, mas tão somente pode ser funcional a esses. De fato, a Igreja realiza ações de responsabilidade Estatal

pela sua função de suplência. Essa suplência, baseada nos valores e nos critérios cristãos, move a ação cristã diante da situação de pobreza e injustiça social.

3.3.2 Aspectos histórico-políticos

Uma breve reflexão sobre o ponto-de-vista histórico-político indica a amplitude e o grau de inserção da PCç. O contexto histórico-político revela a diversidade fisionômica da PCç e ainda aponta a PCç como integrante das políticas públicas sociais.

Constatou-se que a PCç teve suas origens numa reunião da ONU, realizada em Genebra no ano de 1982. Nessa reunião, D. Paulo Evaristo Arns aceitou a proposta de fazer com que a Igreja ensinasse as mães a preparem o soro caseiro para seus filhos vítimas de diarreia e desidratação. Pode-se dizer que a história da PCç inicia-se “nas alturas”; afinal, uma organização, seja eclesial, governamental ou laica, que tem sua origem em semelhante reunião, não deriva somente das bases populares. Mas tal origem possibilita grandes sucessos nos seus intentos, pois supõe o apoio de grandes poderes políticos e econômicos. O apoio à PCç se deve ao poder constituído, mas sobretudo, ao povo simples e pobre que atua voluntariamente há vinte e cinco anos.

Certamente que a influência da Igreja, sua inserção no tecido social brasileiro muito contribuiu para que a PCç seja a organização de alcance nacional que todos conhecem.

Para particularizar, ainda mais, a história pessoal e familiar da Dra. Zilda Arns também contribuiu nos rumos políticos da PCç. Pode-se dizer que a concepção da PCç está “nas alturas”; no entanto, a sua geração, seu nascimento e crescimento se deu nas bases populares da Igreja, no Brasil.

São as comunidades populares nas paróquias e nos bairros que dão a fisionomia da PCç em cada canto do País, de acordo com seus valores, condições econômicas

e culturais. Em outras palavras, a PCç tem a fisionomia político-cultural do contexto social onde está inserida. A participação política, quer seja na comunidade paroquial ou do bairro, quer seja no município; depende do nível da consciência e da prática política de seus integrantes. É a consciência das líderes, das coordenadoras, dos integrantes do clero, e dos religiosos que fará com que a PCç, em sua prática sócio-educativa, transforme em maior ou menor profundidade a realidade de pobreza onde atua. A realidade encontrada na pesquisa de campo revela essas diferentes fisionomias da PCç.

Na cidade de Ortigueira não há integração entre as líderes e os agentes de saúde do PSF; estes não aceitam os registros de pesagem das crianças realizadas pela PCç. Por outro lado, também é nessa mesma cidade que mulheres integrantes do Movimento do Sem Terra (MST) se organizaram para criar a PCç no assentamento.

A um primeiro olhar, tal situação parece um paradoxo, pois que junto aos agentes de saúde as ações não são levadas em conta, enquanto que junto ao MST sim. Contudo, uma análise mais detalhada leva à compreender a dinâmica dos alcances e dos limites da ação da PCç, uma vez que as líderes são as principais agentes das ações da PCç e essas são integrantes da própria comunidade. Percebeu-se que, quanto mais pobre, desinformada, desmotivada e desmobilizada a comunidade, maiores serão suas limitações; e, no caso, maior é a falta de integração das ações da PCç e das ações do PSF.

Por outro lado, quanto mais organizada e capaz de mobilização é a comunidade, maior é a probabilidade de que ela alcance seus objetivos; e no caso, as integrantes do MST que se tornaram líderes da PCç no acampamento.

Esses fatos revelam uma fragilidade nas ações da PCç em Ortigueira, pois, como já citado, o Município apresenta um dos menores IDHs do Estado do Paraná. Acredita-se que neste, e nos demais municípios, já nomeados anteriormente, a PCç precisa intensificar ações de capacitação e de mobilização comunitária e, se possível, aplicar maiores recursos

financeiros. O inverso da lógica neoliberal é a lógica cristã, que centra seus esforços e atenções junto aos mais pobres.

O grau de inserção política pode ser percebido pela influência da Dra. Zilda Arns no governo brasileiro. Nos últimos dois Governos federais - primeiro e atual mandatos do presidente Lula – a fundadora da PCç é representante titular da CNBB no Conselho Nacional de Saúde (CNS) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNPDES)⁴⁶. Há líderes também representantes da PCç nos Conselhos Municipais de Saúde. Outro indicador dessa influência política está na internacionalização da PCç. Atualmente a PCç está em vários países da América Latina e da África.

As ações integradas com o Governo Federal vem acontecendo há alguns anos. Foi a PCç que capacitou, em âmbito nacional, os agentes do Programa de Saúde da Família para que este fosse implantado. As formas de trabalho do PSF foram inspirados na metodologia da PCç.

A crítica elaborada por Montañó, acerca das ONGs e sua funcionalidade ao neoliberalismo chama a melhores considerações: se a PCç, em alguns momentos, é funcional ao capital globalizado, isso não a impede de colaborar na articulação das lutas sociais populares, como é a proposta do autor para o enfrentamento do neoliberalismo. A alternativa para o *terceiro setor de intenção progressista* é a articulação das lutas sociais, que se dá cotidianamente nas bases populares dos setores progressistas da sociedade civil. Segundo o autor “[...] é o caminho para a (sic) transformação no enfrentamento ao neoliberalismo e na superação da ordem vigente”. (MONTAÑO, 2003, p. 260).

A colaboração nas lutas sociais populares vem acontecendo no cotidiano da práxis sócio-educativa da PCç, tanto através da atuação do articulador nos Conselhos Municipais de Saúde, como na mobilização e educação comunitária para a

⁴⁶ Fonte: <http://portalrpc.com.br/gazetadopovo/imprensa/parana/conteudo/phtml> acessado em 29 /02/08.

concretização/manutenção de direitos básicos e a garantia dos serviços públicos de educação e de saúde.

A diversidade fisionômica apresentada na prática sócio-educativa não é privilégio da PCç. As práticas sociais progressistas sempre apresentaram essa diversidade. Essa diversidade fisionômica é devida aos condicionamentos sócio-econômicos, culturais e ideológicos (condicionamentos objetivos) e aos diferentes níveis de consciência da intencionalidade da prática político-educativa (condicionamentos subjetivos).

A Pedagogia Freireana postula que é necessário que a liderança/líder respeite a autonomia dos oprimidos/mães-líderes. Lançar mão da educação bancária para alcançar a libertação seria uma incoerência. A libertação/transformação somente se alcança pela conscientização que é processo contínuo de ação-reflexão-ação-reflexão, que é a própria práxis. Freire afirma também que utilizar as estratégias da teoria da ação antidialógica levaria à simples troca de lugares entre opressores e oprimido e não à transformação. Considera-se que a paciência histórica e pedagógica é fundamental no processo de transformação.

A presença da ética cristã e da ação das pastorais sociais alteram as forças políticas brasileiras. A práxis sócio-educativa da PCç é um exemplo dessa alteração. Entende-se que a PCç mobiliza e estimula suas líderes e coordenadoras para uma prática reivindicadora e não uma prática assistencialista. Não é uma tarefa fácil. É preciso respeitar a caminhada de cada líder e de cada coordenadora e saber manejar a dialética entre o pessoal e o comunitário, entre o que é possível transformar e criar agora (o inédito viável) e aquilo que é impossível realizar devido às condições históricas que condicionam o presente.

3.3.3 Aspectos psico-religiosos

Analisar a dimensão psico-religiosa significa procurar compreender as motivações pessoais dos integrantes da PCç. A análise procura focar a pessoa da líder, uma vez que a líder é a protagonista das ações educativas e da dinamização da PCç; importa lembrar que, para ser coordenadora em qualquer âmbito – comunitário, paroquial, ou diocesano – é necessário primeiramente ter exercido a função de líder.

QUADRO 2 – Caracterização das líderes e coordenadoras da Pastoral da Criança participantes das capacitações observadas.

Perfil das Líderes	Cidades		
	Telêmaco Borba	Ponta Grossa	União da Vitória
Capacitação	Brinquedos e brincadeiras	Atualização do Guia do Líder	Missão e Gestão
Presença do sexo masculino	01	02	0
Idade	12 a 19 – 04 pessoas 28 a 34 – 04 pessoas 42 a 46 – 04 pessoas 51 a 59 – 03 pessoas	23 a 28 – 02 pessoas 34 a 39 – 05 pessoas 46 a 50 – 06 pessoas 51 a 55 – 07 pessoas	30 a 47 – 04 pessoas 53 a 57 – 04 pessoas 67 a 69 – 02 pessoas
Escolaridade	EFC – 06 pessoas EFI – 04 pessoas EMC – 02 pessoas ESC – 02 pessoas ESI – 02 pessoas	EFC – 01 pessoa EMC – 11 pessoas EMI – 05 pessoas ESC – 02 pessoas ESI – 01 pessoa	EFI – 01 pessoa EMC – 04 pessoas EMI – 01 pessoa ESC – 01 pessoa ESI – 01 pessoa Não inf. – 02 pessoas
Educandos	Líderes e candidatas a brinquedistas	Coordenadoras de ramo/paróquia	Coordenadoras de ramo/paróquia
Total de participantes	16	20	10

Fonte: Diário de Campo.

A maioria dos líderes são mulheres oriundas das próprias comunidades onde atuam. De acordo com o quadro dois (acima) a escolaridade varia bastante de acordo com a cidade. A idade das participantes também varia incluindo-se adolescentes até senhoras com mais de cinquenta anos.

Há um aspecto que é comum a todos os integrantes da PCç. Tanto os homens e mulheres, quanto as líderes ou coordenadoras declararam que a motivação para o trabalho voluntário advém dos valores evangélicos.

Um líder da cidade de Teixeira Soares, ao ser questionado sobre o trabalho que realiza relata o seguinte:

[...]o que tem, o que segura, o alicerce da nossa pastoral é a mística, a oração, a gente se entregar totalmente a Deus, não adianta eu fazer uma coisa de repente, é só pra aparecer, se eu não ter Deus comigo [...] (Entrevista 02/06 p.01).

[...] que a gente consegue voltar lá, e chamar novamente pela aquela família, inclusive comigo, aconteceu várias vezes, porque a gente sai da casa e esquece da grande pessoa que é Jesus, e se ele não vigia a gente, e Nossa Senhora não está acompanhando a gente, pra gente enfrentar, a gente vai enfrentar dificuldade, a PC não é aceita por muitas famílias, não é aceita nem por muitos padres, tem padre que rejeita, inclusive eu, a porta, da paróquia, muitas vezes foi fechada pra mim, porque não queriam saber da PC, hoje graças à Deus, tem os párocos que nos recebem muito bem, somos muito bem acolhidos, mas no passado, então eu não desanimei, teve época que a gente só podia ficar com uma líder, a gente tinha um grupão de líder e teve época que eu fiquei com uma líder, eu disse Senhor, se o trabalho é seu, dá pessoas pra mim continuar, eu não vou deixar esse trabalho e, inclusive nesse conhecimento de treinamento, curso e mais curso que a gente fez, através da PC, até parto eu fiz dentro de casa, noites frias, salvei crianças, dentro de choupanas, de casinhas bem pequeninas, de só ter uma luz pra clarear, eu fiz parto e hoje as crianças estão grandes então depois de pronto, levei pro médico e o médico me parabenizou por eu ser uma pessoa leiga e poder fazer esse trabalho maravilhoso, mas se eu não tivesse o conhecimento da PC com vários e vários cursos eu também seria uma pessoa que não teria condições de fazer. (Entrevista 02/06, p.01).

[...] eu sou há 25 anos de casado, a minha idade, hoje, já é praticamente 50 anos, e já to entrando nessa idade, mas eu tenho uma filha maravilhosa, com 22 anos, e uma esposa que também me apóia, me dá assim, toda a força, pra eu fazer esse trabalho, minha filha trabalha comigo na PC também, visitando ela é líder, tem uma irmã minha que trabalha também, então a gente tem aquele alicerce, assim, de um apoiar o outro, a gente trabalha sempre se ajudando, então na PC, a gente vê que naquela família, não precisa de ter, tanta ajuda material, mas ela precisa mais de ajuda espiritual, uma palavra amiga, de repente chegam na gente, e pedem, façam uma oração pra mim, eu to tão péssimo, e eu depois, não sou curandeiro, mas me tornei curandeiro, não sou médico, mas me tornei médico da família, então muitas e muitas famílias que não me recebiam na primeira, nem na segunda, até na terceira visita, mas eu rezava, senhor eu volto aqui, essa família eu tenho que salvar, logo em seguida eles iam atrás de mim, olha ta acontecendo tal coisa, as vezes eu tava dormindo na minha casa de noite, e batiam pedindo, e se eu fosse uma pessoa dura de coração e não tivesse Cristo junto comigo, eles nem iriam na minha casa, e muitas vezes eu próprio passava e eu amanhecia fazendo soro caseiro, fazendo alguma espécie de remédio que eu tinha capacidade de fazer e saberia que eu ia dar conta do recado, então é gratificante isso. (Entrevista 02/06, p. 02).

A participação das líderes da comunidade, nas atividades, é carregada de um sentido de responsabilidade. O sucesso de suas ações junto às famílias favorece o desenvolvimento da auto-estima do líder; é um valor que existe na motivação dos integrantes da PC. Contudo, conflitos inter-pessoais são motivos de desmobilização e desistência de alguns líderes.

As informações da pesquisa de campo indicaram que a PCç é espaço de desenvolvimento e cultivo da auto-estima, da motivação para a ação comunitária e da vivência de dinâmicas de interiorização e dinâmicas de relacionamento interpessoal. Esse espaço se manifesta como tal nas atividades de educação para a paz, de espiritualidade, de relaxamento, de danças, de brincadeiras, de canto e de música.⁴⁷

Na dimensão comunitária, a PCç se torna espaço para ação social e política. A mística é fator fundamental na sustentação e expansão das ações sócio-educativas da PCç.

O perfil da líder é composto por diversas facetas. A partir da identidade de evangelizadora a líder torna-se voluntária, agente de pastoral, organizadora e mobilizadora comunitária, e *educadora*.

3.4 A prática social da PCç numa perspectiva educativa

Viu-se que a prática educativa se encontra ora mais ora menos explícita na prática social. Ao buscar maior explicitação das ações educativas efetivadas pela PCç essas revelaram vários elementos e perspectivas, que compõem um panorama do educativo realizado pela PCç. A pesquisa confirmou a PCç como um *locus* de educação não-formal; possibilitou uma sistematização (certamente não a única possível, pois essa é apenas uma leitura realizada através desta pesquisa) da Pedagogia que sustenta a prática educativa da PCç e identificou algumas categorias freireanas propostas para a análise deste estudo/pesquisa.

3.4.1 A Pastoral da Criança como Educação Não-Formal

⁴⁷ Cf. as figuras 3 e 4 em apêndice.

A prática educativa da PCç possui características bem específicas. Essas características se inserem no conjunto das práticas educativas não-formais e se coadunam com as características gerais dessa modalidade educativa. Uma dessas características é a possibilidade de dispensa da fixação de tempo e de espaços para a realização das ações educativas. A PCç realiza suas ações educativas em diversos espaços: ao visitar as mães, nas casas das famílias; ao realizar reuniões de reflexões e de avaliação, na comunidade paroquial ou do bairro, ao realizar os Dias de Celebração da Vida, e nas próprias palestras de natureza educativa.

Nestas ações, a prática educativa é intencional e as líderes seguem as orientações recebidas nas capacitações, mas o grau de sistematização é quase nulo. De fato, na visita domiciliar a líder ensina através de um colóquio e o tempo de cada visita varia de acordo com a situação da família orientada. Nas reuniões o grau de sistematização é maior, pois, em sua grande maioria as reuniões seguem o método VJAAC. Nas capacitações, o grau de sistematização é ainda maior, é se revela igualmente maior a consciência da intencionalidade educativa das ações. Segundo Libâneo (2007), é o grau de sistematização e intencionalidade do processo de educar que dará a diferença entre a educação formal e a educação não-formal. A sistematização e a intencionalidade pedagógicas são menores na educação não-formal.

Outra característica da educação não-formal diz respeito à flexibilização do conteúdo e da aprendizagem (Afonso, 1989); esta flexibilização foi identificada em todas as atividades e, sempre que necessário, o planejamento das ações era revisto e adaptado às necessidades do momento e do grupo específico.

Uma terceira característica da educação não-formal, postulada por Gohn (2001) são as dimensões da aprendizagem. Dentre essas dimensões, a prática sócio-educativa da PCç apresenta as dimensões da “aprendizagem da organização comunitária” e da “aprendizagem política dos direitos individuais”.

De acordo com Afonso (1989 *apud* VON SIMSON, 2001), as práticas educativas não-formais podem levar a uma certificação, ainda que esta não figure entre seus objetivos. A PCç certifica todas as pessoas que participam (com carga horária integral) das capacitações. Por ocasião do concurso público do PSF, para o cargo de agente de saúde, tal certificação foi fator de maior pontuação para os concorrentes.

O entendimento de Libâneo (2007, p.93) acerca da educação enquanto sistema, possibilita considerar a PCç não só como uma prática educativa não-formal, mas, também como um sistema educativo não-formal organizado em redes comunitárias.

3.4.2 Uma sistematização da proposta pedagógica da PCç

Paulo Freire (1993), em **Política e Educação**, afirma que os componentes fundamentais de toda a prática educativa dependem das seguintes condições:

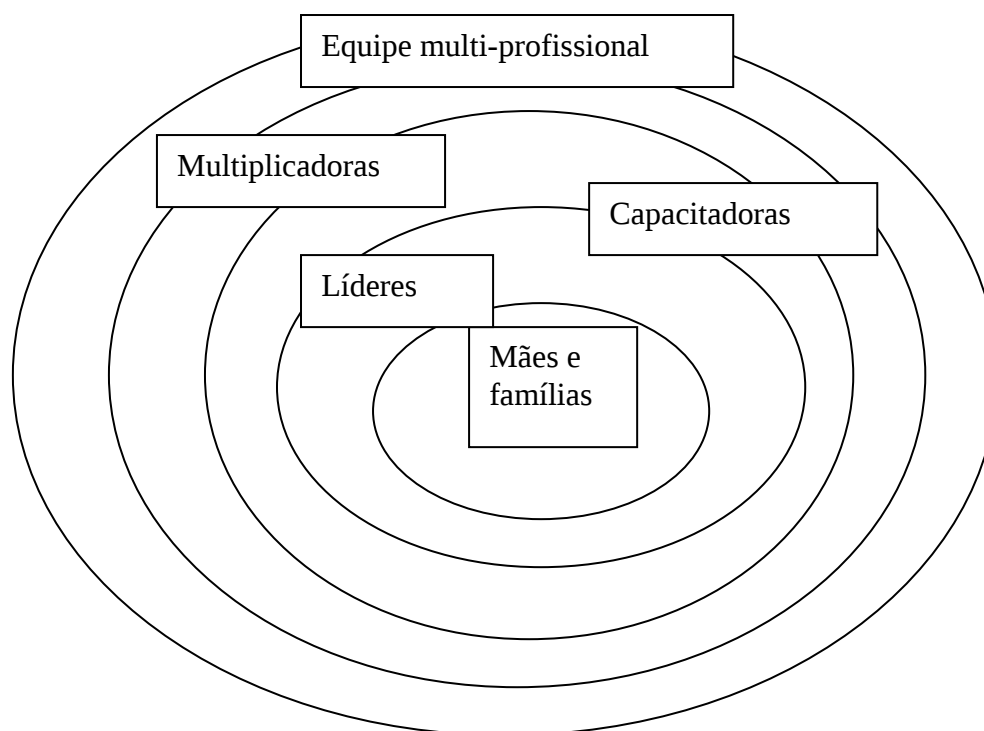
- 1) presença dos sujeitos do processo educativo (educador e educando),
- 2) existência de objetos de conhecimento e de conteúdos programáticos,
- 3) definição de objetivos que orientam a prática educativa;
- 4) existência de métodos, técnicas de ensino e materiais didáticos coerentes com os objetivos.

A prática social da PCç apresenta todos os componentes acima elencados. Na exposição que segue, se acrescentou junto à metodologia os princípios, que são a base sobre a qual se assenta a prática sócio-educativa da PCç.

- 1) Dos educadores e dos educandos:

Há, um revezamento nas funções de ensinar e de aprender entre todos os integrantes da PCç. Ora no papel de educando, ora no papel de educador.

A ação educativa tem como finalidade ensinar às mães e às suas famílias. A equipe multi-profissional capacita as multiplicadoras para que estas capacitem as capacitadoras e essas por sua vez, ensinam às líderes. No centro dessa dinâmica estão as mães que são orientadas pelas líderes. O figura abaixo esclarece a dinâmica desse revezamento.



Essas troca e interligação de papéis se apresentam também numa perspectiva freireana, onde todos aprendem e todos ensinam; interessantes as palavras de uma líder do município de Ortigueira: “... assim, ensinar... ensinar não, né! A gente ensina aprendendo também...” (Entrevista 05).

2) Dos objetivos:

Os objetivos educativos são claros: educar as mães e as famílias acerca dos cuidados básicos necessários à saúde, nutrição e desenvolvimento infantil; organizar e mobilizar a comunidade para a conquista e manutenção dos direitos sociais básicos.

Os conhecimentos são partilhados e apresentam duas naturezas. Uma das naturezas é ser conhecimento didático e metodológico para a concretização das ações educativas.

Incluem-se nesses o método VJAAC, a abordagem a ser praticada na visita às mães, a coleta dos indicadores de saúde e o preenchimento das folhas de acompanhamentos. Outra natureza é a do conhecimento enquanto conceito, valor e práticas de atendimentos à criança a serem ensinados às mães e suas famílias. Os conhecimentos conceituais, valorativos e práticos podem ser classificados em três grandes áreas: Saúde, Cidadania e Educação; com seus temas básicos que constam nos guias-teórico metodológicos.

Os conhecimentos relativos à Saúde subdividem-se em prevenção de doenças, nutrição higiene, gestação, aleitamento materno e desenvolvimento infantil. Os conhecimentos implicados na prática da Cidadania abordam os direitos da criança, da gestante, e da mãe; bem como a participação e mobilização comunitária e ainda os Conselhos Municipais de Saúde. E os conhecimentos acerca da Educação incluem a criação de grupos para alfabetização de adultos e a importância do brincar no desenvolvimento infantil, as etapas do desenvolvimento infantil e as atividades e brincadeiras para estimular o desenvolvimento do bebê e da criança.

3) Dos princípios éticos e da metodologia:

A prática sócio-educativa da PCç se assenta nos princípios do bem comum, da subsidiariedade e da solidariedade contidos na DSI expostos no Capítulo I. Estes princípios concordam com a antropologia católica, que vê o homem e a mulher como filhos de Deus, criados à sua imagem e semelhança. Por essa origem somos todos, em qualquer tempo, espaço e cultura, pessoas de igual dignidade, ainda que a digna vivência digna negada a muitos. A PCç educa para que as crianças e suas famílias possam gozar da dignidade de criaturas divinas.

4) Da metodologia:

A metodologia da PCç funda-se essencialmente no método VJAAC aliada à dois pontos da pedagogia de Jesus descritos nos escritos evangélicos: a organização comunitária em pequenos grupos e o envio de duas líderes (ou mais) para visitar as famílias.

A formação contínua e a capacitação fazem parte da metodologia. A formação abrange desde os primeiros contactos das líderes com a PCç, passando pelas capacitações, até o acompanhamento das atividades na comunidade. De acordo com a própria PCç⁴⁸, a formação contínua deve levar em conta a realidade das comunidades, o saber e a experiência de mães, líderes, coordenadoras e profissionais da área, o aprofundamento dos conhecimentos técnicos, os resultados alcançados e a vivência da mística da PCç. A capacitação, à serviço da formação, se concretiza em cursos e oficinas para a aprendizagem dos conhecimentos e da metodologia necessários à realização das ações educativas. Segundo o documento antes referido, a base metodológica apresenta quatro características:

- a) evangelizadora: porque faz o trabalho a partir da mística cristã, que é a união de fé e de vida;
- b) técnica: porque decodifica os conhecimentos científicos e os incorpora na área da saúde, da nutrição, da educação e da cidadania, relacionados à gestante e à criança;
- c) popular: porque relaciona esses conhecimentos científicos com o saber popular para a construção de novo saber, significativo para as líderes e suas famílias;
- d) cidadã: porque contribui para a conquista de direitos sociais básicos das crianças e suas famílias.

A metodologia realiza uma transposição didática do conhecimento cientificamente elaborado para o saber popular.

5) Das técnicas e dos recursos didáticos:

As técnicas empregadas pela PCç se constituem num leque composto por vivências, atividades de expressão artística, atividades lúdicas, estudos dos guias teórico-metodológicos e realização de assembleias.

⁴⁸ In Pastoral da Criança. **Orientações sobre a Missão dos Coordenadores de Ramo e Área na Pastoral da Criança. Documento Preliminar.** Curitiba, fevereiro de 2004, p. 12-13.

As vivências incluem dinâmicas de sensibilização e socialização, momentos de relaxamento e meditação. A expressão artística inclui a dramatização, o desenho, a pintura, o canto e a dança. Nas atividades lúdicas (além da expressão artística) se verificaram as brincadeiras cantadas, a contação de histórias, o brincar e o resgate de brincadeiras folclóricas.⁴⁹

O estudo⁵⁰ é geralmente realizado no círculo, por meio de leitura silenciosa seguida de debate, ou é o estudo dirigido, realizado em pequenos grupos, e também seguido de exposição e debate. Nas capacitações “Guia do Líder” e “Missão e Gestão”, acompanhadas na pesquisa de campo, a carga horária de estudo foi de dez horas diárias. As assembléias de caráter deliberativo se constituem em momentos de aprendizagem política e são realizadas em todos os níveis da organização hierárquica da PCç: paroquial, diocesano (ou setorial), estadual e nacional.

Entre os recursos didáticos se encontram os guias teórico-metodológicos e o jornal da PCç; o jornal tem uma tiragem mensal de 280 mil exemplares e traz reportagens acerca das ações da PCç no Brasil, informações e conteúdos referentes aos temas ensinados.

3.4.3 A Pedagogia Freireana na prática sócio-educativa da PCç

Acredita-se que a cosmovisão que compõe as entrelinhas da obra de Paulo Freire é uma das maiores virtudes da Pedagogia Freireana. Pois, aderindo à cosmovisão Freireana, é possível reinventar a sua pedagogia nos mais diversos e diferentes espaços educativos. A Pastoral da Criança, em sua prática sócio-educativa, é um destes espaços possíveis.

⁴⁹ Cf. figuras 3 e 4 em apêndice.

⁵⁰ Cf. figuras 5, 6, 7 e 9.

Considera-se que, na prática sócio-educativa da PCç, a Pedagogia Freireana está entre a recriação e a adaptação. A Pedagogia da PCç se aproxima da práxis freireana pela metodologia (seja pelo método VJAAC, seja pela formação de pequenos grupos e pela finalidade político-transformadora da prática educativa). Tanto Paulo Freire, quanto o método VJAAC levam a uma práxis e não apenas a uma prática. Sobre a práxis, Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1983, p. 40), afirma: “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”. Mais à frente, outra afirmação remete à ligação entre práxis e diálogo (1983, p. 91) “Não há palavra verdadeira que não seja práxis.” A palavra dividida em ação e reflexão leva à práxis; e essa é a cotidianidade das líderes e coordenadoras da PCç, estudam, refletem e conhecem, se comprometem, agem, avaliam e celebram... continuamente.

As categorias que tendem à recriação são: conscientização, colaboração, solidariedade, diálogo e a educação como ato político.

A metodologia da Pastoral da Criança permite a conscientização do pobre sobre sua situação de pobreza e permite, também, sua organização coletiva na comunidade, procurando assim soluções para a melhoria de suas vidas e levando a comunidade a um processo constante de educação e de transformação das condições de vida material. Contudo, algumas integrantes têm consciência da natureza político-educativa das suas ações; outras não; e outras ainda ficam em dúvida se educam ou não educam. Essa variação quanto à consciência da intencionalidade político-educativa das líderes e coordenadoras se apresenta de acordo com as funções e com as comunidades; a consciência é maior nas líderes que têm alguma função de coordenação. Acredita-se que as líderes coordenadoras participam mais constantemente de capacitações do que as líderes da comunidade, a capacitação constante pode contribuir para a diferenciação da conscientização. Intensificar as capacitações nas

comunidades pode ser uma contribuição para estimular o aprofundamento do processo de conscientização.

A colaboração e a solidariedade são vividas na comunhão de tempo, valores e ações dos integrantes, conforme a prática educativa freireana, que supõe comunhão de objetivos, finalidades e metodologia. Entende-se que a prática sócio-educativa da PCç é uma *prática de comunhão*. A colaboração em Freire tem o sentido de comunhão; o co-laborar, é muito mais que o estar juntos, mais do que colaborar numa ou noutra situação, é acreditar e viver os mesmos valores e para as mesmas finalidades.

Uma das condições para a práxis dialógica freireana é a comunhão de finalidades. Na prática sócio-educativa da PCç aparece o diálogo freireano; pois a relação entre os participantes revela uma horizontalidade característica de Paulo Freire. Na PCç, essa horizontalidade leva a uma *circularidade dialógica* constante. Verificou-se essa circularidade nos encontros de avaliação, onde as coordenadoras falam e escutam, e as líderes igualmente falam e escutam em todos os momentos inclusive em questões deliberativas. Contudo, é necessário que os temas e as situações-problemas sejam mais problematizados, aprofundando a reflexão na procura pelas relações de causas e efeitos e por alternativas de ação. Esse aprofundamento também contribuirá no processo de conscientização.

A educação problematizadora tende à adaptação, pois o diálogo, muitas vezes, não é suficientemente problematizador. A pesquisa de campo não revelou uma prática educativa bancária, mas somente uma falta de aprofundamento reflexivo como acima referido.

A categoria oprimido é personificada nos pobres, sejam eles as mães e suas famílias, sejam eles as próprias líderes e coordenadoras que geralmente vivem na comunidade.

A categoria opressor não aparece na prática sócio-educativa da PCç. Considera-se que esta categoria não aparece, porque as líderes e coordenadoras não estão preocupadas com

o opressor, mas com a opressão. A PCç não busca a revolução, mas a transformação da situação de pobreza.

A concepção freireana de educação como ato político é vivenciada na PCç. As atividades de mobilização e participação comunitária, como as eleições⁵¹ para coordenadoras, as assembléias de caráter deliberativo, e a existência e a participação do articulador da PCç nos Conselhos de Saúde revelam a politização da práxis sócio-educativa. Sobre a participação da PCç nos conselhos assim se expressa a Dra. Zilda Arns:

“A própria Pastoral fomenta os conselhos. Agora o Conselho de Segurança Alimentar! Parece que se a Pastoral não entra, não sai. Tem o conselho do idoso. Nós estamos no Conselho do Idoso. Não são só conselhos de controle social sobre as verbas, mas também são precursores de políticas públicas.” (Entrevista 10, p. 30)

⁵¹ Cf. figura 2 em apêndice.

CONCLUSÃO - PASTORAL DA CRIANÇA: UMA PRÁTICA POLÍTICO-EDUCATIVA NÃO-FORMAL

Tendo assumido como pressuposto que as práticas sociais incluem práticas de natureza educativa, a pesquisa indicou as diferentes modalidades de prática educativa postuladas por Libâneo (2007).

Os conceitos e as características da educação não-formal Libâneo (2007), de Afonso (1989) e de Von Simson (2001) permitiram definir a prática social da PCç, como uma prática educativa não-formal. E os elementos constitutivos da prática educativa, conforme Freire (2003), permitiram sistematizar uma Pedagogia da PCç: as líderes e as mães são simultaneamente educandas e educadoras, e a metodologia estimula tanto o processo conscientização crítica como a transformação social. Seus princípios educacionais consideram o ser humano em sua dignidade de criaturas divinas. Existem recursos didáticos em consonância com os objetivos propostos. Os conhecimentos ensinados são transdidatizados da linguagem científica para a linguagem popular e têm se mostrado relevantes para a educação das mães e das famílias atendidas.

A pesquisa evidenciou que, na prática sócio-educativa da PCç, a Pedagogia Freireana está entre a recriação e a adaptação. As categorias *conscientização*, *solidariedade*, *diálogo* e *educação como ato político* tendem à recriação; as demais categorias investigadas tendem à adaptação ou não estão personificadas na prática dos sujeitos pesquisados.

As aproximações da prática sócio-educativa da PCç com a Pedagogia Freireana permitiram considerar aquela como uma pedagogia político-educativa na perspectiva da transformação das condições de pobreza. É uma pedagogia que leva a uma práxis educativa, pois sua metodologia articula a reflexão-ação-reflexão-ação e se insere na realidade concreta das comunidades. Leva a uma práxis educativa e não somente a uma prática educativa.

Entende-se, portanto que *PCç em sua prática social se apresenta, também, como uma prática político-educativa não-formal transformadora*. A singularidade dessa pedagogia está na sua metodologia transformadora e na religiosidade de sua concepção antropológica.

A pedagogia que sustenta a prática sócio-educativa da PCç é uma pedagogia singular onde os princípios da ética e da antropologia católicas e a metodologia do VJAAC são mesclados com o *diálogo*, a *conscientização* e a *solidariedade* freireanas. Pedagogia, portanto, humanista-cristã e popular para transformação social.

Acerca da PCç como integrante das políticas públicas, a pesquisa revelou que a PCç, no aspecto econômico, pode ser funcional ao sistema neoliberal, uma vez que o Estado se utiliza da estrutura da Igreja e do trabalho voluntário. Mas, a PCç não comunga com os valores econômicos do neoliberalismo. A PCç realiza ações de responsabilidade do Estado pelo princípio da suplência. Essa suplência, baseada nos valores e nos critérios cristãos, move a ação cristã diante das situações de pobreza. A referida funcionalidade aos valores neoliberais, tampouco atrapalha ou impede da PCç de colaborar nas lutas sociais populares. Viu-se que a ação político-educativa efetivada pela PCç educa suas integrantes para a conscientização e mobilização comunitária.

Outro aspecto da inserção política da PCç se revela na história da CNBB junto à sociedade brasileira, pois a Igreja é formadora de mentalidades; um exemplo dessa formação está no fato de terem sido os integrantes da PCç que capacitaram os agentes do PSF (governamental) quando da implantação do mesmo; e, ainda, o PSF utiliza a metodologia da PCç.

Uma vez que, a PCç recebe verbas públicas para o custeio de suas ações e, principalmente, realiza ações de natureza educativa em todo o território brasileiro; ela pode ser considerada como integrante das políticas públicas. Uma política pública de caráter de

Estado - e não de governo; é óbvio o entendimento, visto que, nos cinco últimos Governos Federais, a PCç vem recebendo verbas públicas.

Ainda quanto ao potencial transformador da metodologia e da práxis da PCç: essa capacidade de transformação se deve ao fato de ser uma política pública que se faz prática sócio-educativa, diferentemente das políticas de condicionalidades. Para Gadotti (2006, p. 9), “a cidadania precisa controlar o Estado e o mercado, verdadeira alternativa ao capitalismo neoliberal e ao socialismo burocrático”. Considera-se que, se a Pastoral da Criança não interfere no sistema econômico neoliberal; ela atua nas lacunas ou frestas que o mesmo sistema necessariamente cria no espaço do cotidiano social. Nessas lacunas, se tornou possível educar para a transformação das condições de pobreza.

Erradicar a pobreza, respeitando a autonomia que existe em cada homem e mulher pobres, não é tarefa fácil. Freire em sua Pedagogia da Esperança afirma:

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como na qualidade ética da luta é negar a ela um de seus suportes fundamentais. O essencial, como digo mais adiante no corpo desta Pedagogia da Esperança, é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. (FREIRE, 1992, p. 10)

Considera-se que a PCç vem praticando a Pedagogia da Esperança de uma forma ética, usando um termo freireano, repleta de *boniteza*.

No que diz respeito ao alcance dos objetivos pretendidos por esse estudo/pesquisa se registra que à medida que a etnopesquisa avançou, se revelaram a complexidade e a amplitude do objeto de estudo, bem como a impossibilidade da conclusão definitiva. O que aqui se apresentou foi uma primeira aproximação ao objeto. As questões levantadas nesse estudo/pesquisa reclamam e sugerem várias pesquisas específicas. Dentre essas, se destacam pesquisas que aprofunde a potencialidade política da Pedagogia da PCç, talvez apoiada na metodologia da pesquisa participante. Considera-se que essa metodologia pode colaborar com

a prática político-educativa da PCç e possibilitar aos seus integrantes o aprofundamento na prática pedagógica Freireana.

Referências:

ALTANER, B. **Patrologia**. Editora Marietti, 1951, p. 220.

ALVA, L. E. Z. **Estado nutricional das crianças menores de seis anos atendidas pela Pastoral da Criança no município de Vera Cruz/SP**. 1999. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ÁVILA, M. M. M. **Significados culturais da multimistura: crenças e conhecimentos de mães e líderes pastorais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1999.

ARAÚJO, S. M. C. D. **Tecnologia e relações de gênero na Pastoral da Criança**. 2004. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2004.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 nov. 2007.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. **Estud. av.**, São Paulo, v.18, n.52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 mai. 2007.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

BARROS, R. d. C. B. **Da exclusão à participação: a experiência da Pastoral da Criança no Brasil**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

BATALHA, M. M. **Pastoral da Criança: 20 anos de vidas**. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, Ed. Desiderata; São Paulo: Loyola, 2003.

BROLHANI, C. A. **Consolidação ou mudança? Uma análise feminista da Pastoral da Criança**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2004.

CAMINI, L. *et al.* **Educação pública de qualidade social: conquistas e desafios**. Petrópolis, Vozes, 2001.

CELAM. A evangelização no presente e no futuro da América Latina: conclusões da Conferência de Puebla. Texto oficial. **Conselho Episcopal Latino-americano**. São Paulo: Paulinas, 1979.

_____. Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-americano e do Caribe. **Conselho Episcopal Latino-americano**. São Paulo: Ed. CNBB, Paulinas, 2007.

CARNEIRO, F. D. D. **Mães com retardo mental, filhos desnutridos**: um estudo no Ceará. 1997. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1997.

CARVALHO, V. D. D. **Pobres no ter, ricos no ser**: um estudo sobre a motivação e trabalho voluntário na Pastoral da Criança. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

CNBB. Documento nº. 71. **Diretrizes Gerais da ação evangelizadora no Brasil**: 2003-2006. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. **Pastoral da criança**. Disponível em: <<http://www.pastoraldacrianca.org.html>>. Acesso em: 11 mar. 2006.

COMBLIN, J. **Cristãos rumo ao século XXI**: nova caminhada de libertação. 9. ed. São Paulo: Paulus, 1996.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMO, P. **Política Social do Conhecimento: sobre futuros de combate à pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FAXINA, E. **Participação e subjetividade em movimentos sociais**: um estudo de caso sobre as práticas culturais contemporâneas como espaço de construção e legitimação do ser individual e ator social. 2001, 259f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo - Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2001.

FERNANDES, A. C. C. B. **A contribuição dos processos de disseminação e retenção do Conhecimento para o aprendizado organizacional no terceiro setor**: estudo de caso na Pastoral da Criança. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Melo e Silva. 3. ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da Esperança**. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. **Lições de Freire**. Disponível em: <http://www.scielo.br/html>>. Acesso em: 07 ago. 2006.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da Educação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/html>>. Acesso em: 07 ago. 2006.

GOHN, M. D.G. **Educação Não-Formal e Cultura Política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 2001.

HOROCHOVSKI, R. R. **Estratégias de legitimação no terceiro setor: o caso da Pastoral da Criança**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

JUNQUEIRA, S. R. A. **Pastoral Escolar: conquista de uma identidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LANDIM, L. **Ações em sociedade, militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro: NAU – Instituto de estudos da religião (ISER), 1998 (esgotado).

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2007.

LIRA, F. E. G. C. **Alfabetização e letramento no processo de socialização de lideranças comunitárias: análise de uma experiência na Pastoral da Criança**. 2004, 93f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2004.

MACEDO, R. S. **A etnopesquisa crítica e multireferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador, EDUFBA, 2000.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NEUMANN, Z. A. **Depoimento: Zilda Arns Neumann: ela criou uma rede de solidariedade que salva centenas de milhares de crianças brasileiras**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2003.

NEUMANN, N. A. **A Pastoral da Criança em Criciúma-SC: estudo populacional sobre sua cobertura e desempenho em ações básicas para a sobrevivência infantil**. 1997. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1997.

NEUMANN, Z. A. Pastoral da criança: uma experiência consagrada. In: CARNEIRO, J. M. B. **Cadernos Adenauer Nove: Fé, Vida e Participação**. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000.

NEZ, E. **Um balanço do programa Bolsa Escola (2001-2003) Programa Assistencial ou Política Educacional?** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

OLIVEIRA, M. M. S. D. **Protagonismo local: o caso da Pastoral da Criança no povoado da Conceição – Zona rural de Alagoinhas**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

PAIVA, A. M. **Pastoral da Criança na Arquidiocese do Rio de Janeiro: estudo exploratório de sua dimensão social**. 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

PASTORAL DA CRIANÇA. Participação e controle social: texto-base do articulador da pastoral da criança junto ao Conselho de Saúde. Curitiba, 2003. 72 p.

_____. Orientações sobre a Missão dos Coordenadores de Ramo e Área na Pastoral da Criança: documento preliminar. Curitiba, 2004.

_____. Brinquedos e Brincadeiras na Comunidade. Curitiba, 2005.

_____. Guia do líder da pastoral da criança. 9. ed. Curitiba, 2007.

_____. Caderno do líder da pastoral da criança: acompanhamento das gestantes e das crianças. 3. ed. Curitiba, 2007.

PAULA, H. d. **Avaliação da qualidade de dietas suplementadas com multimisturas a base de milho com proteína de alta qualidade usando parâmetros biológicos e bioquímico-nutricionais em ratos.** 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2004.

PERONI, V. M. V. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In PERONI, V.M.V., BAZO, V.L., PEGORARO, L. (Orgs.). **Dilemas da Educação Brasileira em tempos de globalização neoliberal:** entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SANTANA, M. A. C. T. D. **Pastoral da Criança:** representações sociais de líderes Curral Novo – Jequié/Bahia. 2000, 106f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2000.

SILVA, F. F. D. **Saúde, educação, política e mística:** a Pastoral da Criança na Arquidiocese de Londrina Paraná. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1994.

SOARES, E. **Fenomenologia do diálogo familiar como um caminho possível para a construção da cidadania.** 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2002.

SOUZA, F. I. D. **Educação em saúde para a Pastoral da Criança abordagem freireana.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2003.

SOUZA, L.A.G. d. **As várias faces da Igreja Católica.** *Estud. av.*, São Paulo, v.18, n.52, 2004. Disponível em: [Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000300007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 mai. 2007.

STUCKY, R. M. M. **Educação em saúde:** um olhar sobre a prática da Pastoral da Criança. 1999, 126f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 1999.

TORRES, C. A. **Pedagogia da luta:** da pedagogia do oprimido à escola pública popular. cap. 7. Campinas: Papirus, 1997.

UEPG. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos.** Ponta Grossa: UEPG, 2005.

VATICANO. PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja:** tradução. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo: Paulinas, 2005.

VELOSO, R. V. **Recuperação do estado nutricional de ratos desnutridos**: avaliação do emprego de uma multimistura de alimentos não convencionais. 1998. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1998.

VON SIMON, O. R. d. M. (org.). **Educação Não-Formal**: cenários de criação. Campinas – SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

WANDERLEY, L. E. Igreja e Movimentos Populares. PROJETO HISTÓRIA. **Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Puc-SP**, São Paulo, Editora da PUC – SP, n. 7, p. 7-34, fev. 1987.

APÊNDICES



Fig. 1 - Pagamento das despesas de viagem. Ponta Grossa -PR



Fig. 2 - Escolha da coordenadora de ramo (paróquia). Ortigueira -PR



Fig. 3- Exercício de relaxamento. Encontro Diocesano. Ponta Grossa -PR



Fig. 4 - Cantigas de roda. Encontro Diocesano. Ponta Grossa -PR



Fig. 5 - Leitura e reflexão em pequenos grupos. Ponta Grossa -PR



Fig. 6 - Estudo dirigido no círculo. Ponta Grossa -PR



Fig. 7 - Leitura em grupo - Capacitação: Brinquedos e Brincadeiras na comunidade. Telêmaco Borba -PR



Fig. 8 - Clube de gestantes. Palestra sobre DST. Ponta Grossa -PR



Fig. 9 - Estudo dirigido. Capacitação Brinquedos e Brincadeiras. Telêmaco Borba -PR



Fig. 10 - Oficina de Brinquedos. Telêmaco Borba -PR

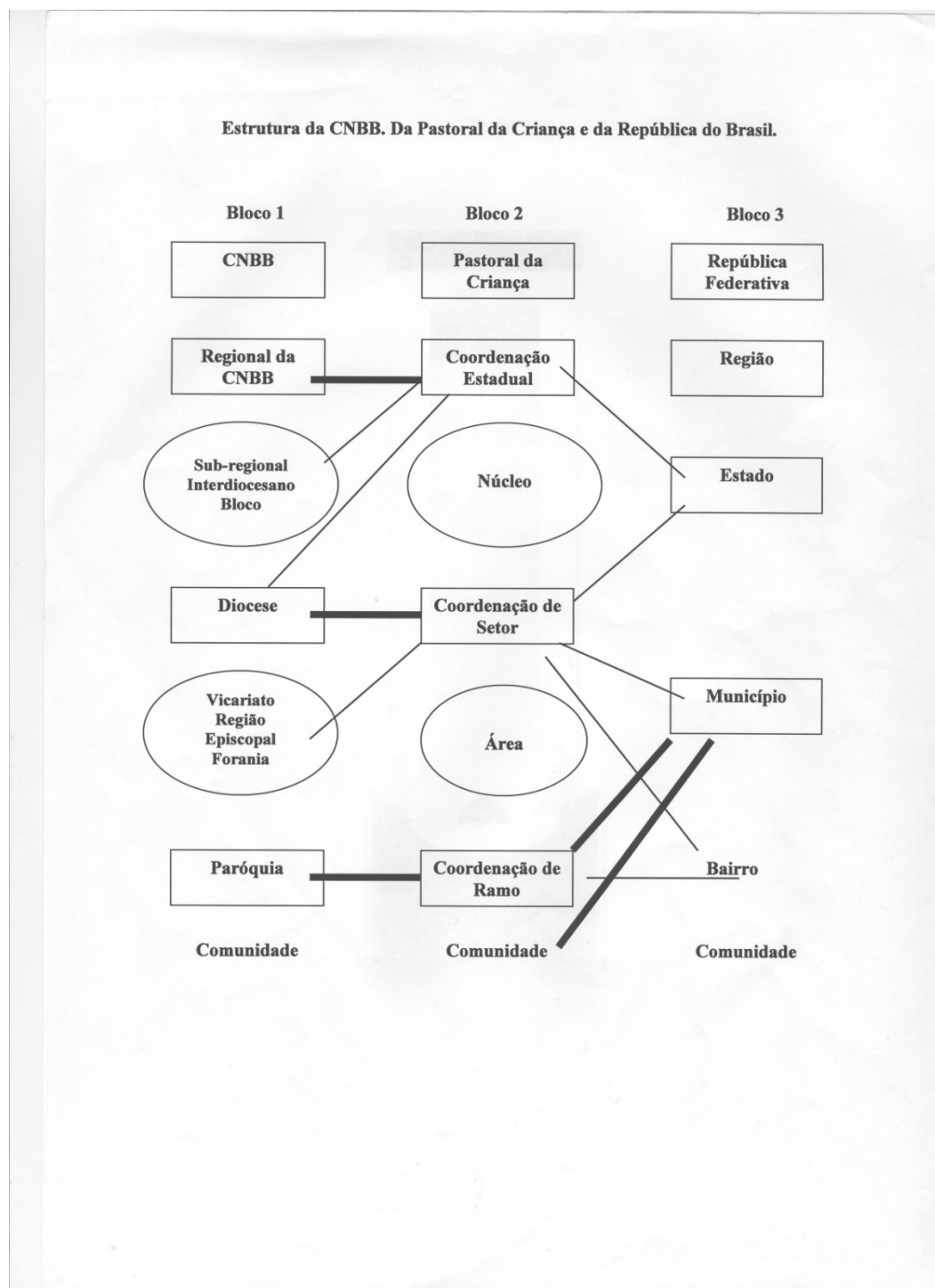
ANEXO 1

Gráfico das fontes de recursos da PCç



ANEXO 2

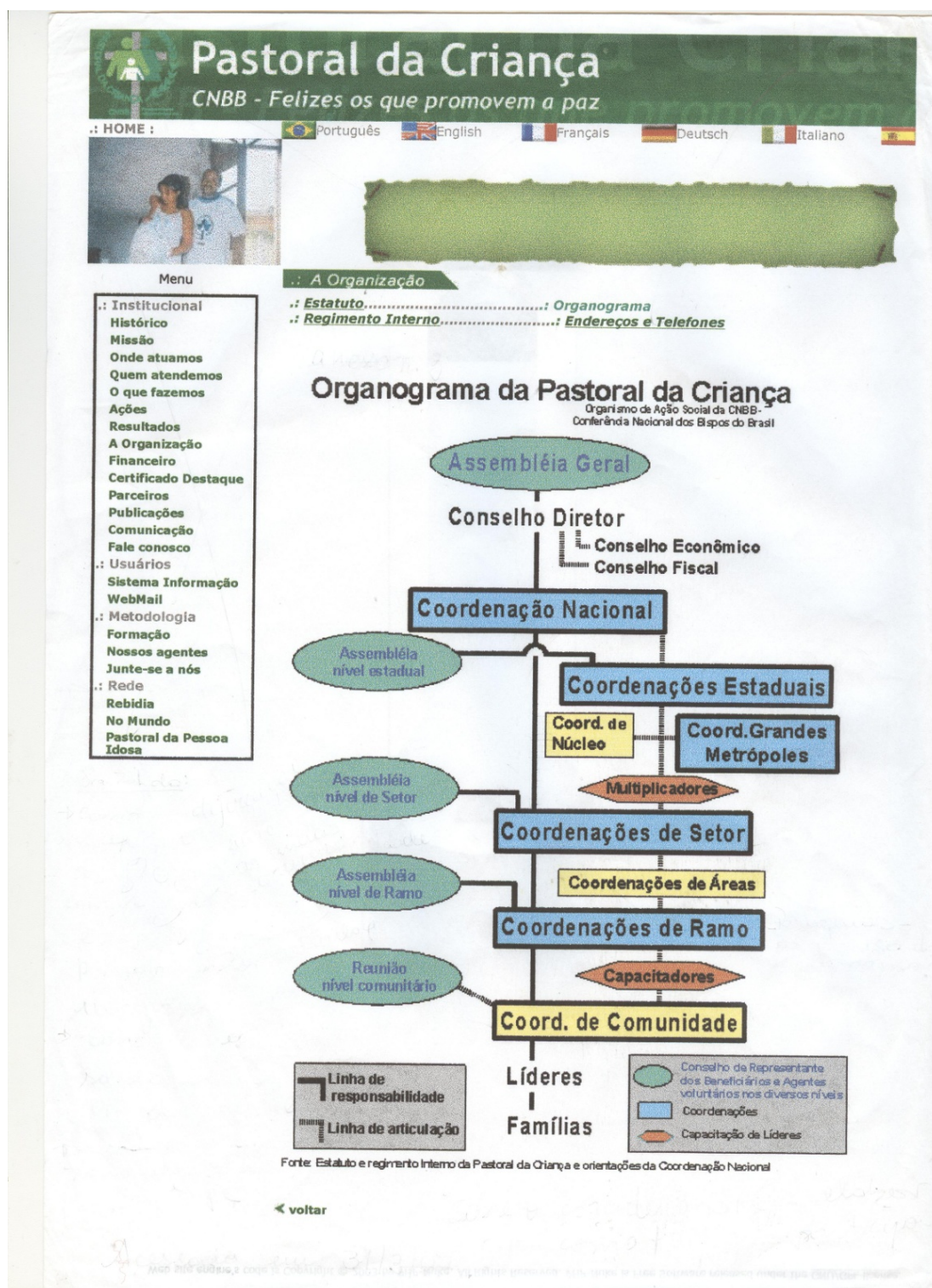
Fluxograma da estrutura da CNBB, da PCç e da República Federativa do Brasil.



Fonte: PASTORAL DA CRIANÇA. Orientações sobre a Missão dos Coordenadores de Ramo e Área na Pastoral da Criança: documento preliminar. Curitiba, 2004.

ANEXO 3

Organograma da Pastoral da Criança



ANEXO 4

Folha de Acompanhamento da Criança e da Gestante

PASTORAL DA CRIANÇA
CIBRIS - Comissão Brasileira de Iniciação e Acompanhamento da Criança e da Gestante

1ª PARTE

FOLHA DE ACOMPANHAMENTO DA CRIANÇA E DA GESTANTE

Nome da Criança: _____

Nome da gestante/mãe: _____

Nome do pai: _____

Endereço: _____

PAQUETÃO DE CUIDADOS

Ano 20 ____

Mês a que se referem os dados →

5. Idade da criança (idade que a criança completa neste mês)

6. Você viu esta criança neste mês?

7. A criança foi pesada neste mês (marcar o peso)?

8. A criança aumentou de peso neste mês?

9. A criança está desnutrida (abaixo da curva -2)?

10. A criança está com sobrepeso ou obesidade (acima da curva +2)?

11. A criança teve diarreia neste mês?

12. A criança teve diarreia, tomou soro e a mãe insistiu com a alimentação durante a diarreia?

13. Quais indicadores de oportunidades e conquistas foram alcançados neste mês?

14. Os indicadores da pergunta 13 apontam situação desfavorável para o desenvolvimento da criança (nenhum indicador foi alcançado)?

15. Todos os indicadores de oportunidades e conquistas foram alcançados?

Caso a criança tenha ficado doente neste mês, anote a doença

16. A criança foi levada ao Serviço de Saúde (para vacinação, consulta de rotina ou porque estava doente)?

17. A criança levada ao Serviço de Saúde foi atendida?

18. A criança está com a vacina completa para a sua idade?

19. A gestante está em que mês da gestação?

20. Você viu esta gestante neste mês?

21. A gestante foi ao Serviço de Saúde para consulta Pré-Natal neste mês?

22. A gestante foi ao Serviço de Saúde para consulta Pré-Natal neste mês e foi atendida?

23. A gestante teve sua altura uterina medida na consulta Pré-Natal?

24. A gestante está com a curva uterina abaixo do percentil 10?

25. A gestante está com a curva uterina acima do percentil 90?

26. A gestante está com a vacina contra o tétano em dia?

1. A criança nasceu em: ____/____/____ Peso ao nascer: ____ gramas

2. Nasceu com baixo peso (menos de 2.500 gramas)? ____ sim () não ()

3. Com que idade a criança começou a receber: Água ____ meses

Suco de fruta ____ meses

Chá ____ meses

Leite (pó, vaca, cabra) ____ meses

Fruta amassada ____ meses

Papa de verduras/legumes ____ meses

Arroz com feijão ____ meses

Outros alimentos ____ meses

4. Ao completar seis meses de vida, a criança mamou só no peito? ____ sim () não, recebia também água, chá, suco, outros leites ou outros alimentos ()

5. Esta criança saiu da Pastoral da Criança porque: ____

a. completou 6 anos ()

b. a família não quer ser acompanhada ()

c. morreu. Anote a história na 3ª PARTE deste Caderno ()

d. morreu. Anote a história na 3ª PARTE deste Caderno ()

e. teve aborto ou a criança nasceu morta ()

ANEXO 5

Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e de Educação na Comunidade.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - PASTORAL DA CRIANÇA*
FOLHA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO MENSAL DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE

Estado: _____ Setor: _____ Esta FABS é 2ª via corrigida
 Não () Sim ()

Ramo: _____
 Município da Comunidade: _____ Comunidade: _____

Mês e ano a que se referem os dados: _____ Número de Líderes: _____ Número de Pessoas na Equipe de Apoio: _____

A. Nome ou apelido dos líderes	TOTAL			
B. Número de Famílias Cadastradas				
1. Crianças de 0 a 6 anos incompletos cadastradas pelo Líder				
2. Destas crianças cadastradas, quantas são menores de 1 ano				
3. Crianças de 0 a 6 anos incompletos visitadas no mês				
4. Destas crianças visitadas, quantas são menores de 1 ano				
5. Crianças que, no mês, completam 4 meses				
6. Destas crianças que completam 4 meses, quantas estão mamando só no peito				
7. Crianças pesadas no mês				
8. Destas crianças pesadas, quantas aumentaram de peso				
9. Destas crianças pesadas, quantas estavam desnutridas (abaixo do percentil 3)				
0. Crianças que tiveram diarreia no mês				
1. Destas crianças que tiveram diarreia, quantas tomaram soro e a mãe insistiu com a alimentação durante a diarreia				
2. Crianças com vacinas completas para a idade				
3. Crianças que foram acompanhadas nos indicadores de oportunidades e conquistas				
4. Segundo os indicadores da pergunta 13, quantas crianças estão em situação de risco (nenhum indicador foi alcançado)				
5. Crianças que alcançaram todos os indicadores de oportunidades e conquistas				
6. Crianças levadas ao Serviço de Saúde no mês (para vacinação, consulta de rotina ou porque estavam doentes)				
7. Destas crianças levadas ao Serviço de Saúde, quantas foram atendidas				
8. Gestantes cadastradas pelo Líder				
9. Gestantes visitadas pelo Líder no mês				
0. Gestantes com a vacina contra o tétano em dia				
1. Gestantes desnutridas no mês				
2. Gestantes que foram ao Serviço de Saúde para consulta Pré-Natal no mês				
3. Destas gestantes que foram ao Serviço de Saúde para consulta Pré-Natal, quantas foram atendidas				
4. Crianças que nasceram no mês				
5. Destas crianças que nasceram, quantas pesaram menos de 2500 gramas				
6. Crianças que morreram no mês - menores de 1 ano				
7. Crianças que morreram no mês - de 1 a 6 anos incompletos				

*Se alguma criança ou gestante NÃO FOI ATENDIDA pelo Serviço de Saúde ou MORREU, preencha os dados.

reunida por: _____ Coordenador da Comunidade _____ Data da reunião de reflexão e avaliação para preenchimento desta FABS _____ Revisada por: _____ Coordenador de Ramo _____

BRASIL - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Pastoral da Criança - 2010

PASTORAL DA CRIANÇA
 - Organismo de Ação Social da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - 2010

Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e de Educação na Comunidade

28. A comunidade recebeu a visita da Coordenadora de Ramo no mês? Não () Sim ()

29. A comunidade possui uma brinquedista? Não () Sim ()

30. Se Sim:
 Nome dos brinquedistas: _____ Quando? _____
 que atuaram no mês: _____ Celebração da Vida: _____ Outros momentos: _____

31. Se alguma criança ou gestante não foi atendida pelos serviços de saúde, anote:
 Nome da criança ou gestante: _____ Idade: _____
 Sintoma (ou doença): _____
 Líder ou quem encaminhara: _____
 Para onde: _____ Data: ____/____/____ Hora: ____:____
 Responsável pelo atendimento no Serviço de Saúde: _____
 Motivo alegado para o não atendimento: _____

32. Se neste mês MORREU alguma CRIANÇA acompanhada:
 Nome da criança: _____
 Nome da mãe da criança: _____
 Data de nascimento: ____/____/____ Data do óbito: ____/____/____
 Causa da morte: _____
 História da morte (escreva o que aconteceu com esta criança que possa ter causado a morte): _____

33. Se neste mês MORREU alguma GESTANTE ou MÃE até 42 dias após o parto (MORTE MATERNA):
 Nome da gestante/mãe: _____
 Causa da morte: _____
 História da morte: _____

34. Informar quais as outras ações que estão sendo realizadas na Comunidade (assinalar com um X no quadro correspondente)

☐ Remédios caseiros
☐ Controle das doenças respiratórias agudas em nível domiciliar
☐ Melhoria da nutrição pela alimentação enriquecida
☐ Prevenção de acidentes na infância
☐ Prevenção da violência contra a criança
☐ Saúde da boca
☐ Segurança alimentar e nutricional
☐ Pequenas Rodas de conversa. Tema: _____

35. Anote aqui os nomes dos membros da Equipe de Apoio da Comunidade:

Prazos de envio da Folha de Acompanhamento:
 Para que este Sistema de Informação continue sendo o mais verdadeiro e eficiente possível, é importante que cada nível siga seguintes prazos:
 1ª) até o dia 10: os Líderes e o Coordenador Comunitário preenchem juntos a Folha de Acompanhamento com todas as informações referentes ao mês anterior e encaminham esta Folha ao Coordenador de Ramo, para que este saiba o que está se passando na comunidade.
 2ª) até o dia 20: o Coordenador de Ramo revisa as Folhas de Acompanhamento e encaminha à Coordenação Nacional, no seguinte endereço:
 PASTORAL DA CRIANÇA
 Coordenação Nacional
 Rua Jacarezinho, 1691 - 1º andar - Curitiba, PR - 80.810-900
 3ª) o Coordenador Nacional revisa as informações e encaminha para a Coordenação Nacional, no seguinte endereço:
 PASTORAL DA CRIANÇA
 Coordenação Nacional
 Rua Jacarezinho, 1691 - 1º andar - Curitiba, PR - 80.810-900

Tão importante quanto preencher bem a Folha de Acompanhamento é utilizar os seus dados

Avaliar e planejar
 A Folha de Acompanhamento ajuda os Líderes a VER o que é ocorrendo na comunidade. Com a ajuda da Bíblia, do Guia do Líder e dos outros materiais educativos da Pastoral da Criança, os Líderes podem JULGAR o que está acontecendo e planejar como AGIR para mudar esta realidade.
 Deve-se também aproveitar as reuniões mensais para AVALIAR o trabalho realizado e CELEBRAR os progressos alcançados.
 A Coordenação Nacional remete avaliação trimestral a todos os ramos, áreas, setores e estados. Esta avaliação é baseada nas Folhas de Acompanhamento enviadas pelos Ramos. É fundamental que o nível de coordenação reúna sua equipe e utilize essas informações para avaliar e planejar suas ações.
 Agradecemos a Deus o seu empenho. Temos a certeza que seu esforço está levando Vida em Abundância a todas as crianças.

ANEXO 6

Folha de Acompanhamento Mensal do Conselho Municipal de Saúde



Folha Mensal de Acompanhamento do Conselho Municipal de Saúde FAC / Saúde

Mês de Referência _____ de 200__

Setor: _____

Município: _____ Estado: _____

Nome do Articulador: _____

O Articulador é: Conselheiro Titular () Conselheiro Suplente () não é conselheiro ()

A. Houve reunião do Conselho Municipal de Saúde no mês de referência? não () sim ()

B. O Articulador representante da Pastoral da Criança participou desta reunião do Conselho Municipal de Saúde não () sim ()

C. O Articulador reuniu-se com a Pastoral da Criança no mês de referência? não () sim ()

D. Qual o número de mortes de crianças menores de 1 ano, residentes no município, ocorridas no mês anterior a este mês de referência? _____ (caso tenha ocorrido mortes, preencha um quadro para cada óbito)

INFORMAÇÕES SOBRE A MORTE DA CRIANÇA Nº 1

1. Nome da Criança _____

2. Data nascimento: ____/____/____ 3. Data de óbito: ____/____/____

4. A criança era acompanhada pela Pastoral da Criança?
não () sim () Ramo: _____
Comunidade: _____

5. Sistema de Saúde - a criança foi atendida no sistemas de saúde: não () sim () Qual?

5.1 Posto de saúde ()	5.4 Pronto Socorro ()
5.2 Ambulatório ()	5.5 Hospital de Referência ()
5.3 Hospital / Maternidade ()	5.6 Outro () - Qual? _____

6. Você conversou no Serviço de Saúde sobre a morte desta criança? não () sim ()

7. Essa morte foi debatida na reunião do Conselho Municipal de Saúde? não () sim ()

8. História da morte. O que aconteceu com a criança que possa ter causado a morte?

9. Outras mortes por essa mesma causa, poderiam ser prevenidas por ações:

9.1 Na família não () sim ()	9.3 Nos Serviços de Saúde não () sim ()
9.2 Na comunidade não () sim ()	

Preenchida por: _____ Data ____/____/200__

Assinatura do Articulador da Pastoral da Criança

Visto por: _____

Assinatura do Coordenador de Área ou Ramo da Pastoral da Criança

Prazo: preencher a FAC-SAÚDE até o dia 10 de cada mês com as informações referentes ao mês anterior e encaminhá-la para a Coordenação de Área ou Ramo de referência do articulador. A coordenação deverá encaminhar a FAC-SAÚDE juntamente com as FABS (Folhas de Acompanhamento das Ações Básicas de Saúde) até o dia 20 para a Coordenação Nacional da Pastoral da Criança.

Principais fontes de pesquisa sobre mortalidade infantil: Serviço de Saúde, profissionais de saúde, cartórios, comitês de prevenção da